



PREFEITURA DE FORTALEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO -
SEPLA

PLANO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
PERIODO 2003 - 2010

Fortaleza-CE, Junho de 2003

EQUIPE TÉCNICA

PAULO CÉSAR DE SOUSA BATISTA (COORDENADOR)

CELINA MAGALHÃES ELLERY

FERNANDO ANTONIO DE PAIVA

HENRIQUE CÉSAR MUZZIO DE PAIVA BARROSO

JOSÉ AILTON NOGUEIRA DOS SANTOS

JOSÉ GAMALIEL TEIXEIRA NORONHA JÚNIOR

VLADIMIR SPINELLI CHAGAS

EQUIPE DE APOIO

CLAUDIANA EUGENIO ROGERIO

LIA MARQUES OLIVEIRA

PAULO CÉSAR DE ALMEIDA BATISTA

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	05
II – OBJETIVOS DA ELABORAÇÃO DO PLANO	07
2.1. Objetivos Gerais.....	07
2.2. Objetivos Específicos.....	07
III – METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO.....	09
3.1. As Contribuições de Matos.....	09
3.2. As Contribuições de Cerqueira Neto.....	11
3.3. Experiência de Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro.....	13
3.4. Metodologia de Elaboração do Plano Estratégico de Fortaleza.	15
IV – ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DE FORTALEZA.....	19
4.1. Meio Ambiente.....	19
4.2. Demografia.....	21
4.3. Habitação.....	24
4.4. Prioridades da População.....	26
4.5. Desenvolvimento Sustentável.....	31
4.6. Revitalização do Centro.....	36
4.7. Expectativas Populacionais.....	37
V – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DE FORTALEZA.....	39
5.1. A Evolução Demográfica da Cidade.....	39
5.2. A Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e as Evidências da Problemática Social.....	50
5.3. A Evolução e as Perspectivas do Desenvolvimento Econômico da Cidade.....	62
5.4. A Organização Urbana e o Meio Ambiente.....	74
5.5. A Disponibilidade e Distribuição da Infra-Estrutura Básica.....	79
5.6. A Gestão Participativa e o Desenvolvimento Comunitário.....	91
5.7. O Diagnóstico dos Sistemas e dos Instrumentos Essenciais para a Implantação do Plano.....	93
VI – MODELO DE GESTÃO COMPARTILHADA DA CIDADE DE FORTALEZA.....	100
6.1. Fundamentação.....	100
6.2. Objetivos.....	102
6.3. Processo de Implantação do Modelo.....	113
6.4. Operação do Modelo.....	114
6.5. Sistemática de Avaliação do Modelo.....	115
VII – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	117
7.1. Visão de Futuro da Cidade: O objetivo Central do Plano.....	118
7.2. Pressupostos do Plano.....	119
7.3. Objetivos do Plano.....	121
7.4. As Estratégias Globais do Plano.....	122
7.5. Projetos Estratégicos.....	126

VIII – A IMPLANTAÇÃO DO PLANO E SEUS REQUISITOS.....	134
8.1. Legislação do Sistema de Planejamento Municipal.....	134
8.2. Redefinição das Funções Relacionadas ao Planejamento.....	134
8.3. Sistemas de Informações Gerenciais.....	135
8.4. Geoprocessamento.....	135
8.5. Equipamentos e Programas.....	136
8.6. Pessoal.....	136
8.7. Treinamento.....	136
IX– O SISTEMA DE MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	138
9.1. Objetivos.....	138
9.2. Finalidades.....	138
9.3. Composição do Sistema.....	138
9.4. Requerimentos para Implantação do Sistema.....	139
9.5. Comunicação Institucional.....	140
9.6. Outros Aspectos.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
APÊNDICE: FICHAS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS.....	147

I – INTRODUÇÃO

O presente documento reúne dois conjuntos de informações sobre a Cidade de Fortaleza. O primeiro compreende informações sobre o comportamento atual e passado de importantes segmentos da vida da Cidade e a projeção de tendências.

O segundo grupo de informações tem natureza prospectiva e se refere a tendências de crescimento, problemas e prioridades futuras, além da visão de futuro e uma proposta de intervenção na Cidade, organizada sob a forma de pressupostos, objetivos, políticas e projetos e projetos estratégicos implementáveis.

O objetivo desses projetos é o de realizar a Cidade imaginada na visão de futuro.

Para permitir a reunião do primeiro grupo de informações sobre o comportamento passado da Cidade, foram elaborados os seguintes estudos:

- 1) Diagnóstico da evolução demográfica da Cidade, em sua relação com a Região Metropolitana e o Estado do Ceará;
- 2) Levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano para as regiões e bairros da Cidade de Fortaleza, reproduzindo metodologia até então aplicável apenas no plano dos municípios.
- 3) Diagnóstico das condições socioeconômicas da Cidade, compreendendo a geração de renda e emprego, além de levantamentos relativos à infraestrutura básica e a aspectos do desenvolvimento urbano de Fortaleza.

As informações relacionadas ao segundo grupo, no que respeita a tendências de crescimento e a problemas considerados prioritários, resultaram da consulta feita a especialistas e lideranças da Cidade, baseado no Método Delphi.

Outros estudos foram ainda realizados para subsidiar a elaboração do presente Plano Estratégico de Fortaleza; dentre eles o diagnóstico das condições institucionais para a consolidação do planejamento na Prefeitura de Fortaleza e o levantamento da experiência local e internacional de gestão participativa, de modo a conceber um Modelo de Gestão Participativa a ser implementado pela Prefeitura

de Fortaleza, que possa constituir-se em instrumento de continua validação e legitimação das decisões municipais e do planejamento estratégico e da construção de parcerias para a implementação das ações de intervenção propostas.

Finalmente, integra o documento um conjunto de recomendações para a constituição de um sistema de monitoramento e avaliação do desenvolvimento da Cidade e das intervenções previstas no Plano, instrumento importante para a reorientação das iniciativas planejadas.

II – OBJETIVOS DA ELABORAÇÃO DO PLANO

A elaboração do Plano Estratégico de Fortaleza foi orientada pelos seguintes objetivos.

2.1. Objetivos Gerais

Conceber, de forma participativa, um instrumento eficaz de promoção do desenvolvimento equilibrado e sustentável da Cidade, que mobilize a vontade e as energias dos atores da sociedade para a construção de uma Cidade desejada por todos.

Como corolário desse objetivo, os estudos para a elaboração do Plano foram desenvolvidos paralelamente à concepção de um Modelo de Gestão Participativa para o Município, que promova o compartilhamento de responsabilidades quanto ao destino futuro da Cidade e à aplicação eficaz dos recursos públicos.

2.2. Objetivos Específicos

Em termos mais específicos, a elaboração do Plano compreendeu a obtenção dos seguintes resultados derivados:

- a) definir a visão de futuro da Cidade;
- b) identificar as limitações e obstáculos à realização da visão de futuro da Cidade;
- c) identificar as potencialidades socioeconômicas da Cidade, associadas à sua visão de futuro;
- d) definir objetivos estratégicos para a realização dessas potencialidades;
- e) definir as estratégias a serem seguidas pela Cidade para a realização dos objetivos;
- f) identificar projetos estratégicos que confirmam operacionalidade aos objetivos e estratégias definidos;

- g) definir sistema de monitoração e de relatórios regulares de avaliação da implementação dos projetos estratégicos;
- h) especificar um conjunto de indicadores de desempenho da Cidade, contemplando de forma equilibrada os diversos aspectos da Cidade pretendida no futuro, avaliando suas transformações econômicas, sociais, culturais etc.
- i) definir a concepção lógica do Modelo de Gestão Participativa da Cidade, contemplando a definição da composição e papel dos conselhos setoriais e regionais ou de bairros, as regras básicas para o regime de seu funcionamento e a forma de relacionamento com os órgãos municipais, além de outros aspectos;
- j) elaboração de plano de implementação do Modelo de Gestão Participativa.

III – METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A metodologia adotada na elaboração do Plano Estratégico de Fortaleza tem seu fundamento nas seguintes referências:

- O Método do Planejamento Estratégico Situacional (PES), de autoria do Professor Carlos Matus;
- A Reunião do Dia D – Mobilizando para o Futuro, do Professor e Consultor Edgard Pedreira Cerqueira Neto;
- A experiência de planejamento estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

3.1. As Contribuições de Matus

A Teoria Social e de Planejamento de Matus ensina que o planejamento em ambiente democrático e de incerteza requer um processo negociado das definições estratégicas, sob pena de não produzir os efeitos esperados.

Um aspecto essencial na teoria de Matus é o “Triângulo do Governo”, que requer a permanente articulação de três dimensões - projeto de governo (P), capacidade de governo (C) e governabilidade do sistema (G) – que interagem e são dependentes uma das outras, caracterizando a complexidade do ato de governar.

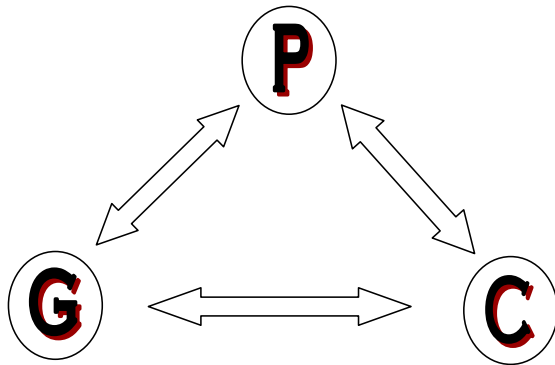
A primeira dimensão – projeto de governo - está associada ao conteúdo das ações para atingir os objetivos do governo. Os projetos não dependem apenas do interesse do governo, mas de sua capacidade administrativa, que inclui a habilidade de compreender a realidade social e de conceber propostas de intervenção.

A segunda dimensão, a da governabilidade do sistema, está relacionada à proporção das variáveis do ambiente social que o governo, como um ator social, pode controlar. Como os atores sociais têm diferentes graus de controle dessas

variáveis, eles apresentam diferentes graus de governabilidade. Esses, por sua vez, dependem ainda da natureza do projeto de governo, de sua complexidade relativa e, ainda, da capacidade do governo, a terceira das dimensões.

Essa capacidade relaciona-se à habilidade de direção e do domínio de ferramentas de gestão, necessárias à obtenção dos objetivos do governo. Dentre essas habilidades, uma das mais importantes é o planejamento.

FIGURA I - O TRIÂNGULO DO GOVERNO



Fonte: Matus

A noção de planejamento de Matus corresponde a uma evolução do conceito de planejamento normativo, tradicional na experiência governamental. Diferentemente dos paradigmas normativos, o planejamento estratégico situacional (PES) de Matus assume a hipótese de que o agente planejador é parte do objeto planejado e outros atores sociais, integrantes da mesma realidade social, são capazes de planejar e produzir planos concorrentes.

Essa concorrência de planos decorre do fato de que os diferentes atores têm interpretações diversas da realidade social, em função da situação em que se inserem. Cada explicação da realidade é, portanto, uma explicação situacional. A

consideração e a interação dos diversos atores e de suas interpretações tornam o planejamento estratégico situacional recomendado para situações em que nenhum ator social tem o poder absoluto. Trata-se, assim, de um método de planejamento essencialmente democrático e, portanto, adequado ao setor público e suas organizações.

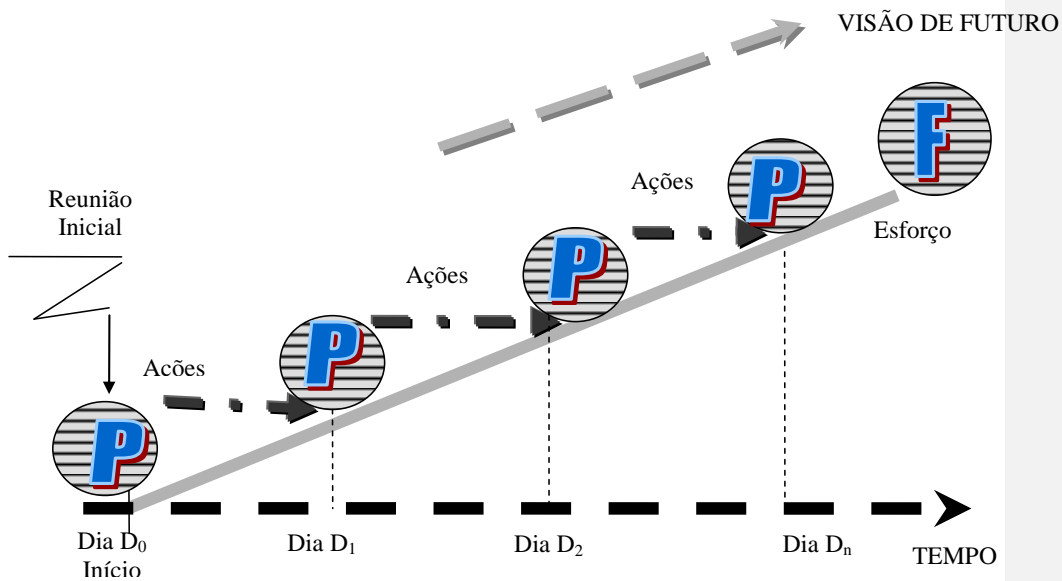
Diante dessas considerações, uma metodologia de planejamento que receba a influência das contribuições de Matus deverá incorporar as seguintes propostas:

- utilizar técnicas de cenários para lidar adequadamente com a incerteza;
- associar o diagnóstico estratégico convencional, que corresponde a uma interpretação da realidade por um agente não-participante, a explicações situacionais produzidas pela contribuição de atores diferentes, em processo interativo de participação;
- transformar o plano em uma organização para a ação, com clara definição de responsabilidades dos órgãos públicos, em termos de problemas e operações;
- criar condições institucionais para a participação dos diversos atores sociais em diversos momentos da elaboração e execução do plano.

3.2. As Contribuições de Cerqueira Neto

A Metodologia da Reunião do Dia D corresponde a um modelo operacional de implementação do planejamento estratégico, baseado em uma seqüência de reuniões para produzir o consenso em torno dos problemas e projetos e avaliar a condução das ações, tendo como objetivo perseguir uma visão de futuro da organização. Cada encontro corresponde a um avanço na direção do futuro e a uma cunha para consolidar cada resultado obtido e evitar o retrocesso. O processo de planejamento associado a essa metodologia é ilustrado na Figura II.

FIGURA II - A METODOLOGIA DA REUNIÃO DO DIA D



Fonte: Cerqueira Neto

Esses encontros devem reunir grupos de atores sociais selecionados, representativos dos segmentos da sociedade ou da organização. Esse grupo deve constituir-se em time que participa de cada etapa do plano. As reuniões em cada período podem ser tantas quanto necessárias para garantir a participação dos atores relevantes à elaboração do plano.

A metodologia prevê ainda as seguintes etapas:

- levantamento do perfil atual do negócio da organização, o que corresponde à fase de diagnóstico;
- formulação da visão do futuro, envolvendo a construção de cenários;

- definição da missão da organização, o que corresponde ao objetivo maior da organização já levando em conta o diagnóstico e a visão de futuro;
- identificação dos fatores críticos do sucesso, ou os projetos e ações indispensáveis à realização da missão;
- acompanhamento e reprogramação sistemáticos do conteúdo do plano, feito por ocasião das reuniões do Dia D.

O Conselho de Planejamento Estratégico da Prefeitura de Fortaleza exerceu, na elaboração do Plano Estratégico de Fortaleza, o papel do time central gestor do processo.

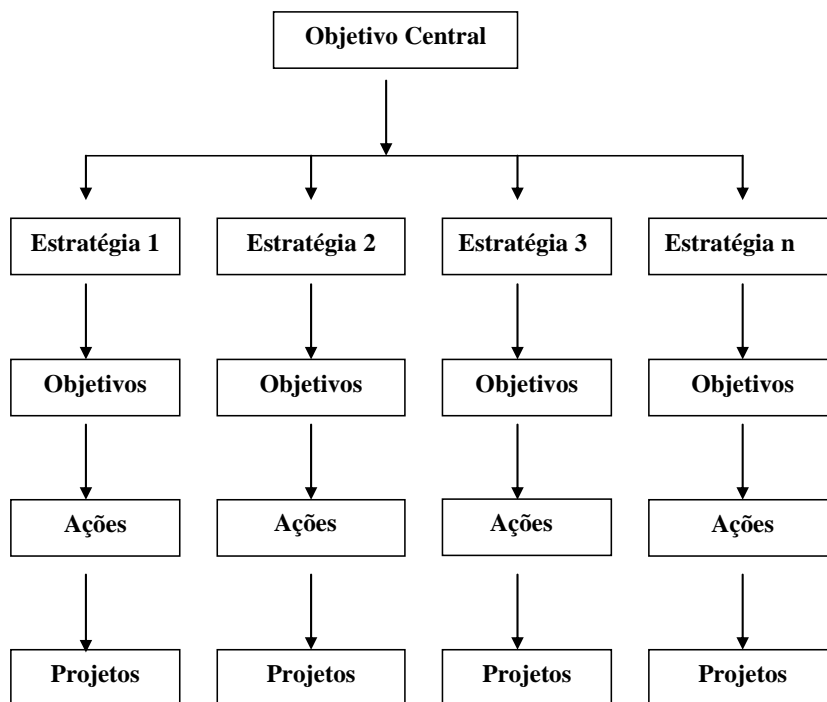
3.3. Experiência de Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro

A Cidade do Rio de Janeiro iniciou a elaboração de seu plano estratégico, Rio Sempre Rio, em 1993. Segundo relatório publicado em 1996, o plano baseou-se em 3 conceitos-chave: participação, projeto de cidade e exequibilidade. A estrutura do plano compreendeu:

- análise do Rio de Janeiro, num contexto mundial e para identificar as tendências da cidade;
- definição do objetivo central do plano, como tradução do acordo de todos os participantes do plano de avançar numa mesma direção;
- formulação de estratégias globais, que representam os caminhos que conduziram a cidade de seu estágio inicial a seu futuro desejado;
- definição de objetivos para cada uma das estratégias;
- seleção de ações e projetos pertencentes a essas ações, que enfeixa o plano de ações.

A estrutura do plano é ilustrada na Figura III.

FIGURA III - A ESTRUTURA DO PLANO ESTRATÉGICO DO RIO DE JANEIRO



FONTE: Prefeitura do Rio de Janeiro

O modelo do Plano Estratégico do Rio de Janeiro apresenta como vantagem a associação entre simplicidade e a elevada capacidade de comunicar seus propósitos, o que é essencial em um instrumento destinado ao uso de diferentes grupos e atores sociais.

3.4. Metodologia da Elaboração do Plano Estratégico de Fortaleza

A metodologia dos trabalhos foi concebida a partir dos fundamentos metodológicos descritos. Apresenta, além disso, como inovação o desenvolvimento, concomitante ao Plano Estratégico, do Modelo de Gestão Participativa, que terá, no futuro, grande papel na continuidade, legitimidade e eficácia do planejamento municipal.

A metodologia do plano compreende passos integrantes dos segmentos estratégicos, tático-operacionais e de implementação, conforme indicado abaixo e na Figura IV:

I) segmento estratégico:

- 1) levantamentos de experiências nacionais, análises de cenários e diagnóstico da Cidade de Fortaleza;
- 2) diagnóstico da Prefeitura de Fortaleza, compreendendo pontos fortes e fracos associados ao sistema de planejamento e ao modelo de gestão compartilhada, envolvendo estruturas organizacionais, sistemas legais e normativos, sistemas de informação etc;
- 3) elaboração da proposta do plano, em seu nível estratégico, que compreende a visão do futuro da cidade, estratégias, políticas e objetivos estratégicos;
- 4) concepção do modelo de gestão compartilhada;

II) segmento tático-operacional:

- 5) definição das dimensões táticas do plano, compreendendo as ações e projetos estratégicos;
- 6) definição de outros aspectos táticos e logísticos do plano, como os requisitos de implementação e o sistema de avaliação;
- 7) elaboração da versão final consolidada do plano;

III) segmento de implementação:

- 8) elaboração de cinco Termos de Referências (TRs) dos projetos estratégicos prioritários;
- 9) elaboração dos orçamentos dos cinco projetos estratégicos prioritários;
- 10) elaboração do plano de implantação do modelo de gestão compartilhada;
- 11) avaliação da experiência de implantação do modelo de gestão compartilhada.

Embora a forma com que essas etapas são apresentadas possa sugerir a elaboração do Plano em etapas estanques e lineares, com uma rígida separação entre os segmentos estratégicos e tático-operacionais e destes com a implementação, isso, de fato, não ocorreu no desenvolvimento dos trabalhos. As fases posteriores, do desenvolvimento do Plano, contribuíram, muitas vezes, para o aperfeiçoamento das anteriores. Além disso, ações ou projetos considerados críticos e consensuais puderam ser executados, enquanto a concepção do Plano, como um todo, prosseguia.

A Figura IV demonstra o processo de elaboração do Plano.

FIGURA IV - A METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

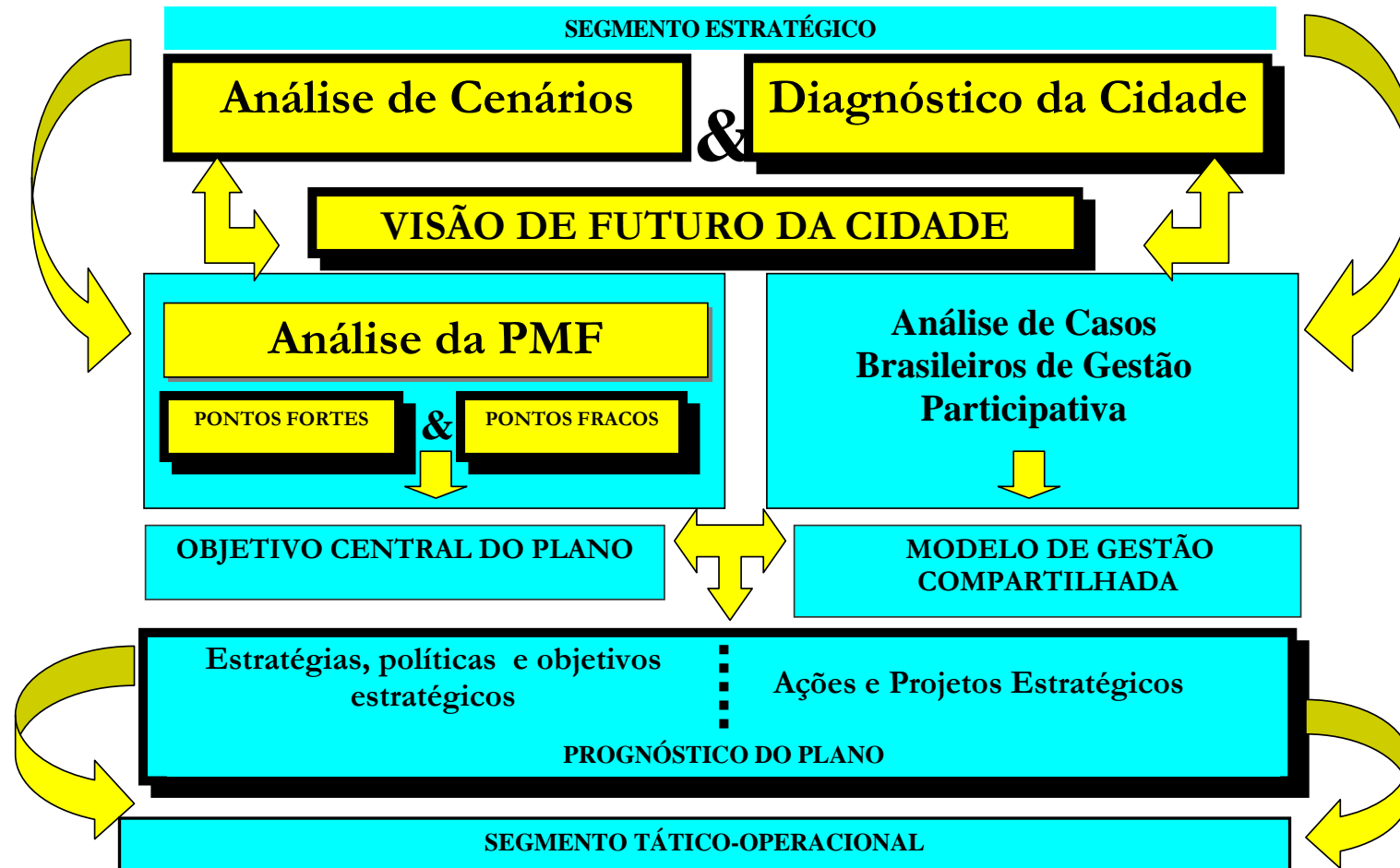
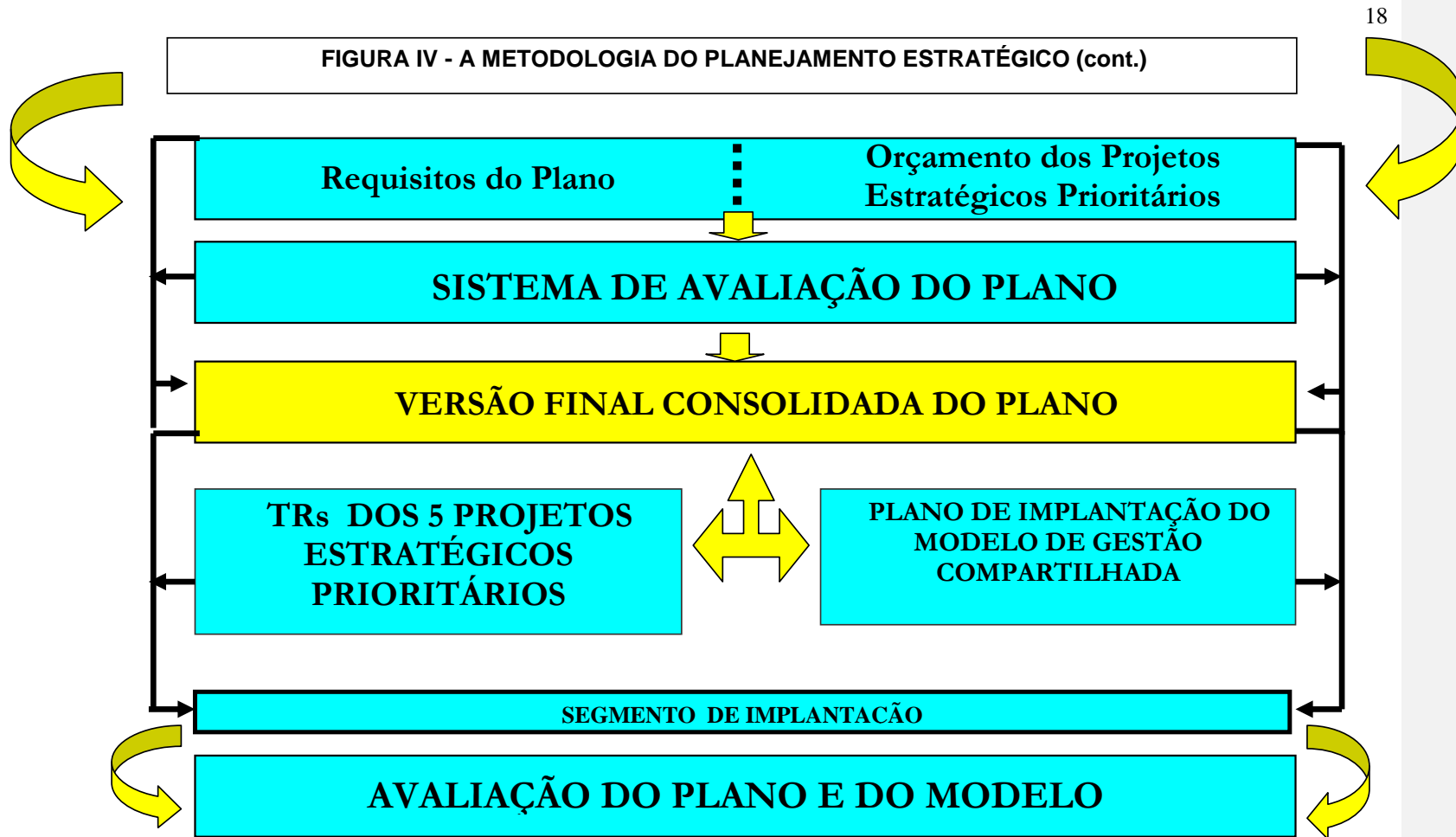


FIGURA IV - A METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (cont.)



IV – ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DE FORTALEZA

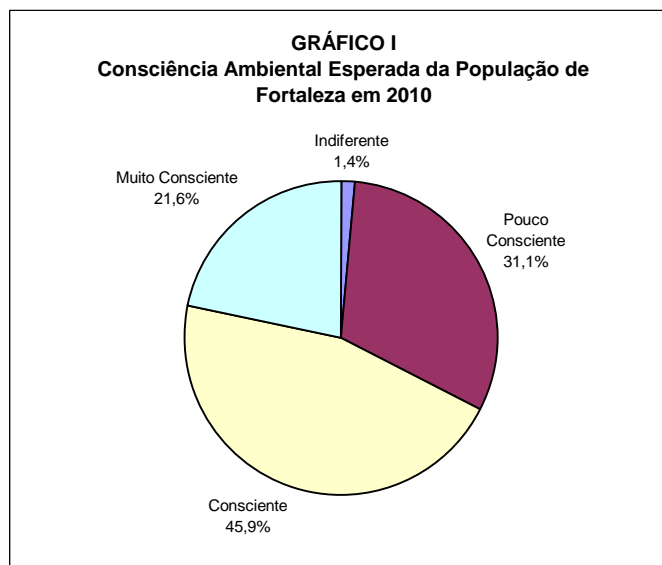
Essas tendências foram identificadas a partir de pesquisa realizada junto a 80 personalidades dos mais diversos setores da Cidade, selecionados por seu potencial de compreensão da realidade local e por sua condição de formadores de opinião. O questionário, encaminhado pelo correio, apresentava informações sobre temas e segmentos do desenvolvimento da Cidade e solicitava a apreciação e a opinião dos respondentes, como recomendado pela metodologia do Método Delphi.

Os temas pesquisados foram o meio ambiente, a demografia, a questão habitacional, os problemas prioritários, as ações prioritárias para o desenvolvimento urbano, os aspectos mais relevantes do desenvolvimento sustentável, a revitalização do centro e as expectativas dos especialistas sobre as tendências futuras desses e outros aspectos.

Os resultados da pesquisa são apresentados neste capítulo e subsidiaram as definições estratégicas do Plano.

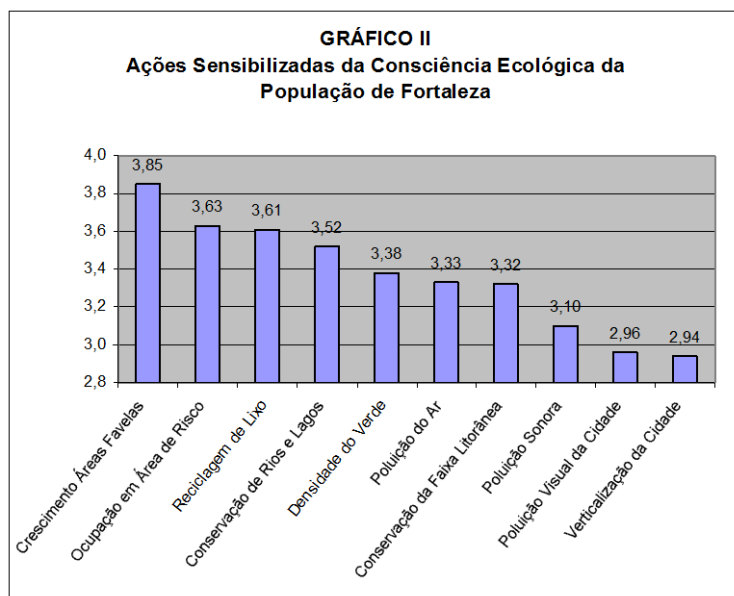
4.1 Meio Ambiente

Quanto ao grau de conscientização ambiental dos fortalezenses para o ano de 2010, os respondentes indicaram uma grande preocupação em relação ao meio ambiente. 67,5% das respostas foram dadas às opções “consciente” e “muito consciente”, enquanto que 31,1% responderam que o fortalezense será “pouco consciente” e apenas 1,4% indicaram a opção “indiferente” para a questão ambiental (GRÁFICO I).



FONTE: Pesquisa Direta

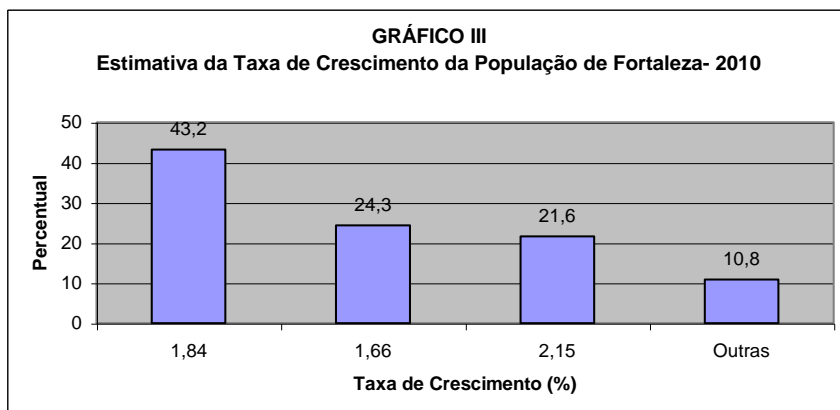
Em relação aos aspectos da Cidade de Fortaleza e sobre as políticas mais sensíveis à consciência ecológica, a média das respostas aponta o crescimento de áreas ocupadas por favelas e núcleos favelados. Em segundo lugar, ficou a ocupação em áreas de risco, que possui estreita relação com a primeira opção. Em seguida, aparece a reciclagem de lixo como o terceiro dentre aqueles sensíveis à questão ecológica. Em seqüência, aparecem a conservação de rios e lagos; o nível de densidade das áreas verdes da Cidade; a poluição atmosférica; a conservação da faixa litorânea; a poluição sonora; a poluição visual da Cidade de Fortaleza e, por último, a verticalização da Capital Cearense.



FONTE: Pesquisa Direta

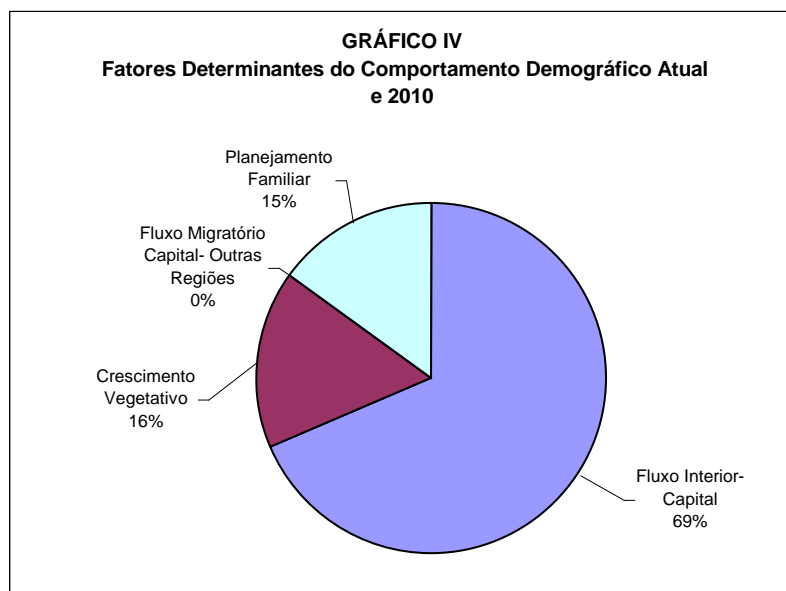
4.2 Demografia

No que diz respeito à taxa de crescimento da população de Fortaleza até o ano de 2010, os respondentes apontam para uma tendência de crescimento mediano. 43,2% das respostas se referem a uma taxa de crescimento de 1,84%, correspondente ao crescimento médio ponderado observado entre 1996 e 2000 nas Cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba. Já 24,3% dos respondentes consideram mais provável a taxa de 1,66%, mantendo-se o ritmo de diminuição dessa taxa quando analisados os levantamentos de 1980/1991 e 1991/2000. Para 21,6% a opção mais provável é de uma taxa de crescimento da população de 2,15%, que corresponde à continuação da taxa observada entre 1991 e 2000. Os demais 10,8% dos respondentes consideraram outras taxas de crescimento.



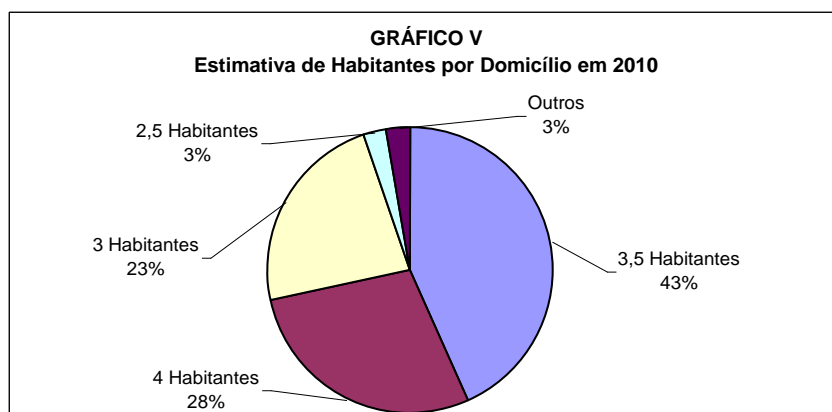
FONTE: Pesquisa Direta

Quando perguntada sobre quais fatores podem ser determinantes para o comportamento demográfico de Fortaleza até 2010, uma considerável maioria (68,7%) afirmou ser o fluxo migratório do interior do Estado para a Capital (êxodo rural). O crescimento vegetativo foi indicado por 16,4% e o planejamento familiar por 14,9% dos respondentes. Não se registrou qualquer resposta para a opção fluxo migratório da Cidade de Fortaleza para outras regiões.



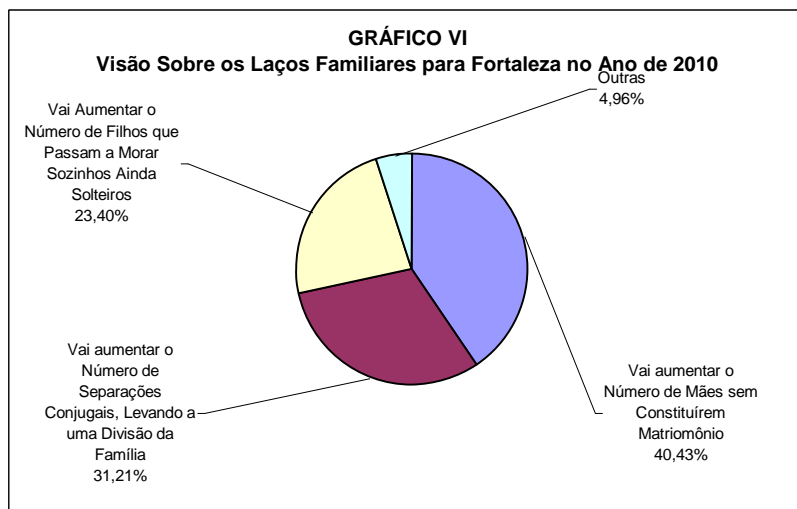
FONTE: Pesquisa Direta

A previsão para a quantidade de habitantes por domicílio em Fortaleza para o ano 2010, indicada pelos respondentes, foi menor do que o número de 4,07 pessoas por residência, observado no ano 2000, e ainda mais baixa do que o parâmetro de 1996, com 4,57 habitantes por domicílio. A opção mais escolhida foi a de 3,5 pessoas por domicílio, com 43,2% das respostas. Com quase a metade da primeira opção (28,4%) aparece a média de 4 habitantes por domicílio, seguida bem de perto pela alternativa de 3 habitantes por domicílio, com 23,0%. Com um valor bem reduzido aparece a opção de 2,5 habitantes por domicílio, com apenas 2,7% dos respondentes, percentual semelhante à opção “outras alternativas”.



FONTE: Pesquisa Direta

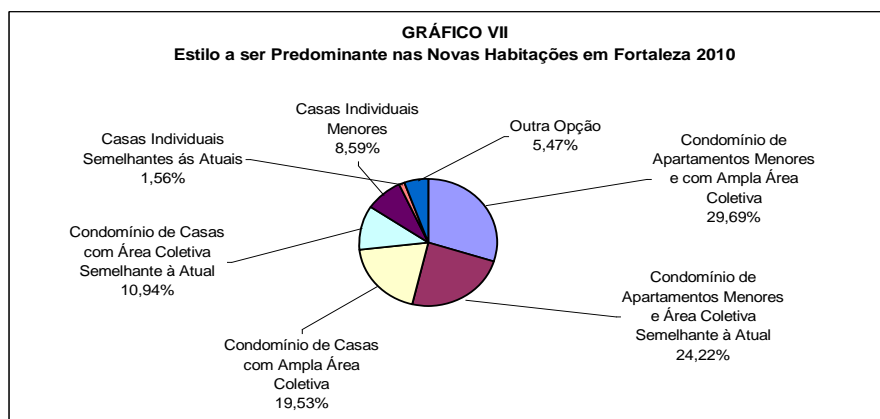
Quanto à visão sobre os laços familiares do fortalezense para o ano de 2010, em uma questão que aceitava múltiplas escolhas, colheu-se a previsão de uma mudança no comportamento dos habitantes da Capital Cearense. 40,43% dos respondentes consideram que irá aumentar o número de mulheres que terão filhos sem a constituição do matrimônio e 31,21%, que irá aumentar o número de separações conjugais, com a conseqüente redução do número de membros familiares morando juntos. Para 23,40% dos respondentes deverá aumentar a quantidade de jovens que passam a morar sozinhos, sem a constituição do matrimônio, e 4,96% optaram pela alternativa “outra”.



FONTE: Pesquisa Direta

4.3 Habitação

Quanto ao tipo predominante das novas habitações a serem construídas na Capital Cearense, em questão que admitia mais de uma resposta, 29,69% dos respondentes afirmaram ser os condomínios de apartamentos menores e com ampla área coletiva. 24,22% escolheram a opção condomínios de apartamentos menores e com área coletiva semelhante à atual. Em seguida, aparecem a opção condomínio de casa com ampla área coletiva (19,53%) e a opção condomínio de casa com ampla área coletiva semelhante à observada hoje (10,94%). Dentre outras opções menos citadas ficaram: casas individuais menores e casas individuais semelhantes às atuais.



FONTE: Pesquisa Direta

Em uma análise dentre as seis regiões administrativas de Fortaleza, o levantamento sobre a área predominante de habitação unifamiliar ou multifamiliar para 2010 previu que em quatro dessas regiões o tipo de habitação será preponderantemente unifamiliar, devendo ser do tipo multifamiliar nas duas outras. O maior valor percentual de escolha para a alternativa unifamiliar ficou com a Regional III, com 62,5%. Já para a opção multifamiliar, o maior percentual indicou a Regional II, com 62,1% dos respondentes. A Regional I foi a que apresentou o resultado mais equilibrado, com 56,4% dos respondentes escolhendo a opção unifamiliar e 43,6% optando por multifamiliar. Os resultados estão nas **TABELAS I a VI**, a seguir.

TABELA I
Tipologia Predominante das Habitações na Regional I em 2010

Tipo	Frequência	%
Unifamiliar	22	56,4
Multifamiliar	17	43,6
Total	39	100,0

FONTE: Pesquisa Direta

TABELA II
Tipologia Predominante das Habitações na Regional II em 2010

Tipo	Frequência	%
Unifamiliar	22	37,9
Multifamiliar	36	62,1
Total	58	148,7

FONTE: Pesquisa Direta

TABELA III
Tipologia Predominante das Habitações na Regional III em 2010

Tipo	Frequência	%
Unifamiliar	25	62,5
Multifamiliar	15	37,5
Total	40	102,6

FONTE: Pesquisa Direta

TABELA IV
Tipologia Predominante das Habitações na Regional IV em 2010

Tipo	Frequência	%
Unifamiliar	17	43,6
Multifamiliar	22	56,4
Total	39	100,0

FONTE: Pesquisa Direta

TABELA V
Tipologia Predominante das Habitações na Regional V em 2010

Tipo	Frequência	%
Unifamiliar	25	56,8
Multifamiliar	19	43,2
Total	44	112,8

FONTE: Pesquisa Direta

TABELA VI
Tipologia Predominante das Habitações na Regional VI em 2010

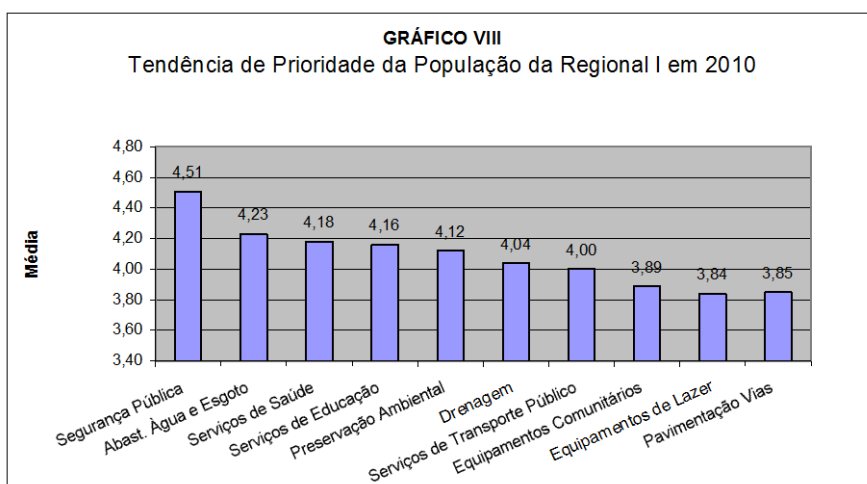
Tipo	Frequência	%
Unifamiliar	33	61,1
Multifamiliar	21	38,9
Total	54	138,5

FONTE: Pesquisa Direta

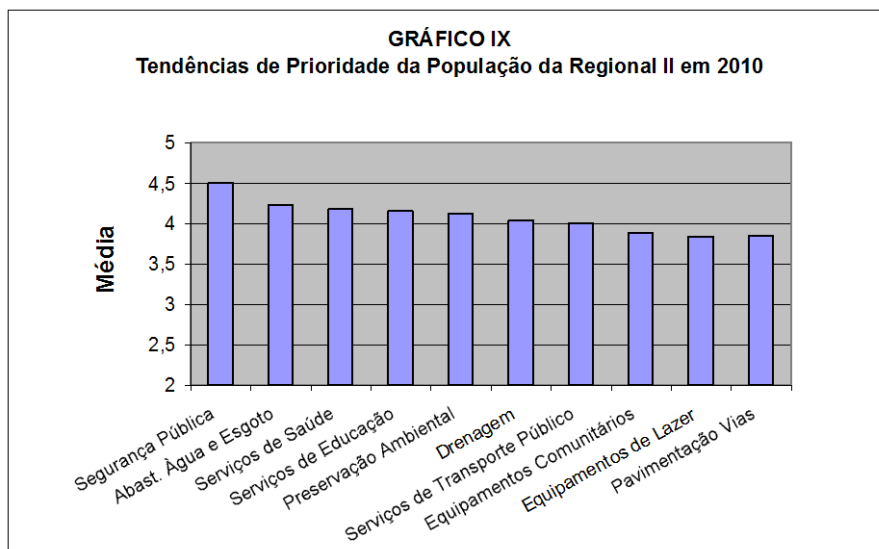
4.4 Prioridades da População

As prioridades da população fortalezense para o final da década são distintas para cada região administrativa da Prefeitura, o que reflete as diferenças socioeconômicas entre elas. No entanto, o que chama mais a atenção é a convergência da grande prioridade dada à “segurança pública”, que se apresenta com a maior média em todas as regiões. Outros itens apresentam resultados bem diferentes, de acordo com a região administrativa. Por exemplo, enquanto o item “saúde” aparece como a segunda

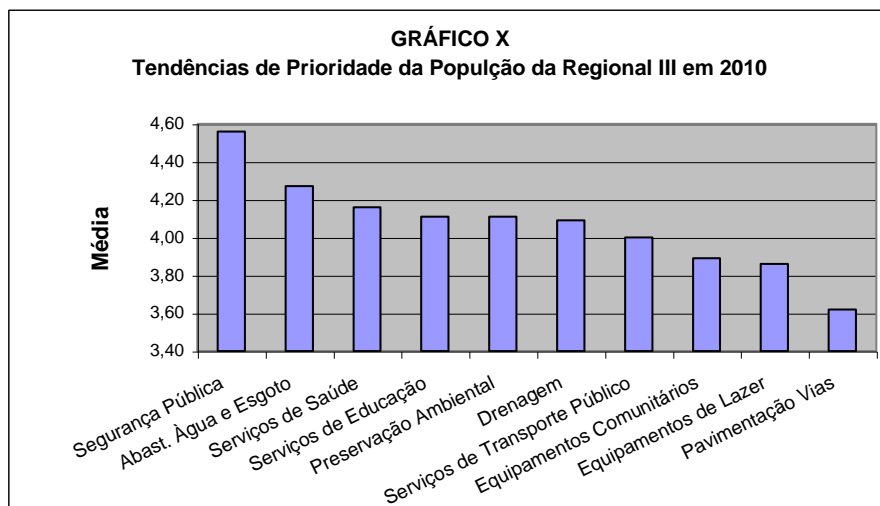
prioridade nas Regiões V e VI, este significa apenas a oitava prioridade na Região II. Uma opção que aparece também com resultados convergentes, mas em penúltimo ou em último lugar nas prioridades de cada região, é a “pavimentação de vias”, indicando que os respondentes a consideram como de baixa prioridade.



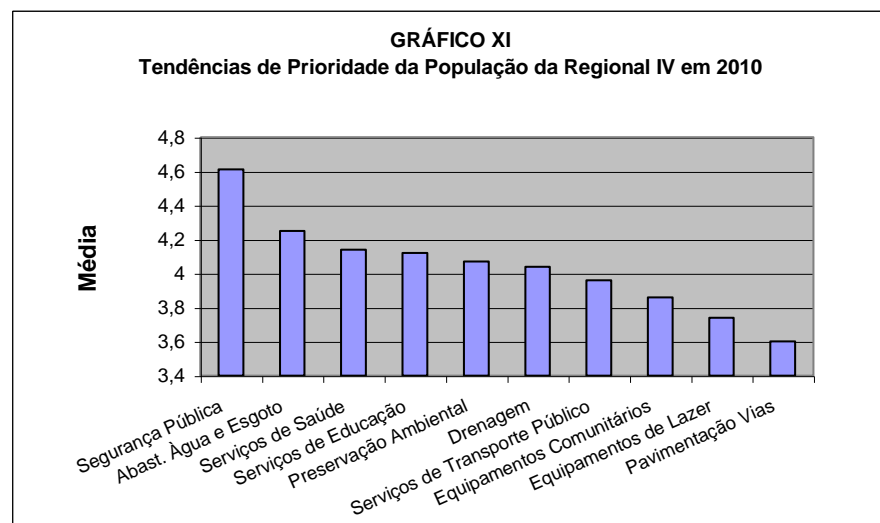
FONTE: Pesquisa Direta



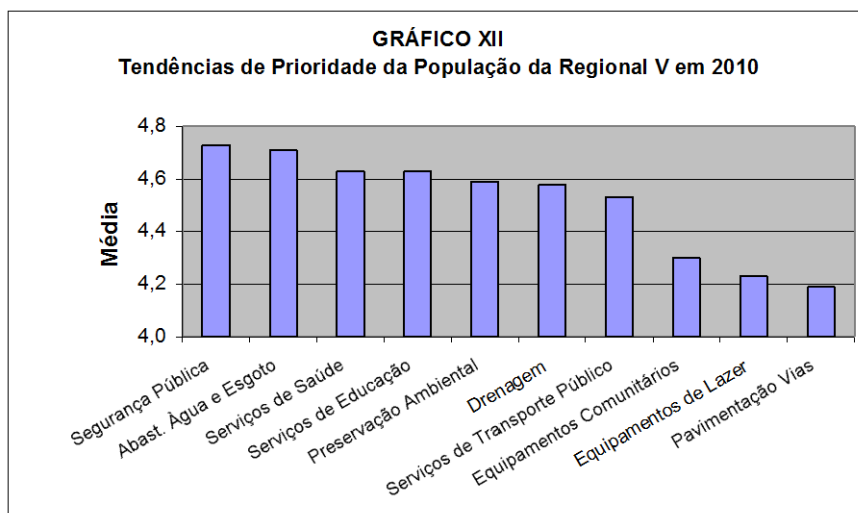
FONTE: Pesquisa Direta



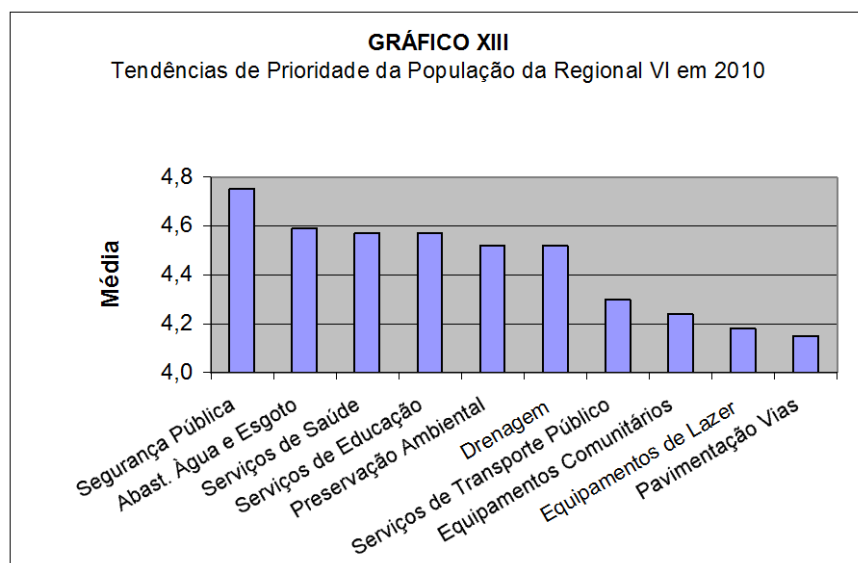
FONTE: Pesquisa Direta



FONTE: Pesquisa Direta



FONTE: Pesquisa Direta



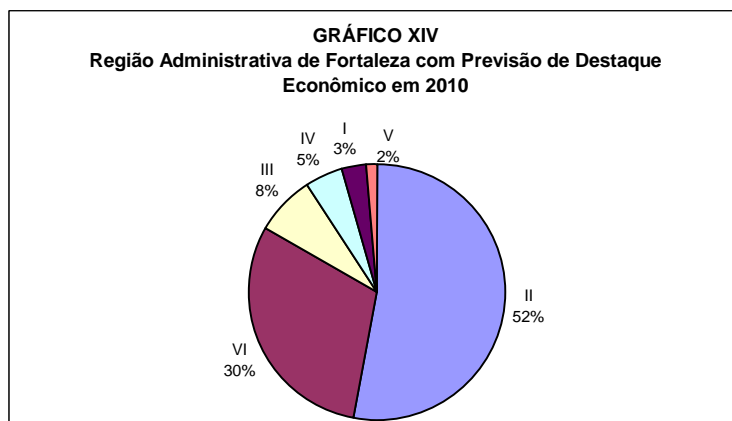
FONTE: Pesquisa Direta

Os resultados sobre qual região administrativa de Fortaleza terá o maior destaque na atividade econômica no ano de 2010 parecem não surpreender, haja vista que mais da metade dos respondentes (53,0%) optou por escolher a Região Administrativa II. Em segundo lugar aparece a Região VI, com 30,3% das opções dos respondentes. Para as

demais regiões não há maiores expectativas para os respondentes, visto alcançarem, em conjunto, menos de 17% das opções, conforme o **GRÁFICO XIV**, a seguir.

Formatado

Formatado



FONTE: Pesquisa Direta

Em referência às regiões administrativas que deveriam receber prioritariamente mais investimentos sociais e econômicos por parte da PMF, os resultados se mostram coerentes, em alguns casos, com as prioridades que seriam recomendadas, caso os valores do IDHM-B de cada região fossem considerados. A Região VI aparece como prioritária para receber os investimentos, com 31,07% dos respondentes. A Região V, com 26,21% das respostas, aparece em segundo lugar, seguido pela Região IV com 24,27% das escolhas. Em quarto lugar vem a Região III, com 11,17%. A Região I aparece em último lugar na prioridade do recebimento de investimentos, com apenas 3,40% dos respondentes, atrás mesmo da Região II, que possui o melhor IDHM-B do Município de Fortaleza (TABELA VII). Veja a Tabela VII.

TABELA VIII
Prioridade de Investimentos Sociais e Econômicos por Regional de Fortaleza até 2010

Regional	Nº de respostas	%
----------	-----------------	---

Formatado

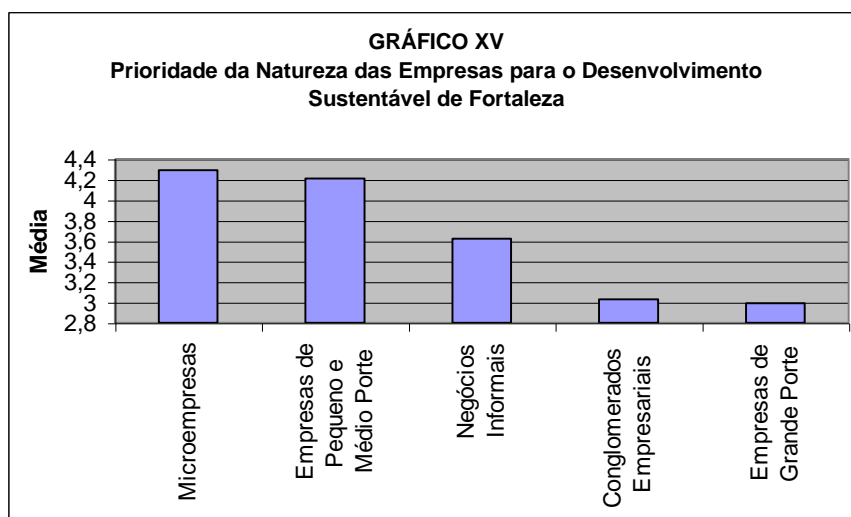
Formatado

VI	64	31,07
V	54	26,21
IV	50	24,27
III	23	11,17
II	8	3,88
I	7	3,40

FONTE: Pesquisa Direta

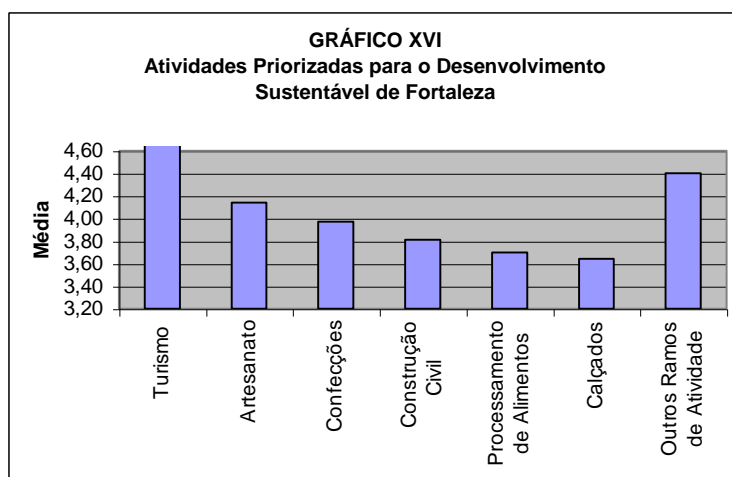
4.5 Desenvolvimento Sustentável

Com respeito ao desenvolvimento sustentável, os respondentes, diante da questão com escala de importância dos fatores (Escala Likert), indicaram as empresas menores como prioritárias para a consolidação desse modelo no longo prazo. A categoria que obteve a maior média foi a **m**Micro**e** empresa, com nota 4,29; em seguida, a opção **e**Empresa de **P**equeno **P**orte com 4,21. Foi indicada ainda a opção **n**Negócios **i**nformais, com escore de 3,62. Os dois negócios com menores pesos foram as opções **c**Conglomerados **E**mpresariais e **G**randes **e**mpresas, o que confirma a prioridade dos respondentes por empresas de menor porte.



FONTE: Pesquisa Direta

Ainda com base no desenvolvimento sustentável, tendo em vista a efetividade dessa proposta, o ramo prioritário de atividade das empresas, indicado pelos respondentes, é a vocação turística da cidade de Fortaleza, com nota média de 4,73. Em segundo lugar está o Artesanato, com 4,14 de peso médio, uma atividade muito relacionada com o turismo. O tradicional setor de Confeção também é destaque, vindo em terceiro lugar, com peso de 3,97. Construção Civil, Processamento de Alimentos e Calçados aparecem, nesta ordem, em seguida.



FONTE: Pesquisa Direta

Solicitada a indicação de prioridades para ações de suporte ao desenvolvimento sustentável, os respondentes elegeram a implantação de infra-estrutura social como prioritária para esse desenvolvimento, com nota média de 4,86, bem próxima ao maior valor possível (5,00). A infra-estrutura básica recebeu destaque em segundo lugar, com peso de 4,26. Programas desarticulados aparecem em últimos lugares, como a simples doação de terrenos, com peso de apenas 2,29.

TABELA VIII
Investimentos Prioritários Visando o Desenvolvimento Sustentável de Fortaleza

Investimentos	Nº	Média
Implantação de Infra-Estrutura Social	73	4,86
Implantação de Infra-Estrutura Básica	73	4,26
Criação de um Fundo de Desenvolvimento	73	3,97

Formatado

Criação de Incubadoras de Empresas	71	3,56
Implantação de Distrito Industrial	72	2,82
Doação de Terrenos	70	2,29

Fonte: Pesquisa Direta

Com

relação às dificuldades da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) para a operacionalização de um programa de desenvolvimento sustentável de longo prazo, os resultados indicam um item com média muito alta, parecendo um consenso entre os respondentes. Tal item é a Carência de recursos humanos no âmbito da PMF com experiência e qualificação (peso médio de 4,15). Os demais itens ficaram com uma média bastante próximas. Em segundo lugar, com distância em relação ao primeiro item, estão empatados, com peso médio de 3,66, os itens Dificuldade de mobilização de recursos financeiros e Baixa cooperação entre os níveis de governo. Em seguida, aparecem, em ordem decrescente de prioridade: Incapacidade geral dos beneficiários em gerenciarem suas atividades em mercados de alta competitividade; Dificuldades para formular parcerias ao longo da cadeia produtiva e, por último, a Pressão de categorias não contempladas.

IX

TABELA IX - Dificuldades da PMF na Operacionalização de Programas de Desenvolvimento Sustentável de Fortaleza

Dificuldades	Nº	Média
Carência de Recursos Humanos na PMF	73	4,15
Dificuldade de Mobilização de Recursos Financeiros	73	3,66
Baixa Cooperação entre os Níveis de Governo	70	3,66
Incapacidade Gerencial do Beneficiário	70	3,46
Dificuldade na Formação de Parcerias	72	3,22
Pressão de Categorias não Contempladas	72	3,13
Outras Dificuldades	18	4,33

Fonte: Pesquisa Direta

Formatado

Quanto às opções de atividades de serviços que deveriam receber prioridades da PMF, os respondentes indicaram os serviços ligados ao setor público. Merece destaque novamente o item “Ssegurança Pública”, que aparece em primeiro lugar,

com peso médio de 4,76. Os serviços educacionais apresentam peso médio de 4,58. Em terceiro, os serviços de saúde, com peso médio de 4,56, e, em quarto lugar, com peso médio de 4,44, o transporte de pessoas.

TABELA X - Atividades Prioritárias no Segmento de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável de Fortaleza

Atividades	Nº	Média
Segurança Pública	71	4,76
Serviços Educacionais	72	4,58
Serviços de Saúde	72	4,56
Transporte de Pessoas	73	4,44
Espaço para Exposição de Eventos	67	3,93
Atividades Culturais	73	3,88
Guia Turístico	73	3,81
Pequena Hotelaria	73	3,77
Bares e Restaurantes	72	3,56
Planos de Saúde	73	3,42

Formatado

Formatado

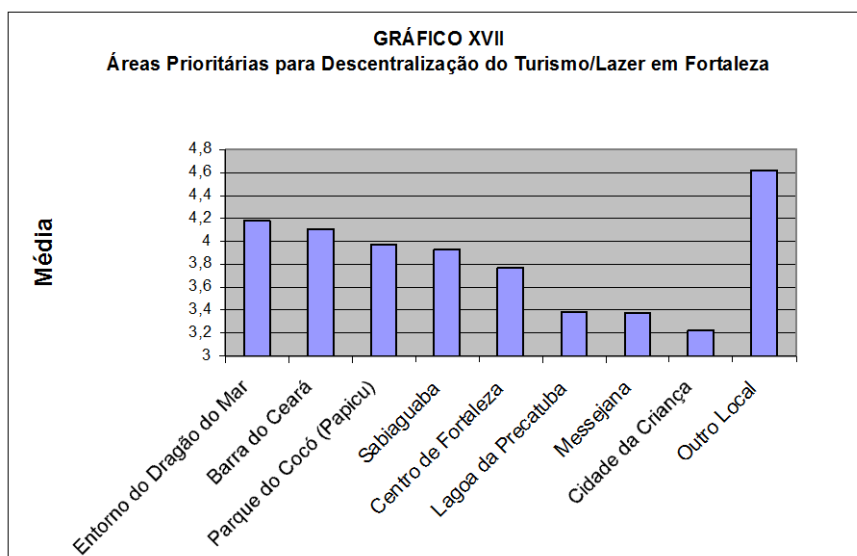
Formatado

Eletricistas e Bombeiros	72	3,21
Assessoria Jurídica	72	3,15
Transporte de Cargas	72	3,14
Marcenaria	71	3,10
Assistência Técnica de Eletrônicos	71	3,08
Barbearias e Salões de Beleza	70	3,01
Assistência Técnica e Contábil	72	2,90
Seguros	72	2,90
Corretagem	72	2,67
Outros Serviços	11	4,00

FONTE: Pesquisa Direta

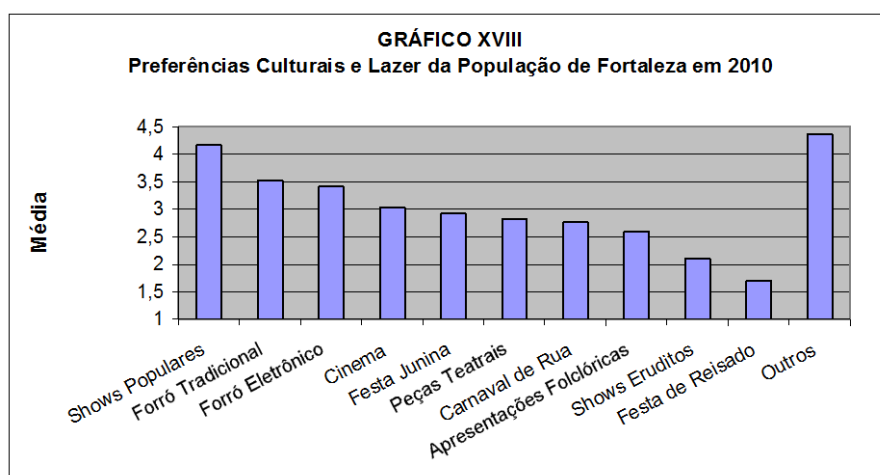
A atividade

turística em Fortaleza é concentrada na orla marítima. Outros locais devem surgir como forma de desconcentrar e diversificar a atividade. Dentre as áreas prioritárias citadas pelos respondentes, destacam-se o Entorno do Dragão do Mar, com peso médio de 4,18. Em segundo lugar, aparece a Barra do Ceará, também na orla marítima, que vem recebendo recentemente maior atenção das autoridades quanto a sua infra-estrutura. Em terceiro lugar, com peso médio de 3,97, foi citado o Parque do Cocó. A área da Sabiaguaba, com peso médio de 3,93, situa-se em quarto lugar e confirma a preferência pela região litorânea para a exploração da atividade turística em Fortaleza.



FONTE: Pesquisa Direta

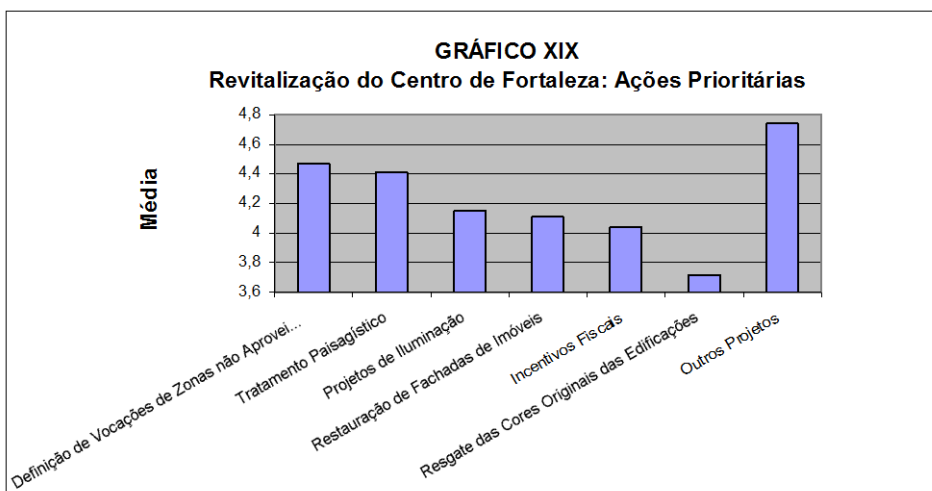
Quanto à forma de lazer preferencial do fortalezense até 2010, numa escala de 1, indicando menor preferência, até 5, indicando maior preferência, observou-se uma predominância da música. A opção “shows populares” foi a que obteve maior média, com 4,17, seguida por forró tradicional, com 3,53, e forró eletrônico, com 3,41. Cinema vem a seguir, com 3,04, e festas juninas aparecem com 2,92 de média. Em seqüência decrescente aparecem: peças teatrais, carnaval de rua, apresentação de folclore, shows eruditos e festa de reisado, dentre outras opções.



FONTE: Pesquisa Direta

4.6 Revitalização do Centro

Quanto à revitalização do centro de Fortaleza, os respondentes destacam duas ações que deveriam receber maior prioridade. Em primeiro lugar, com peso médio de 4,47, aparece a “definição das vocações de zonas para reaproveitamento de áreas degradadas, subutilizadas ou não utilizadas”. Logo após, com peso médio de 4,41, situa-se o tratamento paisagístico. Em seguida, aparecem três opções com pesos médios relativamente próximos: os Projetos de iluminação (4,15), a restauração das fachadas de imóveis (4,11) e os Incentivos fiscais, com peso médio de 4,04. Por último, com peso de 3,72, tem-se o resgate das cores originais dos edifícios. Outras medidas de menor preferência foram também citadas e aparecem no Gráfico XIX.



FONTE: Pesquisa Direta

Em relação ao METROFOR, dentre as opiniões consideradas positivas destacam-se a sua eficiência como meio de transporte, em primeiro lugar; a sua importância para o Município de Fortaleza, em segundo lugar, e, em terceiro, sua rapidez. Ainda foram citados comentários que salientaram sua importância para a revitalização do centro de Fortaleza, a melhoria da qualidade de vida da população e sua importância para o desenvolvimento econômico da Capital Cearense município. Registra-se que, se os aspectos positivos foram dispersos em vários itens, os aspectos negativos foram concentrados em dois itens: a sua relação custo/benefício, com comentários sobre seu elevado custo e os poucos benefícios relativos que irá trazer, e a inadequação de seu trecho, por não contemplar uma grande parte da população de Fortaleza.

4.7 Expectativas Populacionais

Quanto às maiores preocupações dos fortalezenses para o ano de 2010, mais uma vez o tema mais citado é o da “Segurança”, com 56 indicações, a mais expressiva de todas. Em segundo lugar, com 29 citações, aparece a “Geração de emprego e renda”. Foram ainda citadas a Saúde, o Transporte e a Moradia como outros temas que preocupam a população.

TABELA XI - Maiores Preocupações do Fortalezense para o Ano de 2010

Preocupações	Ordem
Segurança	1º
Emprego e Renda	2º
Saúde	3º
Educação	4º
Trânsito/Transporte	5º
Moradia	6º

FONTE: Pesquisa Direta

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Quando indagados sobre a Fortaleza dos seus sonhos, mais uma vez os respondentes destacaram a grande preocupação com a segurança, com 28 citações relacionadas. O sonho de uma Fortaleza com melhor distribuição de renda surge em segundo lugar, com 25 citações relacionadas. Em terceiro lugar, com 17 citações, aparece a preocupação dos respondentes com o meio ambiente e, em quarta posição, uma população com saúde satisfatória.

Formatado

TABELA XII**TABELA XII – Fortaleza dos Sonhos do Fortalezense em 2010**

Sonhos	Ordem
Segurança	1º
Melhor Distribuição de Renda	2º
Meio Ambiente Preservado	3º
População com Saúde Adequada	4º
Escola de Qualidade para Todos	5º
Maior Opção de Empregos	6º
Melhor Infra-estrutura e Serviços em Transporte/Trânsito	7º
Cidade Turística	8º
Melhor Qualidade de Vida	9º

FONTE: Pesquisa Direta

Formatado

V - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DE FORTALEZA

Este capítulo reúne as principais conclusões do estudo sobre o comportamento e tendências da demografia da cidade, compreendendo taxas de crescimento da Cidade, isoladamente e comparativamente às da Região Metropolitana de Fortaleza e do Estado, densidades populacionais, estrutura etária, cenários de crescimento populacional, além de outras análises correlatas.

O capítulo contempla ainda os principais resultados de um estudo para a criação de um Índice de Desenvolvimento Humano para a Cidade, estimado a nível dos bairros, para indicar as disparidades do desenvolvimento das diversas regiões da Capital.

Esses resultados indicam a necessidade da regionalização das políticas públicas municipais.

5.1. A Evolução Demográfica da Cidade

5.1.1. Contexto Nacional

Fortaleza, em 2000, ocupava a quinta colocação no *ranking* do contingente populacional das principais capitais brasileiras.

Dentre todas as capitais do Brasil, Fortaleza e Curitiba foram as únicas a experimentar uma desaceleração nas suas respectivas taxas geométricas de crescimento

populacional, durante os períodos 1996/2000 e 1991/2000. Além disso, o declínio populacional na Capital do Estado do Ceará intensificou-se na segunda metade da década de 90.

Fortaleza, juntamente com Curitiba e Brasília, situa-se na faixa de crescimento geométrica entre 2 a 3% ao ano, portanto, inferior a Manaus (3,74% ao ano) e superior às Cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre (taxas menores do que 1% anuais) e ao grupo formado por Recife, Belo Horizonte e Salvador (taxas entre 1 a 2% anuais).

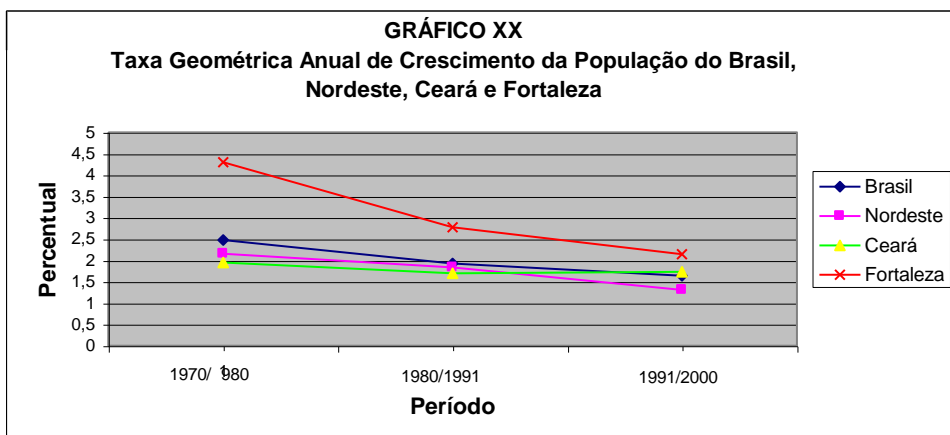
A Cidade de Fortaleza pertence ao seletor grupo das capitais brasileiras com mais de 2 milhões de habitantes, integrado também por São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Brasília.

Em termos absolutos, a população de Fortaleza evoluiu de 857.980 em 1970 para 2.141.402 habitantes em 2000, adicionando um contingente populacional de 1.283.422 pessoas, o que equivale a uma expansão de duas vezes e meia no período. Uma cidade quase do tamanho de Porto Alegre, em 2000, foi, portanto, adicionada à Fortaleza dos anos setenta.

As causas dessa expansão, além do processo migratório, são semelhantes às das outras capitais brasileiras e residem na redução da mortalidade geral e na maior longevidade populacional, associadas a progressos nas áreas de saneamento, ações preventivas de saúde pública e melhoria de hábitos e padrões de vida da população.

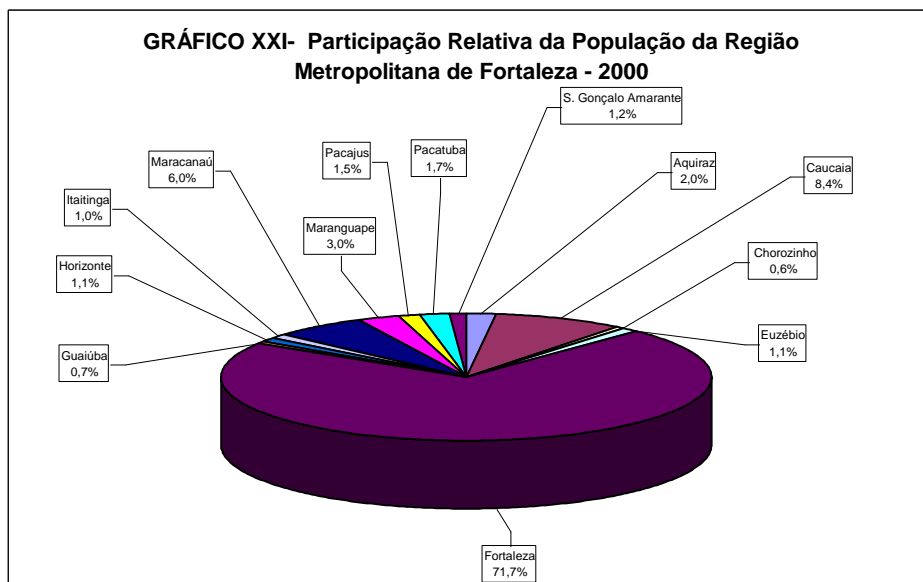
Comparando a evolução demográfica de Fortaleza com a do Estado, Nordeste e Brasil, observa-se que a expansão populacional da Cidade ainda é acentuada. Em geral, a taxa média anual de Fortaleza é quase um ponto percentual superior a outras áreas mencionadas. Essa diferença entre as taxas de crescimento tem sido mantida em relação à Região e ao País, desde a década de 70, respeitada a tendência geral declinante.

FONTE: IBGE



5.1.2. Contexto Estadual

Isoladamente, a participação da população de Fortaleza em 1970 e 2000 representava, respectivamente, 78,63% e 71,74% do total da Região Metropolitana de Fortaleza, enquanto a relação Fortaleza e Estado do Ceará, no início desse período, passou de 19,75% para 28,82% no final dos últimos trinta anos.

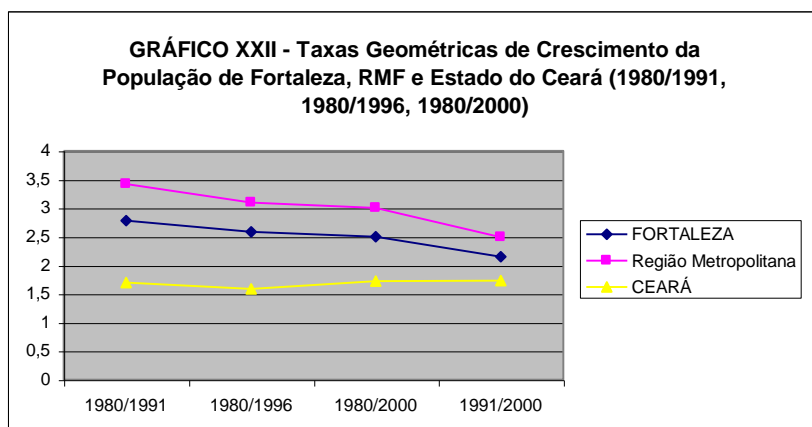


FONTE: IBGE

Não obstante a expressividade populacional da Capital do Estado, constata-se, no período 1970/2000, uma tendência de declínio na participação relativa da população de Fortaleza em relação à da RMF.

A despeito da queda na relação entre as populações de Fortaleza e da RMF, observa-se uma elevação na participação relativa da população da Capital Cearense no Estado do Ceará. Tal tendência resulta do fato de Fortaleza ainda se constituir no principal centro de prestação de serviços e de mercado de trabalho para a população dos municípios cearenses localizados fora da Região Metropolitana de Fortaleza, cuja economia se encontra estagnada.

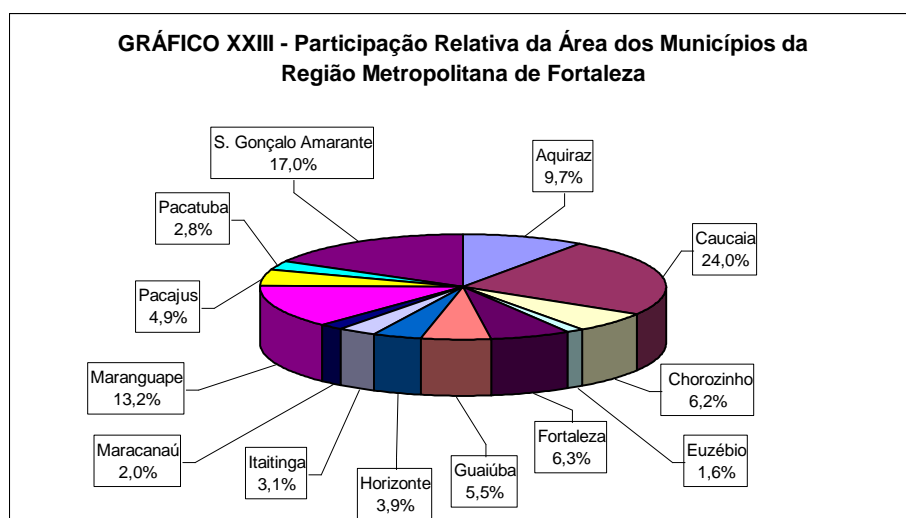
Relativamente ao crescimento populacional dos 13 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, em 1991/2000 (período contemplando os atuais municípios da RMF), a taxa geométrica de crescimento populacional da Capital do Estado, de 2,15% ao ano, ocupa a décima colocação, portanto, inferior à taxa de 2,49% da RMF, mas superior ao crescimento de 1,73% ao ano da população do Ceará como um todo.



FONTE: IBGE

A Cidade de Fortaleza, com 6.854,68 habitantes por quilômetro quadrado, apresenta a maior densidade demográfica da RMF, em 2000, superando o Município de Maracanaú (1.832,13 hab./km²), segundo colocado. As densidades da Região Metropolitana de Fortaleza como um todo, de 606,5 hab./km², e do Estado do Ceará (51,0 hab./km²) são

bem inferiores a essas. O incremento na densidade populacional de Fortaleza (21,08%) é inferior à registrada pela RMF (24,80%) e superior à taxa do Estado do Ceará (16,71%).



FONTE: IBGE

5.1.3. Aspectos Demográficos do Município de Fortaleza

Em que pese a expressividade populacional de Fortaleza no contexto nacional, tem-se observado, nos últimos 30 anos, uma desaceleração do crescimento demográfico da Cidade, com a taxa de crescimento anual caindo significativamente a cada censo realizado. De fato, a taxa média anual caiu do nível de 4,3%, na década de 70, para 2,78% em 80 e para 2,15% a.a., em 2000.

É causa provável dessa evolução demográfica a queda nas taxas de imigração para Fortaleza e de natalidade, sendo esta resultante da redução dos níveis de fecundidade das mulheres em idade de reprodução, motivada, principalmente, pelo controle da natalidade.

O processo migratório tem figurado como um dos fatores mais importantes para explicar o crescimento populacional da Capital. Em 1991, estavam registrados como residentes na Capital quase 720 mil pessoas não naturais de Fortaleza, o que representava cerca de 40% do total de habitantes do Município.

Contudo, há evidências de que a função da Capital, de absorvedora de mão-de-obra do interior do Estado, expulsa pela ocorrência da seca e pela desarticulação da economia rural, papel que foi exercido com muita intensidade na década de 80, tem diminuído em função da urbanização de cidades de médio porte do interior e do crescimento das cidades da região metropolitana, principalmente daquelas que passam por processo mais acelerado de industrialização, como é o caso de Maracanaú.

A despeito da queda na taxa de migração entre 1980 e 1991, deve-se considerar que a grande maioria do contingente não natural é constituída de famílias de baixa renda e sem qualificação para competir no mercado de emprego formal, resultando na proliferação de aglomerados urbanos subnormais e em grande pressão sobre o mercado informal de trabalho e os serviços públicos.

Acompanhando essa tendência da população migrante, observa-se também que a densidade populacional em Fortaleza – a relação habitante por quilômetro quadrado - apresentou acentuado crescimento, acompanhada, porém, de uma desaceleração desse adensamento na década de 90.

Em 1970, a densidade demográfica de Fortaleza girava em torno de 2.554 habitantes por quilômetro quadrado, tendo-se elevado para 6.855 habitantes por quilômetro quadrado em 2000. Esse adensamento tem sido mais intenso na região oeste da Cidade, que, em muitos aspectos, reproduz os hábitos e os padrões de vida de cidades do interior.

Em 2000, para cada 100 habitantes em Fortaleza, havia 46,80 homens, a terceira menor proporção dentre as dez capitais componentes.

O efeito conjunto do declínio da fecundidade e do incremento da esperança de vida das pessoas, a exemplo do que está ocorrendo com os demais municípios brasileiros, tem contribuído para que a proporção de crianças na população se reduza significativamente, enquanto aumenta o número de adultos e velhos.

De fato, a participação relativa da população com 60 anos ou mais evoluiu de 4,85%, em 1970, para 7,5% em 2000, enquanto, no mesmo período analisado, a faixa etária da população fortalezense de 0 a 14 anos teve sua participação reduzida de 40,4% para 29,4%. A população de faixa etária de 15 a 59 anos passou de 54,8%, no início do período, para 63,1% da população total, em 2000.

As informações constantes da **TABELA XIII** possibilitam avaliar os reflexos da estrutura etária da população de Fortaleza sobre a demanda de serviços públicos em 1996 e 2000.

**TABELA XIII - Estrutura Etária e Demanda de Serviços Públicos em Fortaleza-CE
(1996/2000)**

Faixa Etária	Anos	Nº Habitantes	Participação (%)	Pressão Exercida sobre os Serviços Públicos
0-4 anos	1996	202.542	10,3	Assistência de saúde à infância, particularmente nas áreas de alimentação suplementar e vacinação, além de creches, equipamentos públicos de lazer.
	2000	204.402	9,5	
5-9 anos	1996	201.621	10,2	Assistência à saúde, oferta de vagas escolares no ensino fundamental, iniciação artística e desportiva e disponibilidades de espaços públicos atrativos.
	2000	206.078	9,6	
10-19 anos	1996	428.099	21,8	Assistência à saúde, incluindo ações preventivas de combate ao tóxico, prostituição do menor, gravidez precoce, ações de prevenção à formação de gangues, oferta de vagas escolares no ensino fundamental e no 2º. grau, alfabetização, oportunidades de iniciação profissional e artística, opções de lazer e desporto e oferta de emprego.
	2000	454.927	21,2	
20-59 anos	1996	996.759	50,8	Assistência à saúde, alfabetização de adultos, oportunidades de profissionalização e requalificação, oportunidades de emprego e habitação.
	2000	1.115.764	52,2	
60 em diante	1996	136.492	6,9	Assistência de saúde à terceira idade, assistência psicossocial, oferta de espaços e casas de socialização do idoso, praças e parques atrativos e oportunidades de lazer e emprego.
	2000	160.231	7,5	

FONTE: Contagem População em 1996 e Censo Demográfico em 2000, IBGE, para os dados populacionais.

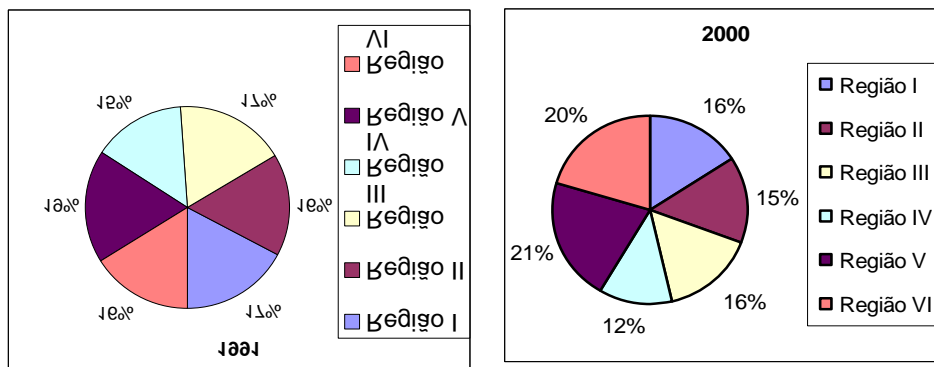
Quanto aos domicílios, em 1996, Fortaleza contava com 430.136 imóveis, o que foi ampliado em 2000 para 526.079 unidades, correspondendo a um incremento de 22,31% nesse período. A adição de 96.343 habitações (19.269 unidades anuais) é uma

cifra bastante modesta diante da gravidade do crônico problema de habitação vivenciada na Capital do Estado do Ceará - o déficit tem sido estimado em 140 mil habitações -, mais ainda quando se observa que o conceito adotado pelo IBGE para domicílio é muito abrangente, incluindo as ocupações de imóveis em construção ou abandonados, as habitações em áreas inadequadas e os vagões e veículos.

5.1.4. Aspectos Demográficos das Regiões Administrativas de Fortaleza

Analisada a distribuição populacional por região, durante o período de 1991 a 2000, constata-se que a Região Administrativa VI ocupa a primeira colocação no *ranking* do crescimento populacional ocorrido em Fortaleza, enquanto a Região IV foi a única área na qual se observou uma redução do contingente populacional em todo o período. No subperíodo de 1996 a 2000, porém, a Região IV apresentou recuperação do seu tamanho populacional, embora que em percentual modesto relativamente às demais.

GRÁFICO XXIV
Evolução da Participação Relativa da População das Regiões Administrativas (1991 e 2000)



FONTE: IBGE

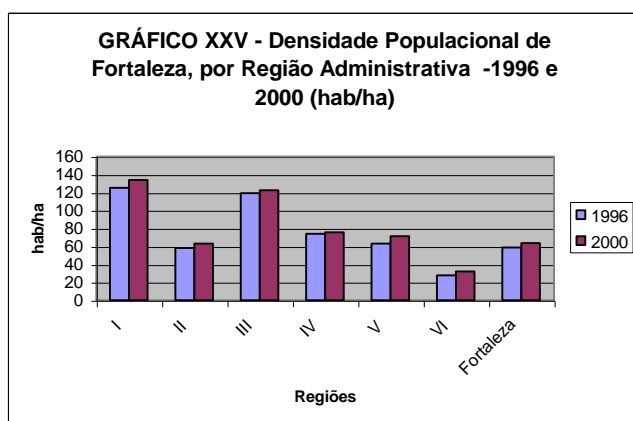
FONTE: IBGE

Comparativamente ao crescimento de 21,08% registrado para a população total de Fortaleza, no período 1991-2000, apurou-se que:

- apenas as Regiões Administrativas V (40,14%) e VI (53,98%) superaram a taxa média obtida pela Capital;

- as Regiões Administrativas I (11,78%), II (7,34%) e III (10,89%) apresentaram índices inferiores.

Todas as Regiões Administrativas de Fortaleza aumentaram a densidade demográfica no período de 1996 e 2000. Ultrapassaram a média municipal, de 63,89 habitantes por hectare em 2000, as Regiões Administrativas I, III, IV e V, enquanto as Regiões Administrativas II e VI conservaram suas posições anteriores de menor densidade que a média municipal.



FONTE: IBGE

No que diz respeito à evolução na distribuição espacial dos domicílios em Fortaleza, no período de 1996/2000, apenas as Regiões Administrativas VI (57,09%) e V (41,82%) colocaram-se acima da média municipal de 22,31%. As demais áreas administrativas apresentaram desempenhos bem inferiores à média, com incrementos que variaram de 1,7% (Região Administrativa IV) a 11,26% (Região Administrativa I).

A **TABELA XIV** apresenta a distribuição relativa da população total de cada Região Administrativa, para cada faixa de idade, e da Cidade de Fortaleza. De sua análise pode-se concluir que:

- a proporção maior de idosos da Cidade está na Região II;
- as Regiões V e VI destacam-se por suas participações no total das crianças até 9 anos, bem como de adolescentes e jovens até 19 anos;

- as Regiões V e VI também se destacam pela participação no total dos adultos de 19 a 59 anos.

TABELA XIV
Participação Relativa (%) da Faixa Etária da População por Região Administrativa de Fortaleza (2000)

Região	TOTAL População	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 59 anos	60 anos ou mais
I	15,88	15,96	15,90	15,99	15,72	16,57
II	14,56	10,70	10,92	13,94	15,49	19,47
III	15,90	15,44	15,55	15,80	15,93	16,99
IV	12,13	9,70	10,06	11,64	12,63	15,85
V	21,15	24,74	24,16	21,87	20,41	15,78
VI	20,37	23,46	23,41	20,75	19,81	15,33
Fortaleza	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Censo Demográfico 2000, do IBGE

5.1.5. Projeção da População de Fortaleza em 2010

A **TABELA XV** contém a estimativa da população de Fortaleza para o período 2001-2010, levando em consideração três cenários distintos:

- I - taxa geométrica anual de crescimento de 2,15% a.a., equivalente à ocorrida em 1991-2000;
- II - taxa geométrica anual de crescimento de 1,66% a.a., mantendo-se o ritmo de crescimento médio dos períodos 1980/1991 (2,78%) e 1991/2000 (2,15%);
- III - taxa geométrica anual de crescimento de 1,84% a.a., correspondente ao crescimento médio projetado semelhante à média ponderada de crescimento médio populacional entre 1996 e 2000 das capitais Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba.

Confirmadas tais tendências, Fortaleza poderá atingir, em 2010, um contingente populacional variando entre 2.524.639 (Cenário II) a 2.649.000 habitantes (Cenário I), ou ainda em torno de 2.569.698 pessoas (Cenário III), correspondendo a um acréscimo médio em torno de 450 mil habitantes.

**TABELA XV - Projeção da População de Fortaleza
(2001-2010)**

Ano	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	População	Incremento	População	Incremento	População	Incremento
2000	2.141.402	-	2.141.402	-	2.141.402	-
2001	2.187.442	46.040	2.176.949	35.547	2.180.804	39.402
2002	2.234.472	47.030	2.213.087	36.138	2.220.931	40.127
2003	2.282.513	48.041	2.249.824	36.737	2.261.796	40.865
2004	2.331.587	49.074	2.287.171	37.347	2.303.413	41.617
2005	2.381.716	50.129	2.325.138	37.967	2.345.796	42.383
2006	2.432.923	51.207	2.363.735	38.597	2.388.958	43.162
2007	2.485.231	52.308	2.402.973	39.238	2.432.915	43.957
2008	2.538.664	53.432	2.442.863	39.890	2.477.681	44.766
2009	2.593.245	54.581	2.483.414	40.551	2.523.270	45.589
2010	2.649.000	55.755	2.524.639	41.225	2.569.698	46.428

FONTE: Estimativa do estudo com base nos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1996.

Em números absolutos, a projeção da população de Fortaleza para as cinco faixas etárias consideradas por Cenário, em 2010, está discriminada na **TABELA XVI**.

**TABELA XVI
População Projetada por Faixa Etária - Fortaleza 2.010**

Cenários	População	00 a 04	05 a 09	10 a 19	20 a 59	60 ou +
I	2.649.000	203.973	211.920	516.555	1.467.546	249.006
II	2.524.639	194.397	201.971	492.305	1.398.650	237.316
III	2.569.698	197.867	205.576	501.091	1.423.613	241.551

FONTE: Estimativa do estudo com base nos censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1996.

A **TABELA XVII** contém a projeção do crescimento da população de Fortaleza em 2010, levando em consideração as cinco faixas etárias e os três cenários estabelecidos. Nos três cenários há uma expectativa de declínio na participação relativa das duas primeiras faixas etárias no período 2000-2010.

TABELA XVII - Estimativa Evolutiva da População de Fortaleza por Faixa Etária, segundo os Cenários.

Faixa Etária	2000	Cenários-2010			Variação 2000/ Cenários		
	População	I	II	III	I	II	III
0-4	204.402	203.973	194.397	197.867	-0,21	-4,89	-3,20
5-9	206.078	201.920	201.971	205.576	-2,02	-1,99	-0,24
10-19	454.927	516.555	492.305	501.091	13,55	8,22	10,15
20-59	1.115.764	1.467.546	1.398.650	1.423.613	31,53	25,35	27,59
60	160.231	249.006	237.316	241.551	55,40	48,11	50,75
Total/ Média	2.141.402	2.639.000	2.524.639	2.569.698	23,24	17,90	20,00

FONTE: Censo Demográfico de 2000, estimativas

Apoiando-se nas tendências demográficas e nos Cenários I, II e III, objeto de comentários anteriores, a população estimada por Região Administrativa em 2010 será de conformidade com a **TABELA XVIII**.

TABELA XVIII

Projeção População por Região Administrativa - Fortaleza 2010			
Região Adm.	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		2.649.000	2.524.639
I	397.350	378.696	385.455
II	378.807	361.023	367.467
III	362.913	345.875	352.048
IV	272.847	260.038	264.679
V	609.270	580.668	591.031

FONTE: Censo Demográfico de 2000, estimativas

5.2. A Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano e as Evidências da Problemática Social

5.2.1. Metodologia IDHM-B

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi elaborado para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para avaliar o bem-estar de uma população de um determinado país. O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) foi desenvolvido, a partir de uma adaptação metodológica do IDH, para medir a qualidade de vida de uma população de um estado ou cidade.

Diante do propósito de expressar os níveis desse desenvolvimento ao nível dos bairros na Cidade de Fortaleza, onde é possível conhecer melhor a situação local e identificar as disparidades municipais, foi elaborado o **Índice Municipal de Desenvolvimento Humano por Bairros (IDHM-B)**.

A metodologia utilizada para o cálculo do índice por bairros é semelhante à apresentada pelo IDH-M. Por uma limitação de acesso a informações neste nível, foram feitas adaptações metodológicas, onde foram utilizados três índices. Não foi utilizado o índice esperança de vida ao nascer, pela indisponibilidade no nível de bairros no momento desta pesquisa.

Índices Utilizados no presente estudo:

- **taxa de analfabetismo:** pessoas de 15 anos ou mais. Este índice não sofreu qualquer modificação, sendo utilizados os dados do censo 2000 (IBGE), disponível no nível de bairros. Os valores limites utilizados foram: Pior valor: 100%; Melhor valor: 0%.
- **número médio de anos de estudo dos chefes de família:** esse indicador foi utilizado em lugar do número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, previsto na metodologia original, devido à indisponibilidade dos dados do IBGE por ocasião deste estudo. Os valores limites utilizados foram: Pior valor: 0 ano; Melhor valor: 16 anos.
- **rendimento médio do chefe de família em salários mínimos:** a metodologia original utiliza a renda *per capita* média. Para este índice foram utilizados dados do IBGE onde os valores limites foram: Pior valor: 0,05 salário mínimo; Melhor valor: 30 salários mínimos.

A metodologia do IDH para classificar uma região é definida, para um intervalo entre 0 e 1, da seguinte maneira: Abaixo de 50% do índice (0,500) é classificado como de baixo desenvolvimento humano; índice entre 0,500 e 0,799 é classificado como de

médio desenvolvimento e a partir de 0,800 (80%) tem-se um nível alto de desenvolvimento humano.

Para a definição dos níveis do IDHM-B, utilizaram-se os mesmos intervalos percentuais do estudo original: Alto - a partir de 80%; Médio - menor que 80% e maior ou igual a 50% e Baixo - abaixo de 50%. Porém, o nível máximo foi estabelecido a partir do Bairro com melhor situação (Meireles, com IDHM-B de 0,916). Esta metodologia indicou os seguintes intervalos do IDHM-B: Alto desenvolvimento - $x > 0,733$; Médio desenvolvimento - $0,732 < x < 0,459$; Baixo desenvolvimento - $x < 0,458$.

Para este levantamento foram tabulados valores dos censos de 1991 e 2000 (IBGE), permitindo uma análise comparativa e evolutiva dos indicadores dos Bairros de Fortaleza.

Contudo, precisa-se levar em conta que o IDHM-B é uma adaptação metodológica que possui limitações pela indisponibilidade de dados no nível de bairros, semelhantes aos utilizados no IDH-M. Ainda assim, sua utilização permite uma análise da realidade local. Os dados utilizados foram coletados pelo IBGE com metodologia semelhante, o que viabiliza sua análise comparativa entre os Bairros de Fortaleza.

Importante ainda registrar a impossibilidade de comparação do IDHM-B de Fortaleza ou bairros com o IDH-M ou IDH destes, pela divergência de indicadores na construção do índice.

5.2.2. Dados Específicos

5.2.2.1. IDH-M de Fortaleza, Ceará e Brasil – 1970/1980/1991.

O IDH para o Município de Fortaleza e demais unidades geográficas estava disponível apenas até 1991, na ocasião desta pesquisa, embora estivesse sendo construído o índice 2000 pelo IPEA e Fundação João Pinheiro.

De acordo com a classificação do PNUD (**TABELA XIX**), em 1970, para um IDH-M de 0,463, Fortaleza estava classificada como de baixo desenvolvimento humano ($IDH < 0,500$). Em 1980, para um IDH-M de 0,681, Fortaleza estava classificada como de

médio desenvolvimento humano ($0,500 < IDH < 0,800$). Em 1991, a classificação de Fortaleza não se alterou, permanecendo na categoria de médio desenvolvimento, com um índice 0,762.

Fortaleza possui uma evolução do índice bem próximo do índice brasileiro, mas com valores acima do desempenho nacional e ainda com melhor variação entre 1970 e 1991 (64,58% contra 60,61%).

Em relação ao Estado do Ceará, Fortaleza apresenta índice bem superior à média estadual, embora a evolução do índice estadual tenha sido maior do que a da Capital (76,45% contra 64,58%), entre 1970 e 1991.

**TABELA XIX - Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – IDHM Fortaleza
(1970/1991)**

Unidade Geográfica	1970	1980	1991	Variação % 1970/1991
Fortaleza	0,463	0,681	0,762	64,58
Ceará	0,293	0,440	0,517	76,45
Brasil	0,462	0,685	0,742	60,61

FONTE: IBGE, IPEA, FJP.

5.2.2.2. IDHM-B de Fortaleza/Classificação das Regionais

O IDHM-B estimado para a Cidade de Fortaleza foi de 0,508, em 2000.

De acordo com a metodologia do IDHM-B (**TABELA XX**), a região administrativa com melhor desempenho é a Regional II, com índice 0,693 ($0 < x < 1$), seguida pela Regional IV, com índice 0,559. Estas duas regiões estão acima do índice da Cidade de Fortaleza.

Em seguida, logo abaixo do índice de Fortaleza em geral está a Regional III, com índice de 0,495; a Regional I, com índice de 0,483; a Regional VI, que apresenta um índice de 0,462, e, por fim, com o pior desempenho, ainda de acordo com o IDHM-B, está a Regional V, com índice 0,440.

Esta situação já demonstra um desequilíbrio entre as regiões administrativas de Fortaleza, tendo a Regional II um índice 36,42% acima da média, enquanto quatro regiões estão abaixo do índice de Fortaleza.

TABELA XX
Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros e Fortaleza (2000)

ÁREA GEOGRÁFICA	IDHM-B
Fortaleza	0,508
Regional II	0,693
Regional IV	0,559
Regional III	0,495
Regional I	0,483
Regional VI	0,462
Regional V	0,440

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

5.2.2.3. Evolução IDHM-B de Fortaleza e Regionais – 1991/2000

Nota-se na **TABELA XXI** que a classificação das regiões administrativas de Fortaleza não sofreu alteração de posições entre 1991 e 2000, tendo sempre à frente a Região II e, por último, a Região V.

Contudo, quando da análise da evolução dos índices, verifica-se um quadro de agravamento das disparidades entre as regiões, visto que a região de maior índice é a que obteve a maior evolução percentual no IDHM-B (21,58%), distanciando-se proporcionalmente mais ainda das demais regiões.

O mesmo vale para a segunda região com maior IDHM-B (Região IV), que obteve o segundo melhor desempenho (17,93%). A título de exemplo, em 1991, a Região II (melhor desempenho) possuía um índice 48,83% superior à Região V (pior desempenho); no ano de 2000, a distância aumentou para 57,50% (0,440 para 0,693).

TABELA XXI
Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro e Fortaleza (1991/2000)

ÁREA GEOGRÁFICA	IDHM-B 1991	IDHM-B 2000	Evolução Percentual
Fortaleza	0,449	0,508	13,14
Regional II	0,570	0,693	21,58
Regional IV	0,474	0,559	17,93
Regional III	0,430	0,495	15,12
Regional I	0,425	0,483	13,65
Regional VI	0,395	0,462	16,96
Regional V	0,383	0,440	14,88

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

5.2.2.4 Melhores e Piores Bairros – Fortaleza 2000

Quando se estratificam os melhores e piores bairros de Fortaleza, quanto ao IDHM-B, mais uma vez fica evidenciada a desigual distribuição de qualidade de vida na Capital Cearense. Todos os cinco bairros com melhores índices estão localizados apenas na Região II, a de maior desenvolvimento.

Enquanto isso, os cinco piores índices estão em duas regiões: em três bairros da Região V e em dois bairros da Região VI. Esses bairros e seus indicadores estão apresentados na **TABELA XXII**.

Além da dimensão agregada do índice, a análise da quantidade de bairros com baixos indicadores também evidencia as regiões que possuem as maiores carências na Cidade e que necessitam de uma maior atenção em programas sociais e de valorização da qualidade de vida.

TABELA XXII
Desempenho do IDHM-B - Bairros Selecionados – Fortaleza
(2000)

Bairro	IDHM-B	Regional
Melhores		
Meireles	0,916	II
Guararapes	0,865	II
Cocó	0,858	II
Dionísio Torres	0,832	II
Aldeota	0,830	II
Piores		
Curió	0,338	VI
Pedras	0,352	VI
Parque Presidente Vargas	0,377	V
Siqueira	0,377	V
Genibaú	0,378	V

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

5.2.2.5 Maiores Variações Percentuais IDHM-B Geral – Bairros Fortaleza 1991/2000

Dentre os bairros com o maior crescimento do IDHM-B, apresentados na **TABELA XXIII**, destaca-se o bairro Pedras, na Região VI, que apresentou uma variação de 99,25% entre 1991 e 2000, o que pode ser explicada pelo pequeno valor do indicador no início do período. A realidade socioeconômica do Bairro é melhor expressa quando se observa que o mesmo está entre os que possuem os mais baixos níveis de IDHM-B em 2000 (0,352), ficando à frente apenas do Bairro Curió (0,338).

Em uma análise por região, dentre os dez maiores crescimentos do IDHM-B tem-se a Região VI, com quatro bairros; a Região V, com três; a Região II, com dois; e, finalmente, a Região III, com um bairro.

De uma maneira geral, os bairros que apresentaram desempenho superior estavam com um IDHM-B pequeno em 1991, o que os deixa ainda com um índice menor que aquele de Fortaleza em 2000 (0,508). As exceções são os Bairros Salinas, Papicu e Maraponga, que estão entre os dez melhores desempenhos e com índice acima do índice de Fortaleza, respectivamente 0,683; 0,665 e 0,572.

TABELA XXIII
Maiores Evoluções do IDHM-B – Bairros Selecionados – Fortaleza
(1991/2000)

Bairro	Região	IDHM-B 2000	Variação % 1991/2000
Pedras	VI	0,352	99,25%
Salinas	II	0,683	41,21%
Siqueira	V	0,377	36,97%
Alagadiço Novo	VI	0,436	34,05%
Lagoa Redonda	VI	0,434	31,81%
Papicu	II	0,665	31,58%
Genibaú	V	0,378	30,61%
Maraponga	V	0,572	27,96%
Jangurussu	VI	0,421	27,32%
Autran Nunes	III	0,380	26,81%

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

5.2.2.6. Menores Variações Percentuais IDHM-B Geral – Bairros Fortaleza 1991/2000

Dentre os bairros com pior desempenho entre 1991 e 2000, listados na **TABELA XXIV**, o destaque negativo é, sem dúvida, o Bairro Praia do Futuro I, que foi o único a apresentar queda no IDHM-B (6,25%). Apesar deste quadro, o Bairro ainda possui um índice (0,576) acima do valor geral de Fortaleza (0,508).

Quatro bairros apresentam situação mais preocupante, pois, além de apresentarem desempenho insatisfatório (evolução do índice), ainda possuem IDHM-B abaixo do índice de Fortaleza: Dunas (variação de 1,47% e índice 0,391); Parque Manibura (variação 1,66% e índice 0,4290); Conjunto Esperança e Vila Velha (variações 3,24% e 3,96% e índices 0,488 e 0,473, respectivamente).

Os Bairros Fátima (0,716), Alagadiço (0,678), Amadeu Furtado (0,588) e Monte Castelo (0,531), embora com variações insatisfatórias, apresentam índices acima do IDHM-B de Fortaleza.

Em termos de regiões, a Região I possui três bairros entre os dez piores desempenhos. Com dois representantes estão as Regiões II e IV. Com um bairro entre os piores estão as Regiões III, V e VI.

TABELA XXIV
Piores Evoluções do IDHM-B – Bairros Selecionados – Fortaleza
(1991/2000)

Bairro	Região	IDHM-B 2000	Variação % 1991/2000
Praia do Futuro I	II	0,576	-16,25%
Dunas	II	0,391	1,47%
Parque Manibura	VI	0,429	1,66%
Conjunto Esperança	V	0,488	3,24%
Vila Velha	I	0,473	3,96%
Fátima	IV	0,716	6,08%
Montese	IV	0,550	6,73%
Monte Castelo	I	0,531	7,35%
Alagadiço	I	0,678	8,13%
Amadeu Furtado	III	0,588	8,15%

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

5.2.2.7 Melhores e Piores Bairros por Região – Ano 2000 – IDHM-B Geral

A análise por região, entre os melhores e piores bairros, permite conhecer a situação de maneira mais adequada, haja vista as particularidades de cada regional. Este levantamento é um instrumento importante para a gestão da melhoria dos níveis de qualidade de vida do município.

De maneira geral, a análise entre os melhores e piores demonstra que os bairros mais populosos é que estão entre os mais carentes, potencializando a problemática social, enquanto os bairros com melhores índices são menos representativos em termos populacionais. Esta análise retrata também que Fortaleza é desigual no nível de cada regional, com diferenças acentuadas entre o melhor e o pior bairro.

A **TABELA XXV** sintetiza as diferenças entre os melhores e piores bairros das regionais em relação ao IDHM-B. Destaca-se que a regional II, a de melhor posição em Fortaleza, apresenta a maior disparidade intra-regional entre os bairros, com uma diferença de 137,31% entre Cais do Porto e Meireles. Ou seja, mesmo a Região de melhor posição apresenta quadro de grande disparidade.

A Regional V apresenta a menor diferença interbairro, com a diferença de 51,7% entre o maior e o menor IDHM-B, estimados respectivamente para Maraponga e Presidente Vargas. Porém esta região é a de menor IDHM-B de Fortaleza (0,440), demonstrando que a homogeneidade ocorre em uma situação de baixo desenvolvimento social.

Contrariamente, a Regional IV, que possui a segunda menor diferença (69,67%), entre os índices do melhor e do pior bairro, apresenta um IDHM-B de 0,559, o segundo melhor de Fortaleza.

Em uma análise para identificar qual a variável do IDHM-B que mais contribui para que 42 Bairros de Fortaleza estejam com o índice no nível Baixo, evidencia-se que a variável “renda dos chefes de família” é a maior responsável por esta situação. Necessita-se de uma adequada política de geração de emprego e renda, bem como de ações efetivas desenvolvidas pelo poder público para reduzir a disparidade da qualidade de vida apresentada na Cidade de Fortaleza.

TABELA XXV
Comparativo Entre o Pior e o Melhor IDHM-B por Regional - Fortaleza
(2000)

Regional	Pior	Melhor	Varição %
I	Pirambu 0,391	Alagadiço 0,678	73,40%
II	Cais do Porto 0,386	Meireles 0,916	137,31%
III	Autran Nunes 0,380	Parquelândia 0,648	70,53%
IV	Aeroporto 0,422	Fátima 0,716	69,67%
V	Presidente Vargas 0,377	Maraponga 0,572	51,72%
VI	Curió 0,338	Parque Iracema 0,696	105,92%

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

A distribuição da população de Fortaleza segundo os critérios do IDHM-B está retratada na **TABELA XXVII/GRÁFICO XXVI**, onde se nota que a maioria da população está em áreas de médio IDHM-B e a minoria da população está em áreas de alto IDHM-B. Os melhores e piores bairros por regional são apresentados na **TABELA XXVII**.

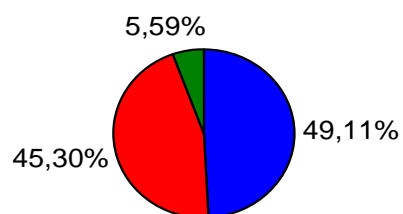
TABELA XXVI
Distribuição da População em Áreas de Fortaleza de acordo com o IDHM-B

(2000)




FORTALEZA	TOTAL	%
Alto IDHM-B	119 652	5,59%
Médio IDHM-B	1 051 691	49,11%
Baixo IDHM-B	970 059	45,30%

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

GRÁFICO XXVI
Distribuição da População em Áreas de Fortaleza de acordo com o IDHM-B
(2000)

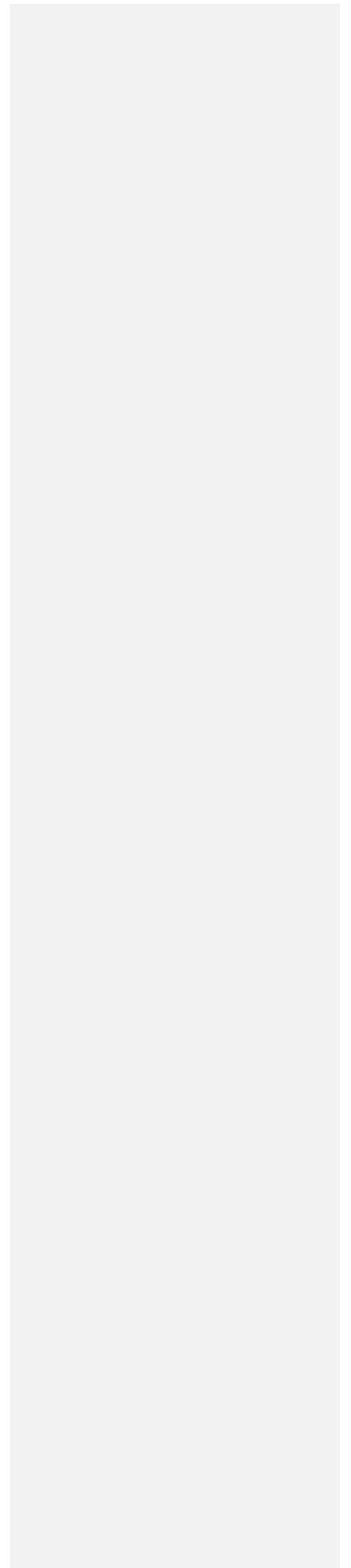


LEGENDA

	Médio IDHM-B
	Baixo IDHM-B
	Alto IDGM-B

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

**TABELA XXVII - Desempenho do IDHM-B, Participação da População de Fortaleza por
Regional/Bairro
(2000)**



(Continua)

REGIONAL/BAIRROS	IDHM-B	POPULAÇÃO	% REGIONAL
Regional I			
Alagadiço	0,678	13.117	3,86%
Farias Brito	0,564	11.634	3,42%
Vila Ellery	0,545	7.209	2,12%
MÉDIA REGIONAL	0,483		
Pirambu	0,391	18.453	5,43%
Cristo Redentor	0,410	28.914	8,50%
Arraial Moura Brasil	0,427	3.738	1,10%
Barra do Ceará	0,432	69.317	20,38%
Regional II			
Meireles	0,916	30.397	9,75%
Guararapes	0,865	2.899	0,93%
Cocó	0,858	13.952	4,47%
MÉDIA REGIONAL	0,693		
Cais do Porto	0,386	21.529	6,90%
Dunas	0,391	1.594	0,51%
Praia do Futuro II	0,404	7.651	2,45%
Vicente Pizon	0,479	39.551	12,68%
São João do Tauape	0,572	27.328	8,76%
Regional III			
Parquelândia	0,648	14.000	4,11%
Amadeu Furtado	0,588	12.074	3,55%
Parque Araxá	0,583	6.482	1,90%
MÉDIA REGIONAL	0,495		
Autran Nunes	0,380	21.323	6,26%
Pici	0,420	37.646	11,06%
Quintino Cunha	0,434	42.973	12,62%
Bonsucesso	0,443	37.316	10,96%
João XXIII	0,457	17.696	5,20%
Regional IV			
Fátima	0,716	23.070	8,88%
Benfica	0,664	12.932	4,98%
José Bonifácio	0,638	8.755	3,37%
MÉDIA REGIONAL	0,559		
Aeroporto	0,422	7.635	2,94%
Couto Fernandes	0,436	4.979	1,92%
Serrinha	0,444	25.682	9,88%
Dendê	0,479	2.120	0,82%
Pan Americano	0,484	8.777	3,38%

TABELA XXVII

Desempenho do IDHM-B, Participação da População de Fortaleza por Regional/Bairro
(2000)

(Conclusão)

REGIONAL/BAIRROS	IDHM-B	POPULAÇÃO	% REGIONAL
Regional V			
Maraponga	0,572	8.588	1,90%
Conjunto Ceará II	0,529	23.075	5,10%
Conjunto Ceará I	0,528	18.779	4,15%
MÉDIA REGIONAL	0,440		
Parque Presidente Vargas	0,377	4.815	1,06%
Siqueira	0,377	23.728	5,24%
Genibaú	0,378	39.258	8,67%
Granja Portugal	0,394	37.369	8,25%
Bom Jardim	0,403	34.507	7,62%
Regional VI			
Parque Iracema	0,696	4.447	1,02%
Cidade dos Funcionários	0,657	16.893	3,87%
Cambeba	0,629	5.428	1,24%
MÉDIA REGIONAL	0,462		
Curió	0,338	7.488	1,72%
Pedras	0,352	1.576	0,36%
Paupina	0,397	18.499	4,24%
Ancuri	0,398	13.891	3,18%
Jardim das Oliveiras	0,413	30.754	7,05%

FONTE: Estimativa com base em dados do IBGE

5.3. A Evolução e as Perspectivas do Desenvolvimento Econômico da Cidade

O cenário das atividades econômicas dinâmicas de Fortaleza sugere que os serviços, o comércio e o turismo continuam a gerar mais receitas e novas oportunidades de postos de trabalho, inclusive distanciando-se do segmento industrial.

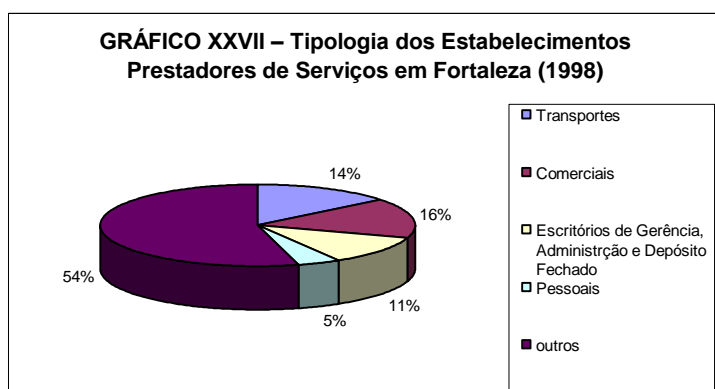
O crescimento da importância das atividades de serviços e do comércio sinaliza, por conseguinte, uma substancial alteração no processo de desenvolvimento da Capital Cearense.

5.3.1. Serviços

Em julho de 2001, de cada 100 pessoas ocupadas na economia fortalezense, 52 estavam localizadas no segmento dos serviços.

O segmento prestador de serviços em Fortaleza, em 1998, com 2.886 estabelecimentos da espécie, representava 56,73% do total do Estado do Ceará, caracterizando-se, portanto, como a das mais importantes atividades econômicas desse Município.

No contexto estadual, os gêneros “saneamento, limpeza urbana e construção”, “transporte” e “comerciais” pertinentes a Fortaleza, ocupam as três primeiras colocações no *ranking* dos estabelecimentos prestadores de serviços do Estado do Ceará, com a participação municipal equivalente, respectivamente, a 69,09%, 62,01% e 55,76%.



FONTE: SEFIN

5.3.2. Comércio

O comércio, segundo segmento econômico em termos de geração de emprego em 1998, contava com 32.445 estabelecimentos comerciais em Fortaleza, sendo 1.749 atacadistas e 30.696 varejistas. De cada 100 estabelecimentos comerciais existentes no Estado, quase 38 se localizavam em Fortaleza, sendo 62 estabelecimentos comerciais atacadistas e 37 varejistas.

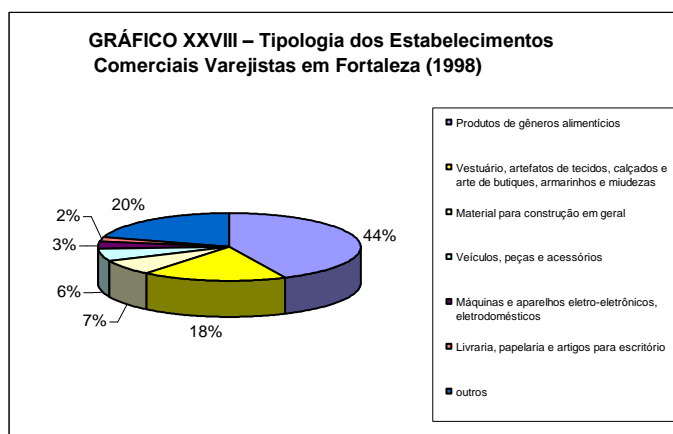
TABELA XXVIII

**Estabelecimentos Comerciais em Fortaleza
(1998)**

Gênero	Estabelecimento		
	Nº	Participação em Fortaleza (%)	Participação no Estado (%)
Atacadista	1.749	5,39	62,35
Varejista	30.696	94,61	36,91
TOTAL	32.445	100,00	37,74

FONTE: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Em números absolutos, ocupam as três primeiras colocações nas atividades comerciais varejistas em Fortaleza os gêneros “produtos alimentares”, “vestuários, artefatos de tecidos, calçados, artigos de boutique, armarinhos e miudezas” e “material para construção em geral”.



FONTE: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

5.3.3. Indústria

Em 1998, a participação relativa da indústria de transformação em Fortaleza correspondia a 98,46% das 5.467 unidades existentes nesse Município e a 47,47% do total do Estado do Ceará.

TABELA XXIX - Estabelecimentos Industriais em Fortaleza - 1998

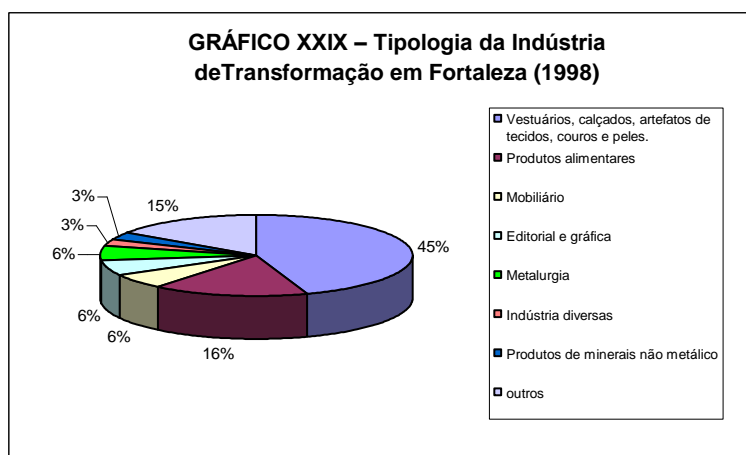
	Participação Relativa (%)

Gênero	Número	Município	Ceará
Extrativa Mineral	9	0,16	7,32
Construção Civil	65	1,19	36,52
Utilidade Pública	10	0,18	55,56
Transformação	5.383	98,46	48,07
TOTAL	5.467	100,0	47,47

FONTE: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Relativamente à tipologia da indústria de transformação localizada no Município, o gênero de “vestuários, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles” com 44,6% do total de Fortaleza, ocupava em 1998, a primeira colocação, seguida pelas categorias de “produtos alimentares” com 16,01%, “mobiliário” com 6,11%, “editorial e gráfica” com 6,06% e “metalurgia” com 5,89%.

No âmbito estadual, as tipologias industriais de maior importância econômica em Fortaleza são as dos gêneros “produtos farmacêuticos e veterinários”, “editorial e gráfica”, “vestuários, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles”, “material elétrico-eletrônico de comunicação” e “material de transporte”.



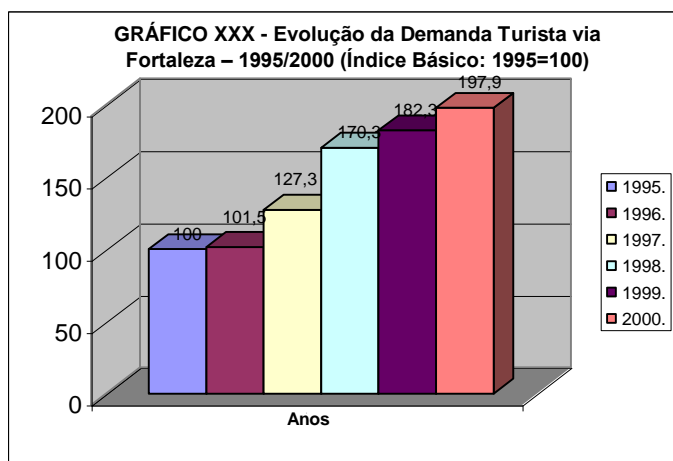
FONTE: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

5.3.4. Turismo

No período 1993/1996, a quantidade de turistas estrangeiros no Brasil cresceu cerca de 51,59%, registrando no final desse quadriênio o ingresso de 2.380.000 turistas provenientes de vários países.

O turismo em Fortaleza tem apresentado substanciais incrementos, tornando-se uma das mais importantes atividades econômicas do Município, em termos de geração de emprego e renda. Fortaleza é porta de entrada dos turistas (nacionais e estrangeiros) para o Estado do Ceará, notadamente para os municípios litorâneos e serranos do Ceará, além das Capitais do Nordeste.

No período de 1995/2000, a evolução da demanda turística via Fortaleza cresceu quase 98%, tendo o biênio 1997/1998 apresentado a maior taxa de incremento do fluxo de turista em Fortaleza. No período 1997/1999, a demanda turística em Fortaleza evoluiu de 970.000 para 1.507.914 turistas, portanto, evidenciando um crescimento de 55,45%.



FONTE: SETUR-CE

O turismo de negócios e eventos constitui o carro-chefe em Fortaleza, na medida em que 42% das pessoas que chegaram à Capital do Estado na baixa estação e 19% na alta estação se enquadram nessa categoria de turismo. Tal ocorrência é explicada porque Fortaleza concentra parte expressiva das atividades industrial, comercial e de serviços do Estado do Ceará, inclusive com abrangência nos estados vizinhos, além de sediar a grande maioria das universidades e centros de pesquisa.

A localização estratégica de Fortaleza, abaixo da linha do Equador, porta de entrada para os fluxos turísticos da Europa, América e África, e a facilidade conferida pela frequência de vôos diários, interligando-a com outras cidades e capitais do Brasil, representa para o Ceará uma vantagem comparativa de aproximadamente 3 horas no tempo de viagens internacionais em relação a outros destinos internos (Rio de Janeiro e São Paulo).

No tocante aos cruzeiros marítimos, Fortaleza reúne condições favoráveis para a operação de um *Concentration Port*, facilitado pela operação conjugada de transporte aéreo com cruzeiros oceânicos, ao longo do litoral do País.

O segmento de turismo via Fortaleza registrou uma receita de R\$909,9 milhões em 1997 (equivalente a 4,9% do PIB do Ceará) contra R\$695,9 milhões em 1996 (4,1% do PIB do Estado do Ceará).

TABELA XXX
Impactos Econômicos do Turismo no Estado via Fortaleza - 1996/1997

Indicadores	1996	1997
Gastos <i>per capita</i> por dia (R\$)	51,66	56,00
Permanência Média em dias	13,00	12,5
Gastos <i>per capita</i> (R\$)	671,58	700,00
Demanda Turística via Fortaleza	773.247	970.000
Receita Turística (R\$ milhões)	695,9	909,9
Direta	519,3	679,0
Indireta	176,6	230,9
PIB do Estado (R\$ milhões)	17.126	18.539
PIB de Fortaleza (R\$ milhões)	15.642	17.589
PIB <i>per capita</i> Fortaleza (R\$1,00)	6.678	7.194

FONTE: SETUR-CE e IPLANCE

No biênio 1996/1997, os gastos *per capita* do turista em Fortaleza cresceram de R\$ 671,58 para R\$ 700,00, correspondendo a uma despesa diária em ascensão, de R\$51,66 para R\$56,00. Em média, a permanência do turista em Fortaleza gira em torno de 13 dias.

O ingresso do turista nacional e estrangeiro através de Fortaleza, no período de 1996/1997, cresceu de 25,4%, cabendo ao turista nacional um crescimento de 18,3%, enquanto o estrangeiro registrou um incremento de 37,5%.

Em 1997, no âmbito do turismo nacional, a Região Nordeste (39,7%) ocupou a primeira colocação, enquanto a Itália (16,6%), os Estados Unidos (16,0%) e a Argentina (15,5%) lideraram as três primeiras colocações no *ranking* de turistas estrangeiros que ingressaram no Ceará através da Cidade de Fortaleza.

Dentre os vinte principais mercados emissores de turistas estrangeiros para o Estado do Ceará via Fortaleza, apresentaram crescimento negativo somente a Austrália, a Áustria, o Canadá, a Holanda, a Inglaterra, o Paraguai e a Suíça.

TABELA XXXI
 Mercados Emissores para o Ceará Via Fortaleza

Origem	1996	(%)	1997	%	Variação (%)
Nacional	773.038	100,0	914.710	100,0	18,3
Norte	80.634	11,0	117.083	12,8	45,2
Nordeste	297.613	40,6	363.140	39,7	22,0
Centro Oeste	82.100	11,2	106.106	11,6	29,2
Sudeste	248.500	33,9	298.195	32,6	20,0
Sul	24.190	3,3	30.185	3,3	24,8
Estrangeiro	40.209	100,0	55.290	100,0	37,5
Alemanha	3.136	7,8	3.483	6,3	11,1
Argentina	4.584	11,4	8.570	15,5	87,0
Austrália	322	0,8	276	0,5	-14,3
Áustria	1.126	2,8	663	1,2	-41,1
Bélgica	161	0,4	332	0,6	106,2
Canadá	885	2,2	663	1,2	-25,1
Chile	402	1,0	885	1,6	120,1
Espanha	1.166	2,9	4.202	7,6	260,4
EUA	5.147	12,8	8.846	16,0	71,9
França	2.935	7,3	3.483	6,3	18,7
Holanda	965	2,4	332	0,6	-65,6
Índia	32	0,1	166	0,3	418,8
Inglaterra	1.005	2,5	885	1,6	-11,9
Itália	7.881	19,6	9.178	16,6	16,5
Japão	925	2,3	1.051	1,9	13,6
Paraguai	402	1,0	276	0,5	-31,3
Portugal	3.136	7,8	5.584	10,1	78,1
Suíça	2.975	7,4	2.765	5,0	-7,1
Uruguai	684	1,7	940	1,7	37,4
Venezuela	80	0,2	442	0,8	452,5
Outros	2.252	5,6	2.267	4,1	0,7
Total	773.247	100,0	970.00	100,0	25,4

FONTE: SETUR-CE

Tomando por base os principais elos da cadeia turística no Estado do Ceará como um todo, constata-se que em 1995 o número de estabelecimentos prestadores de serviços totalizava 28.191 unidades, contra 31.194 estabelecimentos da espécie em 1996, significando um incremento de 10,7% nesse biênio.

TABELA XXXII - Prestadores de Serviços Turísticos no Ceará – 1995/1996

Atividades	1995	1996
Meios de Hospedagem	1 186	1 292
Serviços de Alimentação	23 222	25 498
Serviços de Transportes	1 394	1 638
Casas de Diversões	637	743
Serviços Auxiliares	1 752	2 023
Total	28 191	31 194

FONTE: SETUR/JUNSEC

A oferta hoteleira de Fortaleza, em dezembro de 1997, totaliza 160 estabelecimentos disponibilizando 6.117 unidades habitacionais –Uts (apartamentos) e 14.104 leitos. No período de 1996/1997, houve um incremento de 6,7% na quantidade de estabelecimentos, 7,3% na disponibilidade de leitos e 2,9% no número de apartamentos.

A taxa de ocupação no período 1996/1997 passou de 47,1 para 51,3%, representando um crescimento de 8,9%. Nesse biênio, as melhores taxas de crescimento de ocupação da rede hoteleira de Fortaleza ficam por conta dos albergues (44,4%), pousadas (31,5%) e hotéis não classificados (28,6%) e flats (10,4%). Apenas, nos hotéis classificados houve queda no crescimento da taxa de ocupação (-5,0%).

Tem-se que reconhecer, ainda, que o incremento no fluxo de turista para Fortaleza, necessariamente, passará pela criação de um diferencial de atratividade com relação às capitais nordestinas, concorrentes mais próximas. As vantagens competitivas e comparativas apoiadas na proximidade da Capital do Ceará dos Estados Unidos e Europa serão anuladas, na medida em que Fortaleza não apresentar um diferencial para os turistas nacional e estrangeiro, tais como praias despoluídas, segurança,

hospitalidade, culinária, artesanato, atendimento com qualidade, higiene, preços e qualidade dos produtos e serviços mais atrativos, dentre outros aspectos.

5.3.5. Produto Interno Bruto de Fortaleza no Contexto Estadual

Em 1996, o Produto Interno Bruto de Fortaleza totalizava cerca de R\$6,68 bilhões, situando-se em torno de 43% do montante do Ceará, elevando em termos absolutos em 1998 para R\$7,20 bilhões, mas representando cerca de 38% do PIB do Estado.

A tendência de redução na participação relativa do PIB municipal no contexto do Ceará é reflexo dos resultados da política de interiorização da indústria adotada pelo Governo do Estado, seja concedendo subsídio para a implantação de novas indústrias no interior do Ceará, seja implantando infra-estruturas básicas, notadamente, nos Municípios de Sobral, Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Euzébio, dentre outros.

Como consequência dessa política de interiorização do desenvolvimento no Ceará e a ausência de uma política de fomento, ampliação e modernização dos serviços e comércio para a Capital do Estado, estabelece-se um descompasso entre o crescimento do PIB da Capital do Ceará (7,79%) e o Estado (20,35%) no triênio 1996/1998. No biênio 1997/1998, essas diferenças de crescimento se acentuaram uma vez que praticamente não houve incremento no Produto Interno Bruto em Fortaleza, contra a ocorrência de 7% de crescimento desse indicador econômico no Estado do Ceará.

TABELA XXXIII
Produto Interno Bruto de Fortaleza e Estado do Ceará, a Preços de Mercado
(1996, 1997 e 1998)

Unidade Federativa	Valor: R\$1.000			Crescimento (%)		
	1996	1997	1998	1996/1997	1997/1998	1996/1998
Fortaleza	6.677.736	7.193.797	7.197.918	7,73	0,06	7,79
Ceará	15.641.988	17.589.092	18.825.168	12,45	7,03	20,35
Rel.Fortaleza/Ceará (%)	42,69	40,90	38,24	-	-	-

FONTE: IPLANCE/IBGE

Historicamente, o PIB *per capita* dos fortalezenses vem ultrapassando o valor do indicador do Estado do Ceará. Contudo, ao longo do período 1995/1998, verificou-se um processo de desaceleração no crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* de Fortaleza.

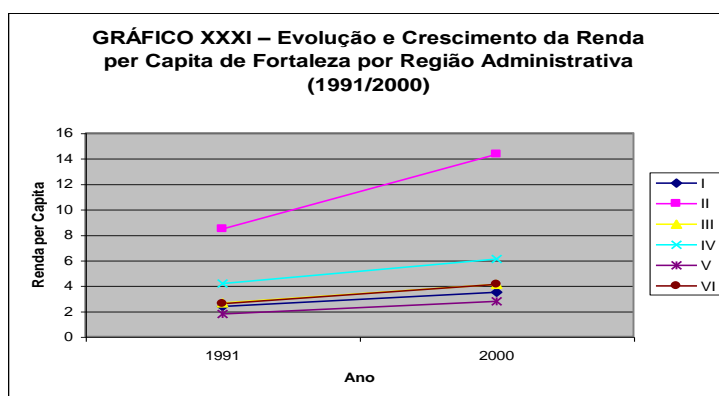
Desse modo, em 1995, o PIB *per capita* de Fortaleza representava 1,5 vez a do Estado, tendo, contudo, caído essa relação para 1,3 vez em 1998.

Em termos absolutos, o Produto Interno Bruto *per capita* de Fortaleza passou de R\$2.875 em 1995 para R\$3.515 em 1998, correspondendo a um incremento de 22,26%, enquanto o do Estado, com R\$1.856 em 1995, evoluiu para R\$2.691 em 1998, resultando em um crescimento de quase 45% no quadriênio analisado.

5.3.6. Distribuição de Renda em Fortaleza por Região Administrativa

Especialmente, a distribuição de renda em Fortaleza apresenta-se excessivamente concentrada nas Regiões II, com 14,32 salários mínimos *per capita*, e IV, com 6,08 salários mínimos, superando, portanto, o valor médio de 5,61 salários mínimos *per capita* registrados em 2000 para a Cidade de Fortaleza.

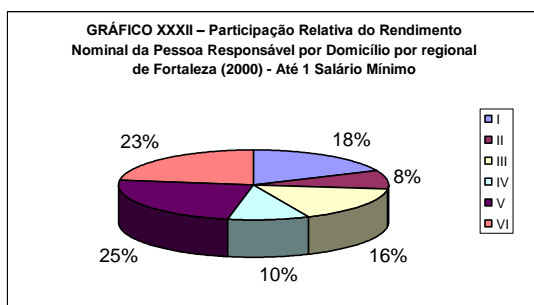
A Região V, com 2,78 salários mínimos *per capita*, figura como sendo a mais pobre das regiões administrativas de Fortaleza, enquanto as três restantes detêm índices variando entre 3,49 (Regional I) e 4,11 salários mínimos *per capita* (Regional VI).



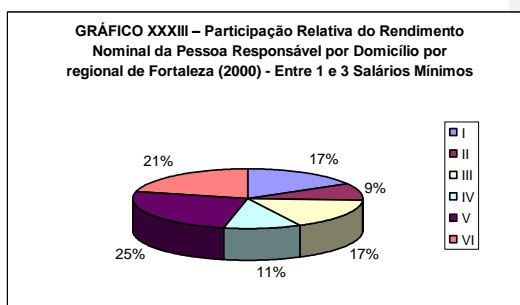
FONTE: IBGE(1991 e 2000)

No período analisado, constata-se um crescimento no número de salários mínimos *per capita* em todas as regiões administrativas de Fortaleza, tendo no último decênio essa Capital evoluído de 53,70%. Superaram essa média municipal as Regiões Administrativas II, III, V e VI.

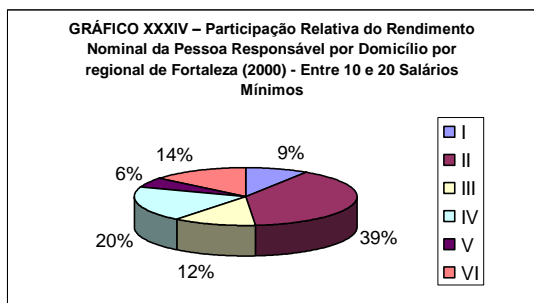
Os **GRÁFICOS** a seguir mostram a participação relativa de cada faixa de estratificação do rendimento Mensal em Salário Mínimo do Responsável por domicílio das Regionais Administrativas com relação ao valor total do Município de Fortaleza em 2000.



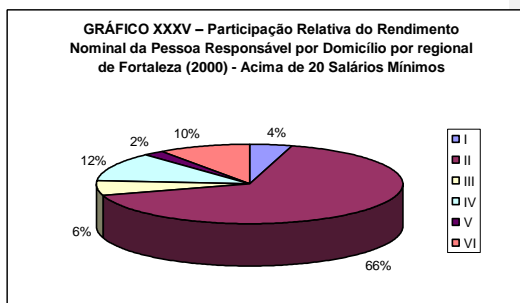
FONTE: IBGE 2000



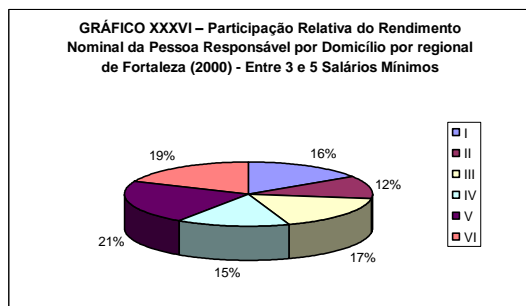
FONTE: IBGE 2000



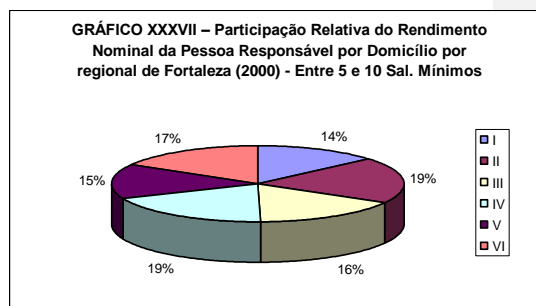
FONTE: IBGE 2000



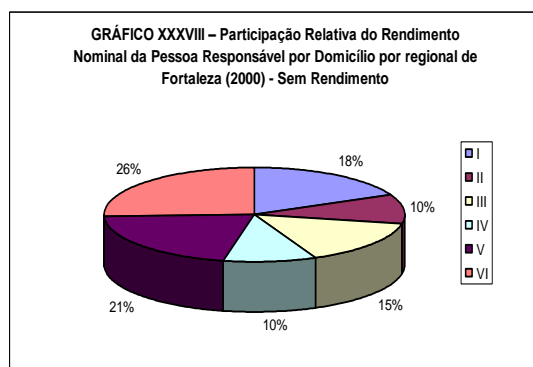
FONTE: IBGE 2000



FONTE: IBGE 2000



FONTE: IBGE 2000



FONTE: IBGE 2000

5.3.7. Mercado de Trabalho em Fortaleza

O mercado de trabalho em Fortaleza caracteriza-se por uma grande parcela da população ocupada atuando na informalidade e por apresentar alta rotatividade e flexibilidade, baixos salários, facilidades para dispensa imotivada, altas taxas de desemprego, baixa taxa de sindicalização, desigualdades sociais, exclusão social, marginalidade, dentre outras características.

Em termos de geração de emprego, observou-se que, em julho de 2001, o segmento de serviços absorveu 52% do total da população economicamente ativa, sendo o segmento econômico que mais gerou emprego na Capital Cearense. Segue-se a ele o comércio, com 21%, e a indústria de transformação, com 17% do trabalho formal em Fortaleza.

Nos últimos doze meses de julho de 2000 a julho de 2001, o desemprego aberto em Fortaleza subiu de 13,03% para 14,52%, forçando a população a deslocar-se para o desemprego aberto ou para formas de desemprego oculto, ou de trabalho informal, de tempo parcial e baixíssimo nível de remuneração.

Tal situação é preocupante porque a sua grande maioria é formada por pessoas de faixas etárias mais avançadas, justamente onde ocorrem as maiores quantidades de substituição dessa mão-de-obra por jovens mais instruídos e capacitados, egressos das escolas profissionalizantes e das universidades.

5.4. A Organização Urbana e o Meio Ambiente

5.4.1. Histórico Recente da Expansão Urbana

Até o início do século XX, Fortaleza era habitada de maneira mais homogênea pela população mais abastada, que ocupava grande parte da malha urbana da época, havendo núcleos habitacionais expressivos no Centro e Praia de Iracema, com outros dispersos em bairros como Messejana, Antônio Bezerra e Parangaba.

Ainda na primeira metade do século XX, com o surgimento da Aldeota, para lá se deslocou a valorização imobiliária e fundiária, quando se concluiu que aquele seria o bairro ideal para atender à função de moradia das classes mais abastadas, fenômeno também verificado na segunda metade do século no trecho da orla marítima entre a Praia de Iracema e o Mucuripe.

No entanto, os incrementos dos serviços de infra-estrutura básica e sistema viário, o alto custo dos imóveis nas áreas mais nobres e o crescimento demográfico contribuíram para que bairros menos adensados viessem a se tornar passíveis de incorporação urbana, sendo inclusive dotados de fatores de atração, como, por exemplo, o Cambéa, para onde se deslocou a Sede do Governo Estadual.

O processo de expansão urbana acarretou impactos visualizados no meio físico. Áreas outrora ocupadas por extensas faixas de dunas hoje apresentam dunas menores e isoladas, assim como as lagoas, antes mais numerosas, hoje se encontram aterradas ou reduzidas, por ações da construção civil.

A ocupação que se dava predominantemente por casas deu lugar, nos anos 70, ao início do processo de verticalização da Cidade, a partir da aprovação da Lei 5.122-A/79, antecessora da Lei de Uso e Ocupação do Solo ora em vigor. Deste processo de verticalização, pode-se concluir que as regiões afetadas já estão quase que completamente ocupadas e concentram-se nas áreas próximas àquelas dotadas de comércio e serviços; e que estas áreas, por serem mais valorizadas, sofrem mais com a especulação imobiliária, visando-se o maior aproveitamento possível do terreno,

gerando problemas como a carência de áreas verdes urbanas, e deficiências do sistema de drenagem.

Além disso, o processo de verticalização, principalmente no caso da orla marítima, tem sido alvo de polêmicas em torno da possibilidade de alteração no clima da Cidade, através da interferência na ventilação natural vinda do mar.

Mais recentemente, desde os anos 90, a expansão urbana em Fortaleza se tem dado com mais expressão no sentido sudeste, no caso das populações mais abastadas, que migraram para o Cocó, Edson Queiroz, Cidade dos Funcionários e adjacências. As populações de baixa renda, por sua vez, têm se dirigido no sentido sudoeste da Cidade, tendo sido esta zona paulatinamente incorporada através da construção de conjuntos habitacionais, já a partir dos anos 60.

A expansão da malha urbana no sentido Centro-periferia se deu de forma muito veloz, a ponto de impedir seu devido ordenamento pelos instrumentos de planejamento e controle do uso e ocupação do solo, bem como a adequada provisão dos serviços de infra-estrutura.

5.4.2. Condicionantes da Expansão Urbana

Até os anos 70, o crescimento populacional das grandes cidades do Sudeste do País teve contribuição do fluxo migratório de pessoas em busca de oportunidades de emprego, oriundas inclusive do Ceará. No entanto, a saturação das ofertas de emprego e dificuldades associadas ao exercício das atividades informais fez com que essa parcela da população fosse cada vez mais em busca de oportunidades em escala mais local, restringindo esse fluxo migratório ao nível estadual.

As populações expulsas do campo recorreram então a Fortaleza, motivadas por suas facilidades de acesso, de transportes e de ocupação de terras. Assim, a migração vinda do interior do Estado contribuiu para acentuar o crescimento demográfico da Capital a partir dos anos 80, acarretando inclusive o aumento do número de habitações subnormais e o conseqüente déficit habitacional, estimado pela Revista Econômica do Nordeste, edição de julho de 1997, em cerca de 145.000 unidades.

Além deste êxodo rural, a própria taxa de natalidade da população já radicada na Cidade, aliada à taxa relativa à população oriunda do campo, contribuiu para o crescimento demográfico verificado, o que trouxe a necessidade de novos terrenos e imóveis, cuja existência dependerá de investimentos em sua transformação formal e funcional, ou seja, o loteamento e construção, bem como a conseqüente infra-estrutura implantada.

Pode-se concluir, portanto, que o crescimento demográfico decorre de fatores socioeconômicos (a natalidade e o êxodo, seja ele vindo do interior ou de outros Estados) e torna-se o principal fato gerador da expansão urbana, que tem como principais elementos direcionantes, no aspecto físico e espacial, a infra-estrutura, transporte e sistema viário, traçado dos recursos hídricos e localização dos recursos naturais.

5.4.3. A Descentralização Urbana

5.4.3.1. A Descentralização e a Legislação

Ressaltando sua intenção na descentralização da Cidade, o PDDU-FOR cita no Art. 20 como uma de suas macrodiretrizes:

- *“promover a desconcentração e a descentralização da Cidade, através da distribuição da população e das atividades socioeconômicas compatíveis com a infra-estrutura básica e a rede de equipamentos urbanos”* (parágrafo III)

- *“promover a desconcentração e a descentralização da Cidade, através da interligação e maior acessibilidade entre as áreas de concentração de atividades urbanas, atenuando a atração centro/periferia;”* (parágrafo IV)

Com esta intenção, são incluídas entre as áreas especiais as Áreas de Urbanização Prioritária, listadas no **QUADRO I**, especificando-se a Regional na qual cada uma se localiza, notando-se que somente a Regional V não contém nenhuma delas:

QUADRO I
Área de Urbanização Prioritária de Fortaleza por Região Administrativa

Área de Urbanização Prioritária	Regional
Carlito Pamplona	I
Centro	II
Aldeota	II
Antônio Bezerra	III
Parangaba	IV
Montese	IV
Messejana	VI
Seis Bocas	VI

FONTE: Lei de Uso e Ocupação do Solo e Prefeitura Municipal de Fortaleza

Acerca dessas áreas, o PDDU-FOR determina ainda o seguinte:

- *"O Poder Executivo definirá novas áreas de urbanização prioritária, caso as julgue necessárias ao processo de desconcentração e descentralização das atividades."* (Artigo 32, ratificando a intenção de promover o processo de desconcentração e descentralização).

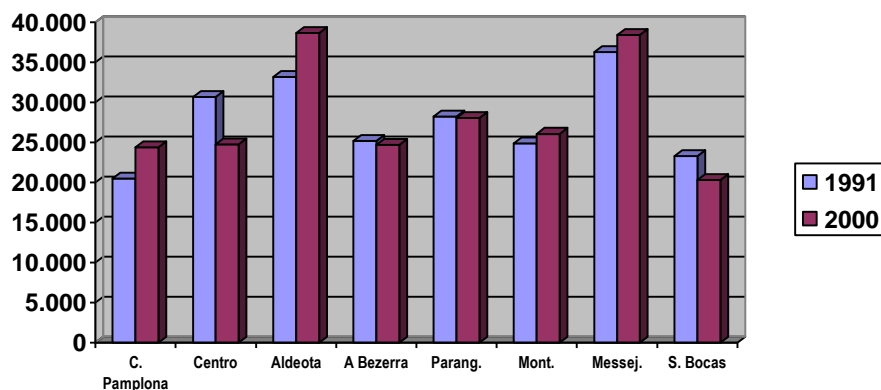
Quanto à delimitação das Áreas de Urbanização Prioritária, a LUOS coloca em seu Art. 10, § 2º:

- *"Os perímetros das Áreas de Urbanização Prioritária serão delimitados quando da elaboração dos respectivos projetos urbanísticos."*

5.4.3.2.A Demografia Face à Descentralização

Os bairros detentores das Áreas de Urbanização Prioritárias tiveram, entre 1991 e 2000, a evolução demográfica descrita no **GRÁFICO XXXIX**:

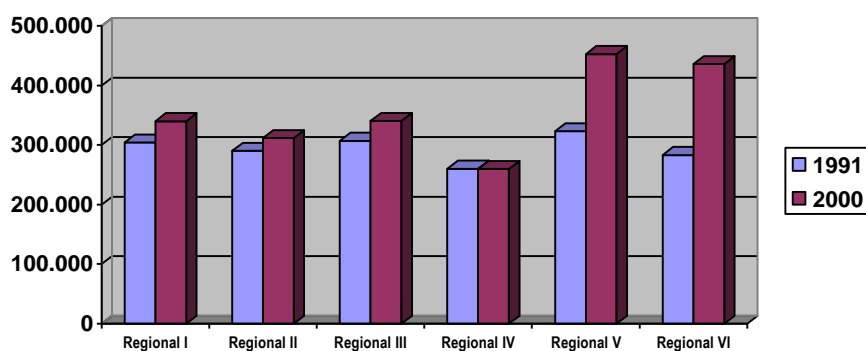
GRÁFICO XXXIX - Evolução da População de Fortaleza Residente nas Áreas Urbanas Prioritárias 1991-2000



FONTE: IBGE

Analisando-se esta questão no âmbito de cada Regional, tem-se o **GRÁFICO XL**, mostrando a evolução demográfica naquele período.

GRÁFICO XL
Evolução da População de Fortaleza por Região Administrativa – 1991-2000



FONTE: IBGE

Assim, a taxa global de crescimento populacional de 21,08% da Cidade mostra-se menor que as das regionais V (que não contém Área de Urbanização Prioritária) e VI, ambas de população predominantemente de baixa renda.

5.5. Disponibilidade e Distribuição da Infra-Estrutura Básica

5.5.1. Sistema Viário e de Transporte Público

5.5.1.1. Situação Atual do Sistema Viário

As seis rodovias que chegam à Cidade de Fortaleza (BR's 020, 116 e 222, e as CE's 040, 060 e 065) foram implementadas com um desenho cujo prolongamento converge predominantemente ao centro, o que deu ao traçado viário uma estrutura nitidamente radial. Porém, chegando-se ao centro, nota-se, além de sua alta densidade ocupacional, o aspecto ortogonal de suas vias, datadas do início da expansão urbana, cujas caixas apresentam dimensionamento obsoleto, fazendo com que ali se concentrem os maiores problemas de congestionamento de trânsito.

Mesmo as vias perimetrais, surgidas nos últimos 30 anos, não puderam evitar, por seu aspecto descontínuo, que os eixos radiais se mostrassem congestionados, devido ao fato de o centro de Fortaleza ser bairro de destino ou trânsito da maior parte das viagens.

O sistema ferroviário da Capital do Estado do Ceará conta com duas linhas de trem: a linha tronco-norte, que cobre o percurso Fortaleza-Caucaia, com 20 km de extensão, e a linha tronco-sul, cobrindo o percurso Fortaleza-Maracanaú com 23 km.

A expansão da malha viária tem sido preponderante nas zonas sudeste e sudoeste da Capital do Estado do Ceará, bem como nas áreas remanescentes passíveis de ocupação, fazendo com que esta distribuição ultrapasse os limites da Cidade de Fortaleza, extrapolando as divisas intermunicipais. No entanto, tem havido uma certa defasagem desta evolução em relação ao uso do solo e atividades comerciais, e as conseqüentes mudanças nos fluxos diários do cidadão.

5.5.1.2. Situação Atual do Transporte

Atualmente, apenas uma a cada seis famílias é proprietária de um ou mais automóveis disponíveis para seu uso. Esta parcela mais abastada da população aponta o automóvel como meio de transporte preferencial. Outros meios de locomoção citados são a caminhada (para distâncias curtas), o táxi ou, em último caso, o transporte coletivo, quando o automóvel não está disponível.

A maior parte da população, porém, depende do transporte público, da bicicleta ou da caminhada para se locomover. A pesquisa de origem/destino de 1996 indica que ocorrem cerca de 3,5 milhões de viagens urbanas por dia na Cidade de Fortaleza, sendo 38% a pé, 36% de ônibus, 19% de automóvel, 6% de bicicleta e ciclomotor, 1% de trem e 1% de táxi. Nota-se, portanto, como o ônibus sobressai-se entre os meios de transporte motorizados, no cômputo geral.

O transporte de passageiros por ônibus é, desde 1992, realizado pelo Sistema Integrado de Transportes (SIT), contando atualmente com sete terminais. No entanto, as linhas de ônibus existentes não correspondem em grande escala aos interesses da população, pelo fato de sua distribuição e planejamento não terem acompanhado as mudanças demográficas e econômicas ocorridas em Fortaleza ao longo dos anos, como também em virtude de os terminais, que são parte integrante do Sistema Integrado de Transporte, não terem sido dimensionados para permitir veículos de maior capacidade, com equipamentos que permitissem serviços de melhor qualidade para os usuários.

O Governo Estadual está construindo o METROFOR, sistema de trens metropolitanos de passageiros, que será um metrô de superfície, atendendo aos Municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Guaiúba.

Dentre os benefícios esperados com sua operação estão o processo de requalificação urbana, refletido no resgate cultural de importantes áreas da Cidade de Fortaleza, o aquecimento das atividades econômicas e turísticas, geração de emprego e renda, bem como a integração com o sistema de ônibus.

5.5.1.3. O Plano Setorial de Transporte Público e Circulação - PSTPC

No final da década de 90, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID autorizou financiamento de obras viárias, estabelecendo como condição que estas obras fossem dotadas de alcance social. Assim, visando atingir os objetivos do PDDU-FOR, a Prefeitura Municipal de Fortaleza desenvolveu, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - SMDT, os Planos de Transporte Público – PTP e de Circulação Viária Metropolitana – PCVM, cujos estudos iniciaram-se em 1999, visando a formulação do Plano Setorial de Transporte Público e Circulação – PSTPC.

O Plano é proposto para ter sua implantação em etapas, das quais a primeira é o Programa de Transporte Urbano de Fortaleza - BID-FOR 1, ora em desenvolvimento, previsto para ter sua implementação até 2007, e composto de intervenções físicas tais como:

- Alargamentos e duplicações de vias;
- Adequação de corredores;
- Melhoramentos de eixos viários;
- Reestruturação e restauração de vias de circulação na área central e Aldeota;
- Adequação de terminais.

Atualmente, estão sendo realizados, segundo as diretrizes do BID, os projetos básicos de engenharia da amostra representativa do Programa, estimada entre 30% e 40% de seu total e previstos para terem seus projetos executivos concluídos em 2003.

O Plano Setorial, embora voltado ao transporte público, vem também, com suas diretrizes, atenuar as conseqüências do tráfego aos veículos particulares, que hoje transitam em vias cuja maioria apresentam caixas de rolamento com dimensões há muito tempo obsoletas, face à atual demanda.

5.5.2. Abastecimento de Água e Esgoto

Fortaleza tem seu abastecimento de água feito pelo sistema Pacoti/Riachão/Gavião, assim denominado devido aos três açudes interligados que o compõem, estando o fluxo se iniciando pelo Pacoti, que recebe água do Açude Pacajus, que por sua vez a recebe do Rio Jaguaribe através do Canal do Trabalhador, obra executada para este fim.

A água tratada pela Estação de Tratamento do Gavião é conduzida à Estação Elevatória do Gavião Novo, que a recalca por 5 km de adutora e a conduz até o reservatório do Ancuri, daí abastecendo o Município de Fortaleza, aonde é conduzida por gravidade para toda a cidade, exceto a zona do bairro do Mucuripe, que necessita de estação elevatória.

O abastecimento de água e esgoto no Estado é de responsabilidade da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

O **QUADRO II** contém os indicadores do Abastecimento de Água de Fortaleza, por Regional Administrativa, em janeiro de 2002, cabendo destacar os seguintes aspectos:

- a) a existência de residência usuária do abastecimento de água sem hidrômetro;
- b) as elevadas taxas de residências não servidas pela rede pública de abastecimento d'água, variando de 3,38% (Região IV) a 7,32% (Região I).

QUADRO II - Abastecimento de Água em Fortaleza, por Regional – Jan/2002

Regional	Ligações Reais (*)	Lig. Ativas Medidas (**)	Lig. Ativas não Medidas (***)	Ligações Factíveis (****)	Ligações Potenciais (*****)	Ligações Potenciais (%)
Regional I	63.630	55.233	123	13.865	6.128	7,32
Regional II	55.202	49.688	237	10.158	4.384	6,28
Regional III	77.124	69.666	177	15.409	4.586	4,72
Regional IV	50.861	46.194	154	8.728	2.088	3,38
Regional V	105.938	96.510	331	25.289	8.087	5,80
Regional VI	94.789	86.494	590	19.315	8.220	6,71

FONTE: CAGECE

(*) Ligações efetivamente realizadas, incluindo as inativas (suspensas e/ou cortadas)

(**) Ligações reais em situação regular

(***) Ligações reais realizadas sem hidrômetro (nestes casos o cálculo de consumo é presumido, de acordo com o padrão do imóvel, número de pontos etc.)

(****) Alternativa à rede pública existente (poço etc.)

(*****) Rede pública inexistente

As ligações potenciais são aquelas das casas em situação mais emergencial, por não serem sequer factíveis, ou seja, não contarem com um sistema alternativo, estando em total carência de abastecimento.

Já o **QUADRO III** mostra a situação da Rede de Esgotos da Cidade de Fortaleza, por Região Administrativa, em janeiro de 2002, cabendo ressaltar a elevada taxa de imóveis urbanos não servidos pela rede pública de esgotos, principalmente nas Regiões VI (76,49%), V (75,28%), IV (58,35%) e III (56,25%) contra 30,28% para a Região I e 28,90% para a Região II.

QUADRO III
Abastecimento de Rede de Esgoto em Fortaleza, por Regional – Jan/2002

Regional	Ligações Reais (*)	Ligações Ativas (**)	Ligações Factíveis (***)	Ligações Potenciais (****)	Ligações Potenciais (%)
Regional I	50.797	50.128	9.921	26.378	30,28
Regional II	44.912	42.735	7.270	21.213	28,90
Regional III	33.843	33.169	7.843	53.610	56,25
Regional IV	22.519	22.095	4.187	37.425	58,35
Regional V	30.717	30.422	5.144	109.233	75,28
Regional VI	24.241	28.553	3.038	89.273	76,59

FONTE: CAGECE

(*) Ligações efetivamente realizadas, incluindo as de cobrança suspensa

(**) Ligações reais em situação regular

(***) Alternativa à rede pública existente (fossa etc.)

(****) Rede pública inexistente

Comparando-se os percentuais de ligações potenciais dos dois **QUADROS**, pode-se concluir que o sistema de esgoto é muito mais deficitário, pois a situação mais grave corresponde à da Regional VI, com 76,59% de ligações a serem feitas, enquanto que o caso mais grave de desabastecimento de água é de 7,32% de ligações, na Regional I.

Vale salientar que os números apresentados nos **QUADROS** precedentes abrangem todos os tipos de ligações, incluindo as domiciliares, comerciais, industriais e públicas.

5.5.3. Drenagem

Na década de 90, foram executadas obras de recuperação e ampliação da parte física da rede de drenagem existente em Fortaleza, além das obras de acréscimo em virtude da própria expansão urbana.

Atualmente, o acúmulo de lixo e vegetação nos canais a céu aberto é apontado como o principal obstáculo à eficácia do sistema implantado, seguido pela ausência de priorização à questão da drenagem, que possui destaque limitado à época de chuvas, quando as inundações acontecem, sobretudo, nas áreas pobres e/ou de risco. Seria interessante uma maior frequência na manutenção do sistema, realizada pelas retroescavadeiras nos canais e pela limpeza manual de bocas-de-lobo.

Vale ressaltar, no entanto, que as inundações sofridas pelas populações das áreas de risco não devem ser de todo atribuídas às deficiências do sistema, mas também à própria localização daquelas comunidades em zonas atingidas pelos níveis naturais de cheias dos recursos hídricos, e ao fato de essas famílias, devido à ausência de educação ambiental adequada, muitas vezes lançarem seu lixo no próprio recurso hídrico.

Cidade essencialmente plana na maior parte de sua topografia, Fortaleza apresenta pontos mais baixos que se mostram críticos por ocasião de chuvas mais fortes, não sendo um problema exclusivo de áreas mais pobres, como se pode notar, por exemplo, nos cruzamentos Rua Assunção x Avenida Duque de Caxias, Rua Torres Câmara x Avenida Barão de Studart e Rua João Cordeiro x Avenida Heráclito Graça.

5.5.4. O Abastecimento de Energia Elétrica

A concessionária responsável pelo abastecimento de energia elétrica no Estado é a Companhia Energética do Ceará – COELCE. A energia elétrica de Fortaleza provém dos Complexos Hidrelétricos do Tucuruí e Paulo Afonso, e seu sistema se constitui de duas subestações da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF e subestações da COELCE: Aldeota I e II, Barra do Ceará, Bom Sucesso, Dias Macedo,

Água Fria, Messejana, Mondubim, Tauape, Maguari I e II, Passeio Público, Parangaba, Presidente Kennedy, Pici, Jurema, Mucuripe e Papicu.

O abastecimento de energia elétrica é feito em dois níveis: o primário, que fornece energia para serviços e indústrias, e o secundário, que fornece para residências.

O **QUADRO IV** mostra o crescimento do número de consumidores de energia elétrica em Fortaleza, entre 1992 e 1998, divididos por classes de consumo.

QUADRO IV - Consumidores de Energia Elétrica por Classes de Consumo em Fortaleza 1992/1998

Anos	Consumidores de Energia Elétrica, por Classes de Consumo						
	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Público	Outros	Total
1992	388.551	2.724	38.988	224	1.287	114	431.888
1995	416.454	3.166	45.147	219	1.593	136	466.715
1997	453.615	3.162	47.330	220	2.179	79	506.585
1998	480.320	3.181	50.353	218	2.317	51	536.440

FONTE: Anuário Estatístico do Ceará – IBGE

Conclui-se que o número de consumidores apresentou um crescimento de 24,2% entre 1992 e 1998.

Quanto ao consumo de energia elétrica, o **QUADRO V** mostra a sua evolução no período entre 1992 e 1998:

**QUADRO V
Consumo de Energia Elétrica Segundo Classes de Consumo em Fortaleza 1992/1998**

Anos	Consumo, em MWh, de Energia Elétrica, Segundo Classes de Consumo						
	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Público	Outros	Total
1992	634.718	521.220	410.552	9.387	157.071	6.239	1.739.187
1995	760.336	567.087	522.085	9.382	199.947	5.648	2.064.485
1997	939.984	522.270	624.933	8.382	229.593	6.373	2.331.535
1998	1.040.180	535.173	696.050	8.555	251.441	5.830	2.537.229

FONTE: Anuário Estatístico do Ceará – IBGE

Neste período, o consumo de energia elétrica em Fortaleza aumentou em 45,8%, quase o dobro, portanto, do crescimento do número de consumidores (24,2%) constatado no quadro anterior.

Vale citar ainda a experiência feita pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo da Alemanha, para a utilização de energia eólica, que resultou no parque eólico da Praia do Mucuripe, com capacidade de 1,2 MWh, atendendo a 15 mil moradores daquele Bairro.

Os pontos críticos do ponto de vista do consumidor se mostram através da **QUADRO VI**, contendo as queixas mais frequentes da população.

QUADRO VI
Queixas mais Frequentes da População Quanto aos Serviços da COELCE

Serviços fora dos prazos	RIP não atendida Pedido de religação Pedido de desligamento Aferição do medidor Pedido de ligação nova Reclamação de aparelho queimado não atendido Reclamação de devolução de valor Outros serviços não atendidos
Valores cobrados na conta	Consumo muito alto/muito baixo Conta não baixada Consumo acumulado Erro de leitura Erro de média Reclamação de taxa de 2ª via Reclamação de empresas parceiras Cancelamento total Reclamação da taxa de ligação Cobrança indevida de taxas diversas Reclamação por taxa de aferição de medidor
Contas não entregues	Reclamação de conta não entregue Reclamação de reaviso
Danos elétricos	Aparelhos queimados
Outros	Mau atendimento em campo Mau atendimento em agência Mau atendimento no tele-atendimento Erro de implantação

FONTE: COELCE

5.5.5. Coleta dos Resíduos Sólidos

A produção de resíduos sólidos (lixo) em Fortaleza é dividida pelos seguintes tipos:

- Domiciliar – lixo doméstico;
- Ponto de lixo – acúmulo de lixo feito pela população em vias públicas, terrenos baldios etc.;
- Podação – produto do corte e/ou poda de árvores;
- Entulho – material oriundo de obras civis;
- Hospitalar – oriundo de hospitais, clínicas, postos de saúde, etc., bem como do setor aeroportuário, classificado como resíduo perigoso;
- Capina – produto da limpeza vegetal (aparo de grama) de áreas verdes, canteiros centrais, praças etc;
- Limpeza de canal – lixo lançado nos canais de drenagem;
- Varrição – produto de varrição de áreas e vias públicas.

Grande parte da limpeza urbana e coleta de lixo de Fortaleza, como se verá a seguir, é de responsabilidade da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização – EMLURB, que terceiriza os serviços, sendo estes executados por empresas prestadoras de serviços credenciadas junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza, tais como: SOS Entulho Ambiental, Bota Fora, Braslimp, Limp-Tudo, Replama etc, além da Cooperativa dos Caçambeiros Autônomos do Estado do Ceará – COCACE. As empresas Braslimp, Limp-Tudo e Replama são as autorizadas, devido ao tipo de veículos adequados de que dispõem, a realizar a coleta de lixo hospitalar.

Assim, a divisão dos serviços de coleta de lixo, de acordo com seu tipo, é a que se descreve abaixo:

- Domiciliar – a cargo da EMLURB, através das empresas credenciadas;
- Ponto de lixo – a cargo da EMLURB, através das empresas credenciadas;
- Podação – a cargo do gerador, que contrata empresa credenciada;
- Entulho – a cargo do gerador, que contrata empresa credenciada;
- Hospitalar – anteriormente a cargo da EMLURB, a coleta deste tipo é hoje de responsabilidade do gerador (segundo determina a Lei Municipal N°

8.408, de 24 de dezembro de 1999), que contrata uma das empresas credenciadas, autorizadas a este tipo de serviço;

- Capina – a cargo do gerador, que contrata empresa credenciada;
- Limpeza de canal – a cargo do Governo do Estado, através das empresas Marquise (que atua nas SER's I, II, III e IV) e Planos (SER's V e VI);
- Varrição – a cargo de cada SER, através de garis.

O **QUADRO VII** apresenta uma visão mais abrangente da produção de resíduos sólidos, em Fortaleza, no período compreendido entre 1997-2001, de acordo com a sua classificação por origem:

QUADRO VII
Produção de Resíduos Sólidos, por Tipo, entre 1997 e 2001 (em toneladas)

Origem	1997	1998	1999	2000	2001
Domiciliar	398.866,92	413.724,26	446.071,79	501.917,70	500.134,49
Ponto de Lixo	732.316,08	471.453,96	434.652,46	412.090,48	376.244,09
Podação	40.596,14	32.030,59	21.390,08	38.661,28	35.854,44
Entulho	(*)	70.817,01	30.592,43 (**)	104.393,00	104.085,02
Hospitalar	4.112,91	3.550,08	3.254,68	987,47	(*)
Capina	(*)	73.592,90	76.972,19	55.444,10	37.940,99
Limpeza de canal	(*)	(*)	(*)	248,53 (***)	900,57
Varrição	(*)	(*)	(*)	(*)	649,00 (****)

FONTE: EMLURB

(*) Dado não disponível.

(**) Excluindo os meses de setembro a dezembro, com dados não disponíveis.

(***) Excluindo os meses de janeiro a setembro, com dados não disponíveis.

(****) Referente ao mês de agosto.

Como conclusão, pode-se destacar o crescimento do lixo domiciliar em 25,3% entre 1997 e 2001 e do entulho em 46,9% entre 1998 e 2001. Nota-se ainda que o volume referente ao lixo hospitalar registrado pela EMLURB teve um decréscimo de 69,7%, entre 1999 e 2000, quando a Lei Municipal N° 8.408 passou a vigorar.

Fortaleza apresenta hoje 25 Zonas Geradoras de Lixo – ZGL's, assim distribuídas pelas Secretarias Executivas Regionais:

- Regional I – ZGL's 1 a 3
- Regional II – ZGL's 4 a 9
- Regional III – ZGL's 10 a 12
- Regional IV – ZGL's 13 a 15
- Regional V – ZGL's 16 a 20
- Regional VI – ZGL's 21 a 25

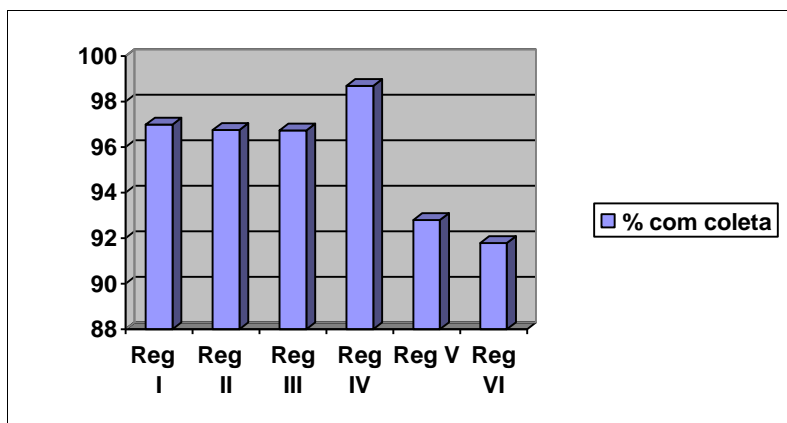
Fortaleza produz cerca de 3.000 toneladas de resíduos sólidos por dia, das quais cerca de 240 toneladas vão para a Cooperativa de Catadores, localizada no Jangurussu, próximo ao antigo aterro sanitário, onde os resíduos são reciclados e vendidos para empresas diversas. As outras 2.760 toneladas, juntamente com o lixo não triado pelos catadores (o chamado “rejeito”), vão para o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC. Conclui-se que a produção de resíduos sólidos, que já é em si um fator poluente para o meio ambiente, tem apenas uma pequena parcela de seu volume reciclada, pois sua maior parte ainda é encaminhada para aterro sanitário.

A parcela referente ao lixo hospitalar é enviada diretamente para incineração. Este serviço é cobrado ao gerador, ao preço atual de R\$ 0,95 por kg de lixo incinerado.

Os Bairros Centro e Aldeota são identificados como notórios produtores de resíduos sólidos, sendo inclusive os maiores contribuintes da parcela destinada à Cooperativa de Catadores, visando a triagem.

O **GRÁFICO XLI** mostra a Coleta de Lixo por Domicílio Particular, nas Regionais de Fortaleza, em 2000, apontando possíveis reflexos na questão ambiental.

GRÁFICO XLI
Coleta de Lixo em Fortaleza, por Domicílio Particular, nas Regionais (2000)



FONTE: EMLURB

Conclui-se que 4,80% dos domicílios de Fortaleza não são atendidos pela coleta de lixo, agravando-se a questão de agressão ambiental. Esta deficiência é atribuída principalmente às favelas e áreas de risco, devido ao difícil acesso pelo veículo de coleta, tendo a comunidade que deixar seu lixo periodicamente na entrada destes aglomerados urbanos, constituindo um dos citados pontos de lixo. No entanto, a necessidade deste procedimento e a baixa conscientização da população quanto à limpeza ambiental induz, muitas vezes, a se lançar o lixo em áreas ao ar livre e em recursos hídricos.

As reclamações e denúncias da população acerca do lixo são feitas através de telefone, onde são recebidas pelo Departamento de Limpeza Urbana – DLU e encaminhadas à Gerência da respectiva ZGL.

No entanto, nota-se que o atual déficit de veículos e fiscais (havendo, por vezes, a disponibilidade de fiscais, porém sem veículo) tem comprometido o eficaz atendimento à população no sentido de notificar irregularidades denunciadas.

5.6. A Gestão Participativa e o Desenvolvimento Comunitário

O desenvolvimento comunitário envolve, direta e amplamente, questões relacionadas à governança democrática e à criação de mecanismos de estímulo à participação cidadã e comunitária, explicitadas, principalmente, através da constituição e funcionamento dos conselhos municipais; o atendimento aos segmentos populacionais mais vulnerabilizados que demandam ações de caráter promocional e assistencial, especialmente junto a crianças e adolescentes, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais; além dos movimentos e manifestações estritas da sociedade civil.

A administração municipal de Fortaleza, do ponto de vista organizacional, apresenta na sua estrutura organizacional, reformulada em dezembro de 2001, órgãos colegiados intersetoriais que podem se constituir em canais institucionalizados de participação e de manifestação dos interesses coletivos na cena política e na definição da agenda pública.

A descentralização administrativa advinda com a reforma também favorece uma maior participação comunitária face a uma maior aproximação dos problemas e demandas das populações dos distintos bairros e correspondentes regiões administrativas.

Identifica-se na estrutura da reforma a proposição da existência de, no mínimo, 14 (quatorze) desses conselhos, de caráter paritário, que devem atuar, em conjunto com o aparato estatal, na elaboração e gestão de políticas sociais, quais sejam:

- Conselho Municipal do Trabalho de Fortaleza (COMUT)
- Conselho Municipal de Habitação Popular (COMHAP)
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar
- Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEF
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal do Meio Ambiente

- Conselho Municipal da Juventude (não implantado)
- Conselho Tutelar I
- Conselho Tutelar II
- Conselho Tutelar III
- Conselho Tutelar IV (instituído, em fase de implementação).

Além dos Conselhos, que podem ser vistos como uma tentativa de institucionalização setorial da esfera pública, são também incluídas três Comissões que funcionam como órgãos consultivos e de assessoramento ao Prefeito Municipal de Fortaleza, a saber:

- Comissão de Programação Financeira
- Comissão Permanente de Licitação do Município de Fortaleza.
- Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPPD).

A composição da CPPD, contida na Lei Nº 7813, de 30 de outubro de 1995, já contém representações significativas da sociedade civil, identificadas com a questão do desenvolvimento urbano da Cidade de Fortaleza.

Em relação ao segundo ponto, referente ao atendimento na área social, a Prefeitura Municipal de Fortaleza conta com a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Social – SEDAS, que prevê a observância da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e a elaboração e atualização do Plano Municipal de Assistência Social com a participação da comunidade; tendo como sua vinculada a Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI.

Ressalte-se, ainda, a existência da Ouvidoria Geral do Município, vinculada ao Gabinete do Prefeito, que tem por missão auscultar e responder, de forma articulada com as Secretarias Setoriais e Regionais, às reais demandas e expectativas das comunidades e constituir-se em um instrumento de aproximação do Governo com a população; e da OPEFOR, administrada pela Primeira Dama do Município de Fortaleza, voltada para a atenção às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, especialmente através do atendimento em creches, e ao idoso, com o desenvolvimento de atividades de caráter mais lúdico, nos centros comunitários e agências da cidadania.

No que se refere à sociedade organizada, o cadastro de entidades, organizado pelo Fichário de Obras Sociais do Estado, revela a existência de cerca de 1.400 entidades registradas no Município de Fortaleza, dentre associações, conselhos, organizações não-governamentais, entidades filantrópicas e outras, o que denota o alto poder de mobilização interna das comunidades, passível de ser aproveitado e potencializado pela administração pública municipal, através de apoio às iniciativas empreendidas e da constituição de parcerias.

5.7. O Diagnóstico dos Sistemas e dos Instrumentos Essenciais para a Implantação do Plano

A experiência de planejamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF data de dez anos, tendo seu marco definido pela instituição do Sistema Integrado de Planejamento Municipal – SIPLAM, com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU (Lei 7.061, de 16.01.92).

De acordo com essa lei, o órgão central de planejamento era o Instituto de Planejamento do Município – IPLAM, a quem cabia coordenar todos os planos e ações na área municipal. Integravam, ainda, o SIPLAM, o Conselho de Orientação Político-Administrativa do Município - COPAM, os órgãos de execução e os conselhos e as comissões municipais ali nomeadas.

Posteriormente, o SIPLAM teve suas competências redefinidas pela Lei 8.128, de 30.12.97, quando a coordenação do planejamento municipal foi transferida para a esfera da então Secretaria de Ações Governamentais – SAG e o sistema de coordenação do SIPLAM passou a compor-se além do órgão de coordenação superior (o COPAM), dos órgãos de coordenação do planejamento municipal (a SAG), do planejamento urbano (IPLAM) e das políticas de planejamento intersetorial - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (—SMDS) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente— (-SMDT), fracionando-se, assim, a atividade de planejamento entre quatro órgãos.-

Já em 1999, com a (Lei 8.283, de 30.06.99), extinguiu-se o IPLAM, transferindo-se suas competências (planejamento urbano) para a Secretaria Municipal de

~~Desenvolvimento Territorial (e Meio Ambiente – a confirmar), a SMDT~~ no que se refere ao PDDU e à Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS.

~~E o que aconteceu com a função de planejamento municipal (pergunta):~~ A função de planejamento municipal, no entanto, continuaria fracionada, agora entre três órgãos diferentes, no caso a SAG, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e a SMDT.

~~Mais recentemente, -~~

~~Mais recentemente, em 2000, e~~ Estudo realizado pela ~~contratado com a~~ Fundação Getúlio Vargas – FGV, para o ajuste da estrutura organizacional da PMF, ~~procedeu a~~ após amplo levantamento ~~dos feito sobre os~~ processos, objetivos, subprocessos e seus objetivos, junto a órgãos e entidades da administração municipal, ~~e constatou que havia urgente necessidade de se proceder a modificações na área de planejamento municipal.~~

~~Dentre outras conclusões, o estudo da FGV identificou, inclusive definindo que:?~~

“o planejamento estratégico não tem visibilidade na administração direta, acontecendo pontualmente em algumas entidades da administração indireta como IJF e FUNCI. Entretanto a SMDE¹

propôs-se a elaborar o Plano Estratégico para Fortaleza para o período de 2002-2010, o qual está em fase de discussão.”

O estudo também ~~o estudo~~ ~~considerou inadequada a estrutura organizacional do órgão central responsável pelo planejamento municipal, bem como imprópria a organização das Assessorias de Planejamento e Coordenação – ACPAPC's, além de entender que o trabalho dos Núcleos de Programação Avaliação e Controle, de cada secretaria articuladora (SMDS, SMDT e SMDE), se fazia de forma isolada e sem vinculação com as ACPAPC's, concluindo que “o Desenvolvimento Organizacional da Prefeitura de Fortaleza não foi direcionado para o Planejamento~~

¹ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Formatado

Formatado

Estratégico, no qual o menor elemento da administração pública tenha conhecimento das ações estratégicas adotadas.”

Já fruto do trabalho da FGV, foi ~~reestabelecido~~ ~~reestabelecido~~ ~~dado o primeiro passo com o retorno~~ o de órgão central de planejamento, no caso com a criação da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA, com a finalidade de dar tratamento único ao planejamento municipal, em vez de fracioná-lo em órgãos distintos que terminam por competir entre si. ~~(Qual foi a lei – pergunta)~~ Esta modificação se deu com aprovação da nova organização administrativa da PMF, através da Lei nº 8.608, de 26.12.01.

Pelo Decreto nº 11.105, de 11.01.02, a função da SEPLA foi definida como a coordenação do planejamento, sistema de informações e controle orçamentário, e suas finalidades expostas como:

- a) formulação dos planos estratégicos, táticos e operacionais;
- b) consolidação, acompanhamento e avaliação do orçamento;
- c) suprimimento de informações estratégicas;
- d) indicação de prioridades para ações governamentais.
- d)

Formatados: Marcadores e numeração

Dentre as principais competências da SEPLA estão:

~~a) Dentre as principais competências da SEPLA estão:~~

- a) definir a matriz de relacionamento estratégico;
- b) elaborar e acompanhar o planejamento estratégico do Município, de forma participativa, envolvendo as áreas territorial, governamental e econômica;
- c) proceder às avaliações ao final de cada período;
- d) coordenar a execução e avaliar os resultados do planejamento e do orçamento;
- e) coordenar, controlar e avaliar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual;
- f) implantar, avaliar e manter atualizado o Sistema de Informações Estratégicas;
- g) articular, consolidar e controlar o planejamento orçamentário;

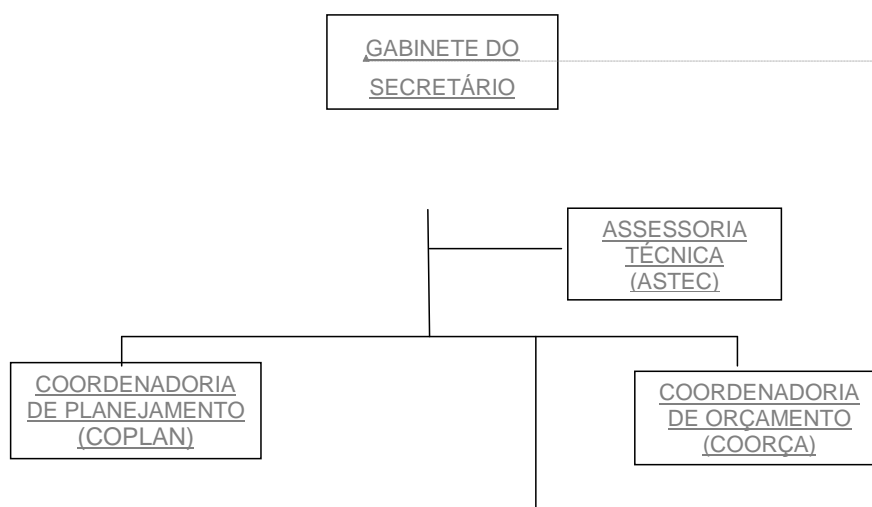
h) elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Manual Técnico de Orçamento e os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das empresas.

~~Com essas responsabilidades~~~~Com essas responsabilidades~~ Assim constituída, a SEPLA tem como estrutura básica uma Coordenadoria de Planejamento, que contempla as Células de Planejamento Territorial e Meio Ambiente, de Planejamento Governamental e de Planejamento Econômico, uma Coordenadoria de Orçamento, uma Unidade Administrativo-Financeira, e uma Assessoria Técnica, conforme **ORGANOGRAMA** a seguir: ~~(acrescentar organograma)~~

Formatado

FIGURA V.

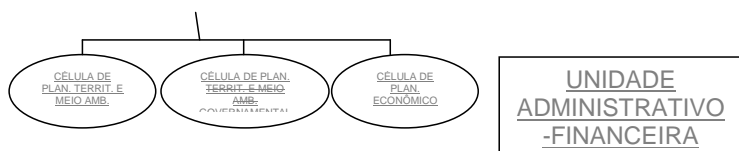
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLA



Formatado

Formatado

Formatado



Estas alterações, contudo, foram feitas através da lei de criação da SEPLAN, sem que a legislação do SIPLAM tivesse sido adaptada. A legislação do SIPLAM está, portanto, em desacordo com o novo modelo de planeamento da Prefeitura. Como se vê no **Q**UADRO VII, a seguir, e na **FIGURA V**, a legislação do SIPLAM sofreu uma grande mudança na sua concepção com a Lei 8.128, de 30.12.97, e, no momento atual, apresenta-se em desacordo com a nova concepção de planeamento municipal.

Formatado

Formatado

Formatado

QUADRO VII**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - SIPLAM**

COMPARAÇÃO ENTRE AS LEIS 7.061 E 8.128 (seria bom colocar um diagrama com o modelo do SIPLAN, anterior e modificado).

<u>SIPLAM (LEI 7.061)</u>	<u>SIPLAM (LEI 8.128)</u>
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Órgão de deliberação superior (COPAM)</u> • <u>Órgão central de planejamento – IPLAM</u> • <u>Órgãos de execução (administração direta, indireta, fundacional e administrações regionais, conselhos e comissões)</u> • <u>Avaliação do Plano Diretor: pela Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor - CPPD</u> 	<p>Órgãos de coordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <u>Superior – COPAM</u> <u>Do planejamento municipal – SAG</u> <u>Do planejamento urbano – IPLAM</u> <u>Das políticas de planejamento intersetoriais – SMDS e SMDT</u> <p>Órgãos de deliberação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <u>Das políticas e planejamento setoriais (CTDS e CTD)</u> <u>Das políticas e planejamento regionais (CTRÍ's)</u> <p><u>Órgãos de execução das políticas e planejamento regionais (SER's)</u></p> <p><u>Conselhos e comissões de representação da sociedade civil</u></p> <p><u>Acompanhamento da implementação do Plano Diretor: pela Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor – CPPD</u></p>

FONTE: PMF

Outros Não se localizou, no entanto, as necessárias modificações na legislação de SIPLAM e tampouco o destino dado à SAG, o que pode trazer transtornos para a execução das atividades da SEPLA.

Outros aspectos merecem destaque:

(dois pontos)

a)

Além disto, alguns elementos de observação devem ser destacados, como, por exemplo:

a) não há definição clara de intervalo de tempo para os planos estratégicos;

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

~~b) não consta como atribuições da SEPLA a incumbência de elaborar e acompanhar a criação de novos fundos para o município; (por que isso tem que ser competência da SEPLA — pergunta)~~

Formatados: Marcadores e numeração

~~c) também não consta atribuição de acompanhar e agir de acordo com a legislação tributária, tendo em vista a responsabilidade sobre o orçamento (não entendi. Não conflitaria com as funções da SEFIM — pergunta);~~

~~d) b) não consta a criação e gestão de banco de dados do município com informações de todos os órgãos, estudos, tendências, etc;~~

~~e) c) constam atividades operacionais que parecem ser melhor localizadas em outros órgãos, como é o caso de manter atualizado o sítio da PMF na Internet e de gerir sistemas básicos de informática para o suporte técnico de órgãos;~~

~~f) d) nada há sobre uso de cenários estratégicos, articulação para a sistematização do recebimento de propostas de outros órgãos em assuntos estratégicos, incentivo à pesquisa técnico-científica para solução de problemas municipais e ações de desenvolvimento, etc.~~

~~Das entrevistas realizadas os contatos mantidos com servidores municipais e da pesquisa de material secundário levada a cabo, leitura do material compilado para este fim, nota-se a necessidade de intervenções — claramente alguns problemas que precisam de urgente ação por parte da SEPLA, principalmente no que se refere aos seguintes pontos:~~

~~a) A CULTURA E DE PLANEJAMENTO NÃO ESTÁ DISSEMINADA NA PREFEITURA — o planejamento é dependente do processo de elaboração do orçamento e tem sido executado em função das exigências legais, e não como instrumento gerencial efetivo;~~

Formatados: Marcadores e numeração

~~(ponto e vírgula)~~

~~a) b) ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS — não há, atualmente, acompanhamento sistemático dos planos municipais, seja por deficiência de pessoal qualificado, seja pela ausência do espírito de planejamento dentro os órgãos municipais;~~

Formatados: Marcadores e numeração

~~b) c) ASSESSORIAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO — as ACPAPC's não dispõem de uma clara definição de funções, e, principalmente, do acompanhamento de suas ações, ficando, muitas vezes, envolvidas em~~

Formatados: Marcadores e numeração

~~subordinada a trabalhos meramente burocráticos dos órgãos aos quais pertencem onde se situam, sem a agregação de valor;~~

~~e)d) EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS – não dispõem, as áreas de planejamento e de orçamento, de equipamentos tecnologicamente adequados, nem de softwares apropriados para o melhor desempenho de suas funções e para a interligação de sistemas e a possibilidade de disponibilizar, on line e real time, a interligação dos órgãos municipais;~~

~~e)LIGAÇÃO PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO – na realidade os dois são feitos sem uma clara ligação, podendo-se inferir que nem um nem outro podem ser efetivamente considerados planos ou orçamentos, dado que eles são interdependentes;~~

Formatados: Marcadores e numeração

~~d)e) RECURSOS HUMANOS – corroborando ou se a constatação feita no estudo da FGV sobre problemas de recursos humanos, há carência de pessoal qualificado nas APC's e nos setores de planejamento, a maioria do pessoal sendo de nível médio e terceirizados, ou desenvolvendo funções totalmente diversas, o que aponta para a necessidade de treinamentos e reciclagens específicas;~~

~~e)f) SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS – embora a antiga SAG, segundo consta do estudo da FGV e pelas informações colhidas, tenha levantado dados que poderiam subsidiar um SIG voltado para abastecer a função planejamento de informações atualizadas, não há a consta a divulgação desses dados na Prefeitura, no âmbito interno ou externo;~~

~~f)g) APOIO TÉCNICO AO COPAM – constatou-se também as informações colhidas também corroboram os estudos da FGV, que apontam para a inexistência de um apoio técnico especializado ao Comitê Conselho de planejamento, formado por pessoas com experiência e treinamentos apropriados, de forma a assistir subsidiar os gestores públicos na análise das matérias submetidas ao colegiado os processos que ali tramitam;~~

~~e)h) LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE – embora o modelo em execução pela Prefeitura seja declarado como participativo, não há definição institucional dos instrumentos, e mecanismos, e da sistemática dessa participação, que parece resumir-se a reuniões reuniões nas comunidades, de forma esporádica, e a contatos com os dirigentes municipais com a população;~~

~~(ponto e vírgula)~~

~~h) PLANOS PLURIANUAIS – as evidências apontam para a descontinuidade de ações dos diversos Planos Plurianuais a partir de 1994. O que se percebe é que não vêm sendo antecedidos de estudos aprofundados, nem de exame de cenários adequados, além do fato de não poderem se pautar em um sistema de informações apropriado. A prática adotada seria a de realização de seminários e definições a partir das diretrizes emanadas dos níveis superiores de poder;~~

Formatados: Marcadores e numeração

- i) **SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO** – o sistema é integrado pela cartografia digital, mas não foi complementado pelas demais camadas de informações previstas, dentre elas as informações socioeconômicas, o que tem limitado o seu uso eficaz. as indicações são de que à cartografia digital faltaram ser agregadas as camadas com indicadores sócio-econômicos e de infra-estrutura. Com isto se teria um cadastro de geoprocessamento em que as intervenções levariam em conta todas as alterações, servindo de elemento muito rico para as definições quando do planejamento.

VI – MODELO DE GESTÃO COMPARTILHADA DA CIDADE DE FORTALEZA

6.1. Fundamentação

Com o processo de descentralização, os governos municipais, que até a década de 80 tinham atuação marginal na gestão de políticas públicas, são colocados frente a uma nova realidade e a um crescente desafio: atender a urgências sociais que ultrapassam as limitadas e pontuais intervenções que desenvolviam anteriormente.

Esta pressão para atendimento das demandas, em uma realidade complexa, passa a solicitar um novo perfil da organização governamental que tenha como paradigmas a descentralização e a intersetorialidade, devendo propiciar a ampliação e fortalecimento de práticas de planejamento e avaliação participativas e integradas, na perspectiva situacional, de compartilhamento de informações e permeabilização ao controle social.

Nesta noção de participação cidadina, segundo Jacobi (2000), está implícita a idéia de “compartilhamento” das possibilidades e alternativas criadas pela engenharia institucional pública, a partir das dimensões social e política.

No momento em que a Prefeitura Municipal de Fortaleza se propõe a implementar um modelo de gestão participativa, algumas questões básicas, colocadas por Prates e Andrade (1985), devem estar presentes no planejamento municipal, a saber:

- i) como conciliar os objetivos presumidamente técnicos do planejamento com os interesses das comunidades e populações atingidas?
- ii) como assegurar a participação e representação política dos beneficiários?
- iii) como acoplar a nova arena de participação, que se abre com o modelo participativo, aos mecanismos clássicos de representação política?
- iv) como reduzir os riscos de cooptação política ampliados pela filosofia participativa do modelo?

Sabe-se que a questão do relacionamento Governo x Comunidade é essencial no processo de planejamento participativo. Este planejamento tem na dimensão política sua característica básica, que o distingue dos demais tipos de planejamento.

Especialmente no processo de construção do planejamento estratégico, comparativamente aos planos de governo tradicionais, esse requisito torna-se ainda

mais crucial porquanto os planos e projetos pertencem à cidade, a todos seus atores, e representam suas expectativas quanto ao futuro da cidade e um compromisso com os projetos que a tornarão mais viável para seus habitantes.

A participação assume um significado especial face à expectativa geral da população que se sente marginalizada do processo de discussão de assuntos que interessam a todos mas são, na realidade, decididos por poucos. Por outro lado, a participação pode trazer significativas contribuições, aumentando o nível de consciência crítica da população e fortalecendo seu poder de reivindicação.

A participação inscreve-se, assim, como um instrumento de governo mais adequado à construção de um regime democrático, porquanto se trata de uma forma de intervenção na vida pública, com uma motivação social exercida de forma direta, a partir da institucionalização das relações Estado-sociedade.

A esfera pública é vista por Habermas (1994) como ponto de encontro e local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade, e os movimentos sociais como atores que reagem à reificação e burocratização dos domínios de ação estruturados comunicativamente, defendendo a restauração de formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica.

Nesta perspectiva, a cidade emerge como arena reflexiva de negociação e salvaguarda dos interesses dos cidadãos, constituindo-se força de contraposição ao processo de anomia social que a globalização produz, graças à sua flexibilidade enquanto meio ambiente construído.

Para Castells e Borja (1996), a cidade constitui-se um ator político que promove acordos e associações, assume responsabilidades diante da sociedade e da nação e representa um pólo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado.

A descentralização torna-se essencial no processo de construção de um modelo de gestão mais sintonizado com a população, uma vez que, segundo Jacobi (2000), possibilita a ampliação do exercício dos direitos dos cidadãos, a autonomia da gestão municipal, a participação dos cidadãos na gestão pública e uma potencialização dos

instrumentos adequados para o uso e redistribuição mais eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, torna-se essencial a revisão do *modus operandi* tradicional de gestão pública municipal, de forma a torná-lo compatível com um mundo modernizado, com a conseqüente criação de novas políticas intersetoriais e novos blocos de competências, a serem administrados por uma diversidade de formas de gestão que incentivem um mais alto nível de cooperação social e que incluam novas formas de relação com as distintas instâncias de poder público, com o legislativo local, com o setor privado e a comunidade, onde a cidadania passe a ocupar lugar central.

Por essas razões, o modelo de gestão participativa ora proposto para o município de Fortaleza busca desenvolver a ação gerencial através de uma negociação entre os atores do conjunto de processos sociais existentes na cidade, substituindo o caráter burocrático pela relação direta entre o sistema técnico-administrativo e a múltipla participação social e política, promovendo um processo de mudança qualitativa na dinâmica das relações entre o poder público e a população em geral.

6.2. Objetivos

6.2.1. Geral

Promover o engajamento da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no acompanhamento das ações governamentais e dos negócios públicos da Administração Municipal de Fortaleza, de forma a torná-los mais eficientes e equânimes.

6.2.2. Específicos

- a) Promover iniciativas visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo;
- b) Fomentar a participação comunitária na definição de programas e projetos e na gestão e avaliação dos serviços municipais;
- c) Reforçar o tecido associativo, ampliando a capacidade técnica e administrativa das lideranças e representações comunitárias;

- d) Ampliar e consolidar as práticas institucionais descentralizadas e participativas existentes;
- e) Criar novos canais e mecanismos democráticos e plurais de articulação entre a sociedade civil e a esfera pública;
- f) Viabilizar um maior envolvimento dos corpos técnico e administrativo da Prefeitura Municipal de Fortaleza na concepção e implementação da proposta de gestão participativa e na sua compatibilização com as rotinas de trabalho;
- g) Estruturar um sistema de avaliação capaz de atender aos requisitos de eficiência e equidade na gestão e controle social das políticas públicas.

6.2.3. Desenho do Modelo de Gestão Participativa

O desenho do Modelo é apresentado em cinco tópicos, a saber: os requisitos, a estrutura, o processo de implantação, a operação e a sistemática de avaliação.

5.1.6.2.3.1. Os Requisitos do Modelo

O modelo deverá atender aos seguintes requisitos, essenciais para a consecução de uma prática democrática e transparente:

- i) Efetiva vontade política de viabilizar a prática da gestão participativa;
- ii) Legitimidade da representação comunitária;
- iii) Caráter distributivo-redistributivo das políticas sociais, priorizando a alocação equânime de recursos, ações e programas governamentais;
- iv) Desenvolvimento de uma cultura institucional e política, voltada para a participação comunitária, necessária à eficácia dos programas sociais descentralizados;
- v) Envolvimento de profissionais com o perfil adequado no trato com os movimentos sociais e os valores democráticos;
- vi) Utilização de equipes com habilidades apropriadas para a articulação comunitária e resolução de conflitos sociais.

Formatados: Marcadores e numeração

5.2.6.2.3.2.A Estrutura do Modelo

O modelo de gestão participativa a ser implantado na Prefeitura Municipal de Fortaleza compõe-se de várias instâncias representativas, sob a forma de Conselhos, por se reconhecer neste instrumento um papel articulador e integrador, possibilitando ao poder público um melhor desempenho na busca de soluções negociadas, ao mesmo tempo em que oportuniza às representações comunitárias colocarem suas reais necessidades e prioridades.

A estrutura, que deverá funcionar de forma integrada e dinâmica, terá, como componente transversal e fundamental, o Protagonismo Social, entendido como a relação que a pessoa ou grupo social exerce no processo decisório, seja no âmbito de formulação das políticas públicas, como no controle social dos investimentos governamentais, quando capitaliza para si esta capacidade de exercer o poder para agir e transformar o curso de sua própria história e de sua comunidade.

O Modelo de Gestão Participativa proposto obedecerá ao desenho organizacional constante do **DIAGRAMA I**, sendo constituído dos seguintes órgãos:

I) INSTÂNCIA COLEGIADA DE REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA:

- Conselhos Comunitários Regionais – CCRs;
- Conselhos Temáticos – CTEs;
- Conselho da Cidade - CC.

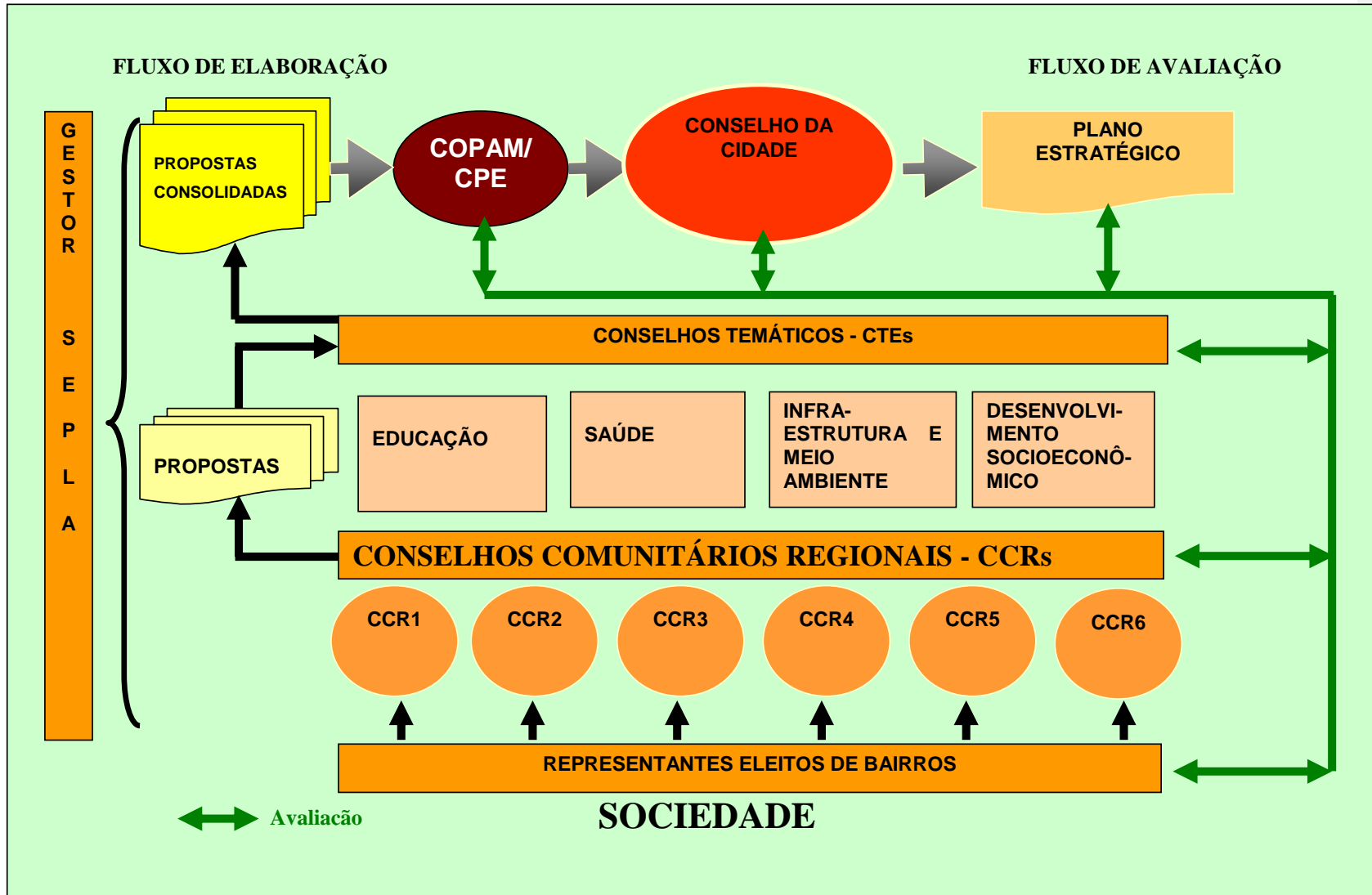
II) INSTÂNCIA DE GESTÃO E SUPORTE TÉCNICO

- Conselho de Planejamento Estratégico – CPE;
- Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLA;
- Secretaria Executiva do Modelo – SEMG;
- Agentes do Plano – APs.

Formatados: Marcadores e numeração

Formatado

DIAGRAMA I - MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA



A instância Colegiada e de Representação Comunitária é composta pelos Conselhos a seguir descritos:

a) Conselhos Comunitários Regionais – CCRs

Presididos pelos respectivos secretários das Secretarias Executivas Regionais, têm caráter consultivo e papel fundamental a desempenhar, face a sua proximidade dos problemas críticos a serem enfrentados e por sua legitimidade advinda do processo de escolha dos seus representantes, realizado nos bairros pertencentes à Região Administrativa.

Esses Conselhos são formados por representantes de bairros, eleitos por processo democrático em cada Região Administrativa, cabendo-lhes a missão de identificar as demandas comunitárias, examiná-las e classificá-las em função da sua importância e abrangência, participando da definição de prioridades e do acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico da Cidade em sua área, além de ações em outros níveis de planejamento.

Os representantes de cada CCR deverão conduzir as propostas de suas comunidades nas áreas temáticas de educação e assistência social, saúde, infra-estrutura e meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico.

O número de representantes deverá ser diretamente proporcional à expressão populacional dos bairros e inversamente proporcional à expressão do IDHM-B.

O processo eleitoral obedecerá às normas e procedimentos contidos em Edital próprio.

A estimativa do número de representantes dos bairros a serem eleitos é apresentada na **TABELA XXXIV**.

TABELA XXXIV

Estimativa do Número de Representantes dos Conselhos Comunitários Regionais, segundo as Regiões Administrativas

Regiões Administrativas	Total de Bairros	População *	% sobre Fortaleza	IDH Médio/IDH For	Total de Representantes		
					Critério Populacional	Critério IDH	Total
I	15	340.134	15,88	0,95	68	32	100
II	20	311.842	14,56	1,36	64	33	97
III	16	340.516	15,90	0,97	68	33	101
IV	19	259.831	12,14	1,10	53	36	89
V	17	452.875	21,15	0,86	91	39	130
VI	27	436.204	20,37	0,90	88	60	148
TOTAL	114	2.141.402	100,0	1,00	432	233	665

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo 2000.

O número de representantes nos Conselhos Comunitários por Bairro está contido no

ANEXO I.

Formatado

Participação, ainda, dos CCRs o vereador mais votado em cada Bairro, um representante do Conselho Regional de Saúde e oito representantes municipais - o Secretário Regional e cinco integrantes dos Distritos (Saúde, Educação, Assistência Social, Meio Ambiente e Infra-estrutura), um representante da SDE na Regional e um Assessor de Planejamento da Secretaria Executiva Regional.

A **TABELA XXXV** mostra a composição dos Conselhos e os níveis de representatividade das distintas instâncias, segundo as Regiões Administrativas:

TABELA XXXV
Participantes dos Conselhos Comunitários Regionais

CCR da Região Administrativa	Representantes Comunitários	Representantes do Legislativo(*)	Representantes da SER, Distritos (**)	Total
I	100	6	9	115
II	97	7	9	113
III	101	7	9	117
IV	89	7	9	105
V	130	7	9	146
VI	148	7	9	164
Total	665	41	54	760

FONTE: SEPLA

NOTAS

(*) A alocação final dos representantes do Legislativo por CCR dependerá da distribuição espacial da votação recebida por cada vereador no último pleito, de acordo com o relatório oficial do TRE.

(**) 1 Representante do Conselho Regional de Saúde, por SER, de acordo com a Lei Municipal nº 8092, de 21.11.1997. Ao Conselho Municipal de Saúde compete, dentre outras atribuições, "definir as prioridades de Saúde do Município".

Os Conselhos Comunitários serão auxiliados em suas funções por Câmaras Temáticas, constituídas de seus membros, para tratar das áreas de saúde, educação e assistência social, infra-estrutura e meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico.

b) Conselhos Temáticos – CTEs

Os CTEs, também de caráter consultivo, e de caráter paritário, constituem-se *locus* da participação ampliada da população da cidade, reunindo representantes dos Conselhos das 6 (seis) Regiões Administrativas, sendo responsáveis pela consolidação dos resultados obtidos nos CCRs, a partir da discussão consensual acerca das prioridades a serem encaminhadas ao Conselho da Cidade.

O processo de formação e consolidação das identidades regionais é fortalecido nos Conselhos Temáticos da Cidade, a partir da participação da diversidade de atores e de seus diferentes graus de inserção no território, de modo a facilitar a construção de consensos básicos e de um pacto de solidariedade essencial para o desenvolvimento local.

Os Conselhos Temáticos recebem e analisam as demandas e prioridades apontadas pelos Conselhos Comunitários Regionais, sistematizando-as segundo os princípios de acesso, inclusão, transparência e equidade, e encaminha-as ao Conselho de Cidade.

Para esse processo de consolidação e compatibilização, os CTEs contarão com o suporte dos representantes dos bairros nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura e meio-ambiente e desenvolvimento socioeconômico. Os representantes dos CCRs nos Conselhos Temáticos serão escolhidos por indicação dos representantes dos bairros integrantes dos Conselhos Comunitários Regionais.

A participação, nos CTEs, dos diversos conselhos municipais visa assegurar o cumprimento das atribuições legalmente cometidas a estes últimos. No caso da saúde, o art. 2º - VIII e XV da Lei Municipal nº 8066, de 08.10.1997, estabelece que cabe ao Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza "fiscalizar e acompanhar as execuções das ações e serviços de saúde" e "definir as prioridades de saúde do Município", respectivamente. Em virtude disso, as propostas do CTE da Saúde serão submetidas à aprovação do Conselho Municipal de Saúde para que, posteriormente, sejam encaminhadas à consideração do Conselho da Cidade.

Os Conselhos Temáticos serão presididos pelo Secretário da respectiva Secretaria Setorial, sendo a presidência, no caso do tema "Infra-estrutura e Meio Ambiente", ocupada em caráter de rodízio. Sua composição é apresentada na **TABELA XXXVI**, a seguir.

Formatado

TABELA XXXVI
Composição dos Conselhos Temáticos

Representante	Saúde	Educação e Assistência Social	Infra-Estrutura e Meio Ambiente	Desenvolvimento Socioeconômico
Comunitário	06	06	06	06
Vereador (um por tema)	01	02	02	01
SEPLA e SEFIN	02	02	02	03 SEPLA(2) e SEFIN (1)
SER's	06	06	06	06
Secretarias Setoriais	02 SMS	02 SEDAS	03 SEINF(2) e SEMAM(1)	02 SDE
Categorias Profissionais/Clas ses Empresariais	03 Medicina Odontologia Enfermagem	02 Educação e Serv. Social	03 Engenharia Geografia e Arquitetura	04 Comércio, Turismo, Indústria e Economia
Adm. Indireta	01 IJF	03 FUNCI, IMPARH e IPM	04 ETTUSA, HABITAFOR, AMC e EMLURB	01 FUNCET
Conselhos Municipais	01 Saúde	03 Educação, Criança e Adolescente e Assist. Social	04 COMTUR, CPPD, Meio Ambiente e COMHAP	01 COMUT
TOTAL	22	26	30	24

C) Conselho da Cidade

Funciona como órgão máximo do Modelo de Gestão Participativa, –constituindo-se como instância deliberativa e sistematizadora do conjunto de demandas sociais, com o papel de hierarquizar e compatibilizar as propostas oriundas dos Conselhos Temáticos.

Cabe ao Conselho da Cidade apreciar a proposta consolidada da versão preliminar do Planejamento Estratégico, bem como de outras proposições ligadas a outros níveis de planejamento no Município, encaminhadas para apreciação pela SEPLA, com a

incorporação de projetos identificados sob a ótica da estruturação urbana da cidade e que não tenham sido considerados na ótica das regiões.

Ao Conselho cabe, ainda, a classificação final das prioridades para curto, médio e longo prazos e o encaminhamento da proposta à aprovação pela instância executiva apropriada.

O Conselho da Cidade será constituído de 50 membros, respeitando-se paridade entre conselheiros vinculados à administração pública municipal e membros externos. Será presidido pelo Prefeito Municipal e disporá de uma Secretaria Executiva, exercida pelo secretário da SEPLA, a quem caberá substituir o Presidente nos seus impedimentos. O Conselho está assim estruturado:

Formatado

TABELA XXXVII

Composição do Conselho da Cidade

Formatado

MEMBROS	QUANT.
Prefeito Municipal (Presidente).	01
Secretário da SEPLA (Secretário Executivo e Suplente do Presidente).	01
Secretários das Secretarias Setoriais e afins (GAB, SEFIN, SAM, SDE, SMS, SEDAS, SEINF, SEMAM, PGM e PROCOM).	10
Secretários das Secretarias Executivas Regionais.	06
Titulares das Entidades da Administração Indireta da PMF (AMC, IMPARH, EMLURB, FUNCİ, FUNCET, HABITAFOR, ETTUSA)	07
Representantes comunitários das regiões administrativas (um por Região).	06
Representantes das classes empresarias (indústria, comércio e turismo), indicados pelas entidades de classe do setor (FIEC, FECOMÉRCIO e CDL).	03
Representantes das classes profissionais, indicados, respectivamente, pelo IAB, CREA, CRA e CORECON.	04
Representante do Governo do Estado	01
Representante da Assembléia Legislativa do Ceará.	01
Representante da Câmara Municipal de Fortaleza.	01
Representantes das Universidades Federal (UFC), Estadual (UECE) e de Fortaleza (UNIFOR), sendo um de cada.	03
Representante do IPHAN.	01
Representante dos meios de comunicação, indicado pela ACI.	01
Representante do segmento cultural da cidade.	01
Pessoas gradadas indicadas pelo Prefeito Municipal de Fortaleza.	03
TOTAL	50

A composição da Instância de Gestão e Suporte Técnico é descrita a seguir:

- A) **Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLA**, responsável pela coordenação, articulação e estruturação do modelo, tem como missão, neste contexto, integrar ao Planejamento Estratégico da Cidade, em conjunto com o Conselho de Planejamento Estratégico - CPE e o Conselho da Cidade, as propostas que nascem da sociedade e que se manifestam através de uma efetiva mobilização dos munícipes para o desenvolvimento local integrado. A SEPLA é também responsável pela avaliação da viabilidade legal, técnica e financeira das propostas, assessorando, neste particular, o Conselho da Cidade.
- B) **Conselho de Planejamento Estratégico – CPE**, integrante da estrutura interna do Sistema do Planejamento da Prefeitura, o CPE tem como função, no Modelo de Gestão Participativa, discutir e aprovar as propostas da Prefeitura ao Plano Estratégico, e demais peças orçamentárias e de planejamento, através de proposições ao Conselho da Cidade.
- C) **Secretaria Executiva – SEMG** - órgão executivo do modelo de gestão participativa, localizado na SEPLA, a Secretaria Executiva tem como missão oferecer apoio logístico e administrativo para o perfeito funcionamento dos diversos Conselhos Temáticos, do Conselho de Planejamento Estratégico e do Conselho da Cidade, além de acompanhar as ações dos Conselhos Consultivos Regionais.
- D) **Agentes do Plano – APs** – técnicos ou dirigentes de unidades/gerências de nível intermediário, indicados pelas Secretarias Setoriais, que trabalharão em articulação e sob orientação da SEPLA, para acompanhar e contribuir para o Modelo de Gestão Participativa, provendo informações e apoio técnico nas distintas áreas temáticas. Os ~~Apes~~ APs constituem-se em facilitadores do acesso aos dados e demandas encaminhadas pelas comunidades organizadas, devendo colocar-se como depositários dos diversos planos, programas e projetos desenvolvidos ou em andamento nas SERs onde se encontrem lotados, e, ainda, encarregarem-se da mobilização e do suporte logístico e administrativo aos CCRs.

5.3.6.3. Processo de Implantação do Modelo

Formatados: Marcadores e numeração

A implantação do modelo de gestão será iniciada com a constituição dos Conselhos, essenciais para a consecução do objetivo maior de participação comunitária na elaboração do planejamento da cidade, obedecendo às atividades abaixo relacionadas:

- sensibilização e capacitação das equipes dirigentes e técnicas da administração municipal para a implementação do modelo;
- mobilização comunitária para implantação dos CCRs;
- ampla divulgação interna e externa, com a elaboração de material específico de grande impacto;
- eleição e posse dos representantes dos bairros nos CCRs, por região administrativa, além dos membros dos CTEs e Conselho da Cidade;
- inclusão dos vereadores mais votados em cada Região Administrativa, em pleno exercício de seus mandatos, para integrarem a representação legislativa nos Conselhos Comunitários Regionais – CCRs;
- indicação, pelo Secretário Executivo Regional, de representantes da Secretaria e dos Distritos localizados na área segundo as áreas temáticas;
- implantação e instituição dos CCRs₁ nas suas áreas de jurisdição;
- indicação dos Agentes do Plano - APs, representando cada Secretaria/Órgão Municipal, com capacitação e definição de suas atribuições no processo;
- elaboração do cronograma de reuniões dos CCRs, CTEs e do Conselho da Cidade;
- capacitação dos Conselheiros;

- constituição e posse do Conselho da Cidade;

Na estrutura proposta, de metodologia participativa, todos os atores são efetivamente envolvidos na leitura da realidade e na formulação e reformulação das ações, criando-se uma cultura de co-responsabilidade e intersectorialidade na definição, execução e avaliação das políticas públicas.

5.4.6.4. Operação do Modelo

A operação corresponde ao trabalho substantivo a ser desenvolvido pelas distintas instâncias, devidamente acompanhadas pela coordenação do Plano e respectivos APs, no sentido da formulação de propostas concretas de ação em atendimento às demandas sociais, referenciadas por diagnósticos elaborados a partir da identificação e análise do cenário local, abrangendo as seguintes atividades:

- realização de uma pesquisa, com aplicação de um Questionário de Percepção dos Comunitários, acerca dos problemas da Região: temas críticos, realidade atual, vocações, pontos fortes, linhas estratégicas e propostas.
- consolidação dos resultados da pesquisa e definição dos principais temas críticos para prover um suporte às discussões nas reuniões dos CCRs.
- realização de reuniões dos Conselhos Comunitários Regionais – CCR, em cada área de sua jurisdição, voltadas para:
 - ◆ elaboração, de forma participativa, de um diagnóstico consolidado de cada bairro e da região;
 - ◆ realização de debates acerca do Planejamento Estratégico da Cidade;

Formatado

Formatados: Marcadores e numeração

- ◆ levantamento dos principais problemas/demandas, priorização e indicações de alternativas de solução para encaminhamento aos Conselhos Temáticos –CTEs;

◆_montagem de um banco de dados por região, contendo as demandas encaminhadas aos diversos órgãos públicos, bem como dados sistematizados por pesquisas oficiais;

Formatados: Marcadores e numeração

◆_estruturação de um cadastro ampliado das famílias e das unidades de trabalho/programas desenvolvidos e previstos, por Região Administrativa, que possibilite a formulação de políticas públicas equitativas e impactantes, vinculadas às condições concretas e vulnerabilidades identificadas;

Formatados: Marcadores e numeração

◆_elaboração de programas de formação continuada para equipes técnicas e representantes comunitários, voltados para o desenvolvimento de competências procedimentais;

Formatados: Marcadores e numeração

- realização de reuniões do Conselho de Planejamento Estratégico para exame e hierarquização das demandas e posterior sistematização, para encaminhamento ao Conselho da Cidade;

- reuniões do Conselho da Cidade para análise e definição das ações/programas a serem incluídos no processo de planejamento/orçamentação municipal;

◆_reuniões ampliadas dos CCRs, abertas à comunidade, para retorno das propostas encaminhadas por cada CCR e pela Região como um todo.

Formatados: Marcadores e numeração

5.5.6.5. Sistemática de Avaliação do Modelo

Formatados: Marcadores e numeração

A avaliação dos resultados advindos da implantação do Modelo deverá ser efetivada, de forma sistemática e processual, envolvendo todos os segmentos participantes do processo, de forma a realimentá-lo e possibilitar redefinições e redirecionamentos, quando necessários.

A avaliação de um processo de gestão participativa deve fazer uso de critérios explicitamente definidos, o que requer a construção de instrumentais próprios, relacionados com dois conjuntos de fatores:

- a ética (equidade e pluralismo) e os princípios democráticos (representatividade, legitimidade e responsabilidade);
- a eficiência (racionalidade e previsibilidade) e eficácia (continuidade e progressividade).

Serão desenvolvidas as atividades seguintes:

- levantamento de indicadores capazes de mensurar os impactos do modelo de gestão participativa implementado;
- montagem de um sistema de indicadores, quantitativos e qualitativos, para monitoramento das ações e dos impactos dos projetos em cada Região;
- realização de reuniões de avaliação, com a produção de relatórios descritivos e analíticos;
- elaboração de instrumental de avaliação próprio, para acompanhamento das ações;
- produção de um relatório final contendo os resultados e sugestões para encaminhamentos atuais e futuros.

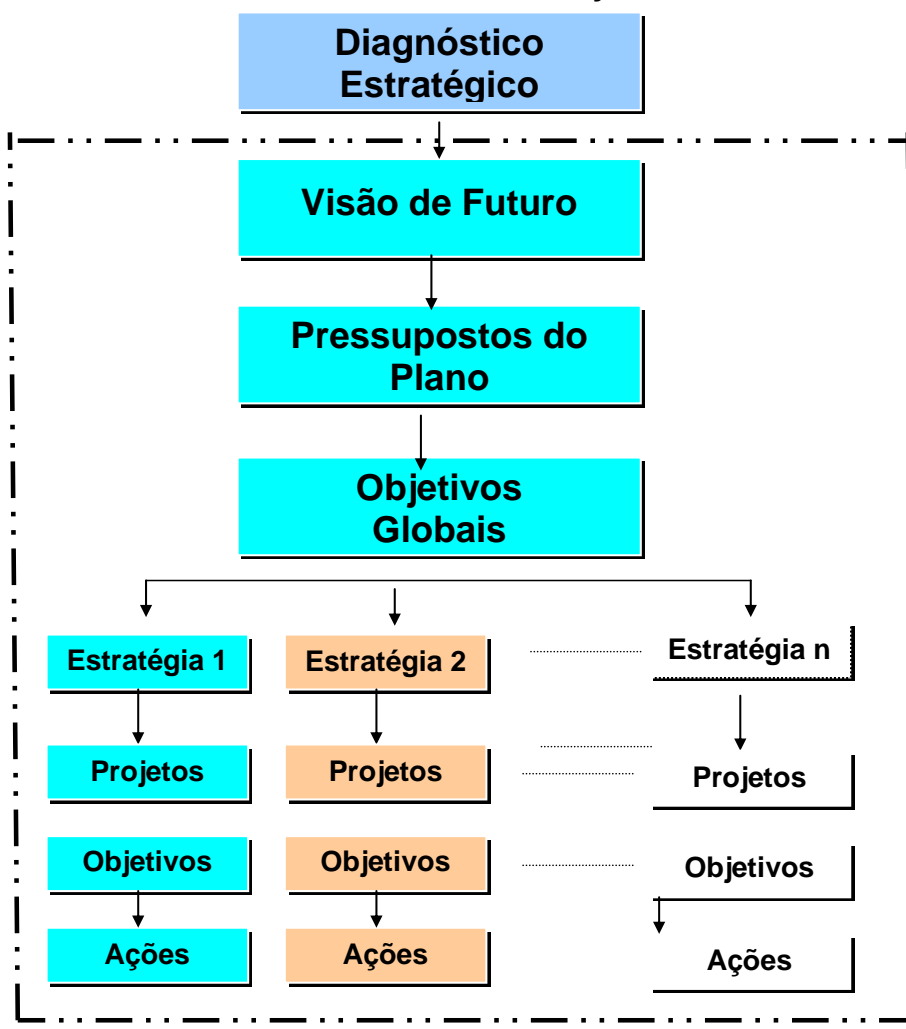
As fases enunciadas deverão ser desenvolvidas integradamente, de forma a produzir uma sinergia às ações e atividades nelas contidas, evitando-se o paralelismo, a fragmentação e o descompasso, característicos de uma prática institucional estanque e improdutiva com a qual pretende-se, com o modelo apresentado, romper definitivamente.

VII – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Baseado nos diagnósticos e estudos realizados, e levando em conta as discussões técnicas e públicas realizadas para a elaboração do Plano, foi concebida proposta de intervenção na Cidade, apresentada neste capítulo.

A lógica desta proposta é ilustrada na Figura VI, a seguir.

FIGURA VI – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA CIDADE



7.1. Visão de Futuro da Cidade

Com base nas preocupações e tendências comentadas anteriormente, a construção de uma Visão de Futuro da Cidade pode ser anunciada como:

FIGURA VII – VISÃO DE FUTURO DA CIDADE

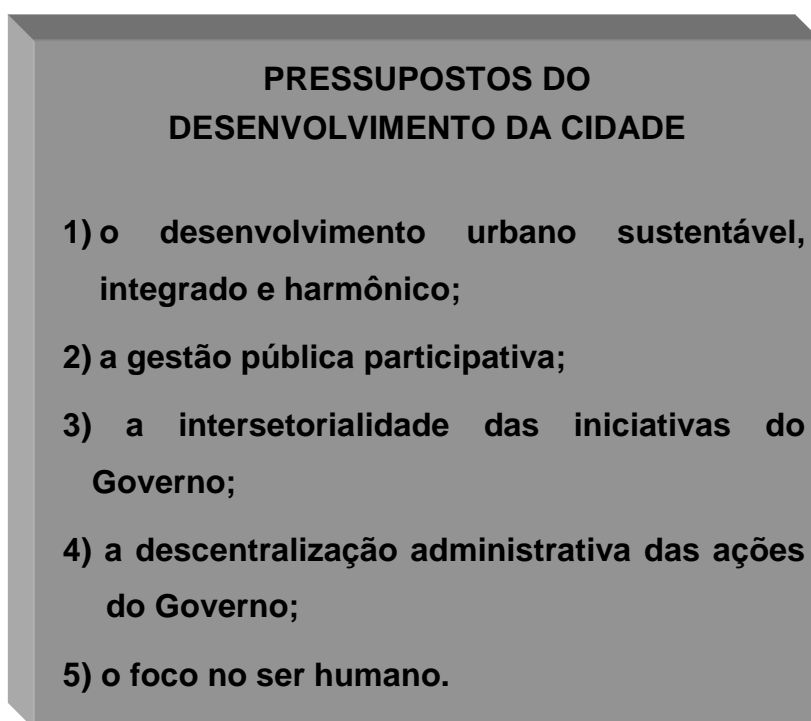
Visão de Futuro da Cidade

Fortaleza será reconhecida, em 2010, como uma cidade segura, confortável para se morar, que proporciona oportunidade de emprego e renda e qualidade de vida a seus habitantes, decorrentes de avanços sociais sustentáveis e da gestão participativa nas ações públicas municipais.

7.2. Pressupostos do Plano

Tendo-se o plano estratégico como instrumento básico de viabilização dessa Visão de Cidade e da natureza do desenvolvimento a ela associada, consideram-se como pressupostos desse desenvolvimento os seguintes:

FIGURA VIII – PRESSUPOSTOS DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE



Os conceitos associados à natureza do desenvolvimento devem ser entendidos como:

- a) **sustentável**: padrão de desenvolvimento obtido no presente, sem prejuízo do progresso de futuras gerações. Isso implica a necessidade de preservação e conservação do patrimônio ambiental, urbanístico e histórico da Cidade;

- b) **integrado:** padrão de desenvolvimento que considere a natureza holística desse fenômeno, ou a necessidade de progressos nas dimensões sociais, econômicas e de infra-estrutura;
- c) **harmônico:** associado ao conceito de equidade social e espacial do desenvolvimento, implicando melhor distribuição interpessoal da renda e melhor distribuição das atividades econômicas e sociais nas macrorregiões da Cidade.

Esses pressupostos estão ainda assentados no diagnóstico da realidade da Cidade, segundo a qual esta convive com desigualdades interpessoais e espaciais expressivas, além de problemas relevantes que precisam ser removidos no tocante à preservação ambiental.

Os estudos feitos com base em um Índice de Desenvolvimento Humano, construído para os bairros de Fortaleza, o IDHM-B, mostram o retrato de uma Cidade com graves distorções neste campo, o que pressupõe a necessidade de estratégias e de ações definidas a partir das situações locais, e não apenas a partir de uma visão única da Cidade, como se ela fosse homogênea.

O modelo de gestão participativa será um instrumento eficaz de compreensão dessas situações diferenciadas e para a construção de soluções ajustadas a elas, com a participação ativa das comunidades dos bairros.

A existência de uma parcela expressiva de pessoas excluídas do progresso da Cidade, ou de seres humanos submetidos à condição de miséria, requer, para seu combate eficaz e mais rápido, a intersetorialidade das ações, o que permite a conjugação das ações de educação, saúde, profissionalização e apoio a iniciativas empreendedoras ou geradoras de renda, pelo menos.

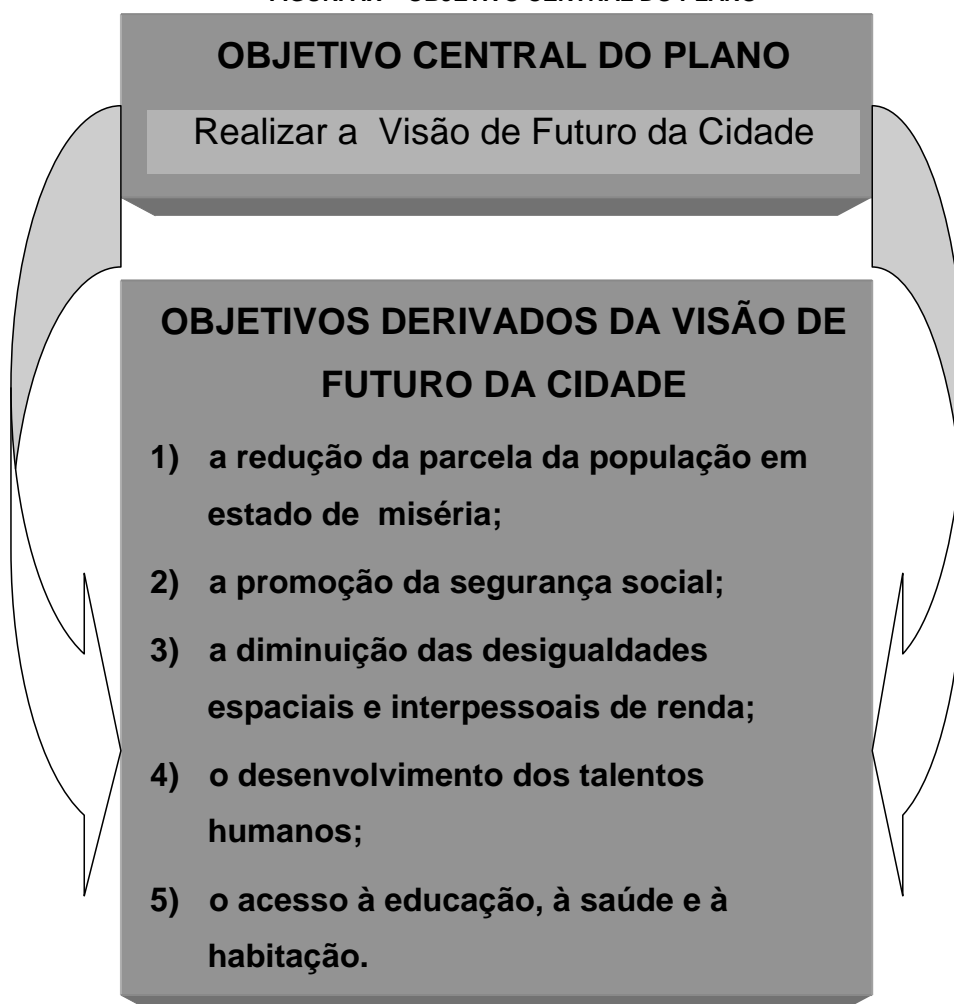
Desse modo, a promoção dos talentos humanos é iniciativa essencial para a obtenção do desenvolvimento da Cidade, nos moldes propostos, porque ele favorecerá a democratização das oportunidades geradas pelo progresso econômico, contribuindo para uma melhor distribuição de renda e a equidade social.

7.3. Objetivos do Plano

O objetivo central do plano é a realização da Visão de Futuro da Cidade. Ela implica a construção de uma nova Cidade e requer objetivos derivados, mais operacionais, cuja consecução contribuirá para concretizá-la.

Os objetivos derivados servem ainda para orientar a seleção de estratégias e programas de governo, estando apresentados abaixo.

FIGURA IX – OBJETIVO CENTRAL DO PLANO



7.4. As Estratégias Globais do Plano

As estratégias globais para Fortaleza, para o período 2003-2010, são agrupadas segundo os seguintes segmentos relevantes.

- 7.4.1. Desenvolvimento Sustentável;
- 7.4.2. Desenvolvimento Urbano;
- 7.4.3. Desenvolvimento Humano e Social;
- 7.4.4. Desenvolvimento da Gestão Pública Participativa;
- 7.4.5. Desenvolvimento da Segurança Social.

A descrição das estratégias corresponde às políticas públicas a serem adotadas em cada um dos segmentos relevantes do desenvolvimento da Cidade.

7.4.1. Desenvolvimento Sustentável

A área de desenvolvimento sustentável compreende estratégias associadas ao crescimento econômico, com equidade social, e ao respeito à biodiversidade, de modo a assegurar que o progresso beneficie as gerações atuais e futuras.

São três as estratégias compreendidas por essa área: Cidade Empreendedora, Cidade de Talentos e Cidade Sustentável.

7.4.1.1. Cidade Empreendedora

Fortaleza deverá apoiar iniciativas das micro, pequenas e médias empresas e dos trabalhadores autônomos e as atividades econômicas de maior vocação da Cidade, capazes de contribuir de forma sustentável para a geração de emprego e renda.

7.4.1.2. Cidade de Talentos

Promover o desenvolvimento do talento dos fortalezenses, através de apoio à educação profissional, ao desenvolvimento de habilidades implícitas ou adquiridas com a experiência de vida e a iniciativas empreendedoras dos fortalezenses, conjugadas com ações básicas de educação.

7.4.1.3. Cidade Sustentável

Fortaleza deverá preservar e conservar o seu patrimônio ambiental, natural, histórico e arquitetônico, incentivando atividades econômicas ecologicamente corretas e condizentes com os valores morais e éticos da família cearense, desocupando áreas de preservação de recursos hídricos, dunas e faixas de praia, além de promover a implantação e a conservação de áreas verdes, jardins, praças, parques e a arborização da Cidade

7.4.2. Desenvolvimento Urbano

Esse segmento envolve estratégias e projetos para a promoção do desenvolvimento urbano, com maior equilíbrio na distribuição de infra-estrutura básica e social, acesso a transporte público eficiente, à moradia digna e aos equipamentos sociais públicos, além do uso e ocupação racionais do solo.

7.4.2.1. Cidade Confortável

Fortaleza deverá preservar e ampliar o espaço público, perseguindo relações aceitas internacionalmente entre áreas ocupáveis e públicas e de verde por metro quadrado, manter-se limpa, garantir a operação de sistema de transporte público eficiente e integrado a outras modalidades de transporte e promover a racionalidade, a fluidez e a segurança na circulação de pedestres e veículos.

7.4.2.2. Cidade para Morar Bem

Fortaleza deverá difundir e garantir a adoção de padrões adequados, definidos em lei, para a construção de residências unifamiliares e multifamiliares, promover o acesso a moradias da população de baixa renda, transferir populações das áreas públicas, das áreas de risco e das faixas de preservação de recursos hídricos, praias e dunas e promover a distribuição harmônica no espaço da Cidade dos equipamentos sociais e da infra-estrutura básica.

7.4.2.3. Cidade Legal e Planejada

Fortaleza deverá adotar o primado do planejamento nas ações públicas municipais em geral, e na intervenção de caráter urbanístico, educando e esclarecendo a população sobre o conteúdo e as implicações das leis e normas que regem o direito e as relações urbanísticas, bem como garantindo o respeito a esses dispositivos legais.

7.4.3. Desenvolvimento Humano e Social

Esse segmento envolve estratégias e projetos que dêem conseqüência ao objetivo de ter o ser humano como foco das ações, através da criação de condições para a maior democratização dos frutos do desenvolvimento.

7.4.3.1. Cidade para Todos

Combater a miséria e promover o acesso universal aos bens essenciais à vida, tais como a educação, a saúde, a habitação e o transporte público.

7.4.3.2. Cidade de Jovens Integrados Socialmente

Promover o acesso dos jovens a oportunidades de educação profissional, estágios e empregos e apoiar suas iniciativas empreendedoras, além de facilitar-lhes o acesso a atividades esportivas, artísticas e culturais.

7.4.3.3. Cidade com Educação de Qualidade para Todos

Investir na qualidade do ensino, através da valorização do professor, aparelhamento das escolas e melhoria dos métodos pedagógicos e didáticos, e garantir o acesso ao ensino fundamental de todas as crianças de Fortaleza.

7.4.3.4. Cidade com Saúde Para Todos

Garantir o acesso às ações de saúde preventiva e curativa, ampliar a eficiência da rede hospitalar e dos postos de saúde, melhorar a presteza e a qualidade do atendimento médico-hospitalar, do atendimento à gestante, à criança e às populações portadoras de doenças crônicas ou sexualmente transmissíveis.

7.4.4. Desenvolvimento da Gestão Pública Participativa:

7.4.4.1. Cidade de Administração Pública Eficaz

Garantir a qualidade do atendimento ao cidadão e das obras e serviços públicos municipais, através da desburocratização, modernização, transparência, planejamento e promoção da intersetorialidade das ações, bem como pelo monitoramento e avaliação contínua dos seus resultados com base em indicadores objetivos.

7.4.4.2. Cidade do Cidadão Participante

Estimular e criar mecanismos para a participação dos atores sociais no planejamento, na execução de projetos públicos e na avaliação das ações do Poder Público Municipal.

7.4.5. Desenvolvimento Da Segurança Social

A segurança social envolve as estratégias e projetos de atuação preventiva de combate à marginalidade, à violência e à criminalidade do segmento da população mais pobre e socialmente fragilizada.

7.4.5.1. Cidade Segura

Promover ações diferenciadas e complementares de incentivo ao lazer, ao esporte, às artes, à cultura, à educação profissional e para a cidadania em benefício das populações mais pobres da cidade.

7.4.5.2. Segurança Alimentar

Integrar-se ao esforço do Programa Fome Zero, do Governo Federal, cooperando com as suas ações no âmbito da cidade de Fortaleza.

7.5. Projetos Estratégicos

As definições estratégicas propostas nos capítulos anteriores deste documento – Visão de Futuro da Cidade, Pressupostos e Objetivos dos Planos, Estratégias e Políticas – são concretizadas pela execução de projetos e projetos estratégicos objetos deste capítulo.

Para efeitos do Plano, esses projetos são definidos da seguinte forma:

- 1) Projetos – atividades de caráter não rotineiro, com prazos e responsabilidades definidas.
- 2) Projetos estratégicos – são projetos de elevado impacto e contribuição para as estratégias e objetivos do Plano.

Tanto os projetos como os projetos estratégicos são escritos em linguagem objetiva, iniciando-se com verbo no infinitivo.

A lista desses projetos é apresentada no Quadro IX a seguir e seu conteúdo é apresentado nas Fichas de Projetos constantes do Apêndice.

Quadro IX – Projeto e Projetos Estratégicos, Segundo as Estratégias do Plano

PROJETOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS
1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
1.1. Estratégia 1: Cidade Empreendedora	
1.1.1. Promover o Empreendedorismo	1.1.4. Promover a Implantação de Incubadoras
1.1.2. Implantar a Agência de Desenvolvimento Local	1.1.5. Implantar o Balcão de Emprego
1.1.3. Promover a Consolidação de <i>Clusters</i> Turísticos em Fortaleza	1.1.6. Realizar a Promoção Institucional da Fortaleza Turística
	1.1.7. Promover Oportunidades de Emprego associadas à Reciclagem de Resíduos Sólidos
	1.1.8. Apoiar o Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia
1.2. Estratégia 2: Cidade de Talentos	
1.2.1. Promover a Primeira Ocupação	1.2.2. Proporcionar Nova Chance de Trabalho
	1.2.3. Promover o Aprendizado Profissional Contínuo
	1.2.4. Implantar Centros Vocacionais Tecnológicos
1.3. Estratégia 3: Cidade Sustentável	
1.3.1. Promover a Recuperação e a Preservação de Recursos Hídricos e de seus Entornos	1.3.4. Promover a Cidade Verde
1.3.2. Promover a Conservação do Meio Ambiente no Complexo Praias, Dunas e Manguezais	1.3.5. Promover a Fortaleza Ecológica
1.3.3. Promover a Desocupação de Áreas de Preservação e de Áreas de Risco	1.3.6. Promover a Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico

Quadro IX – Projeto e Projetos Estratégicos, Segundo as Estratégias do Plano (continuação)

2. DESENVOLVIMENTO URBANO	
2.1. Estratégia 4: Cidade Confortável	
2.1.1. Promover a Implantação da Central do Comércio Atacadista de Fortaleza	2.1.4. Proporcionar a Requalificação Urbanística dos Locais das Feiras-Livres e Eventos
2.1.2. Promover a Revitalização do Centro de Fortaleza	2.1.5. Ampliar o Sistema de Drenagem de Fortaleza
2.1.3. Implantar o Programa de Transporte de Fortaleza (BID-FOR 1)	2.1.6. Proporcionar a Universalização do Abastecimento D'água
	2.1.7. Proporcionar a Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário
	2.1.8. Promover a Adequação do Sistema Viário
	2.1.9. Promover a Eficiência do Transporte Público
	2.1.10. Elaborar o Plano Diretor Setorial de Transporte
2.2. Estratégia 5: Cidade para Morar Bem	
2.2.1. Implantar a Nova Política Habitacional da Cidade	2.2.3. Promover a Moradia Digna
2.2.2. Promover a Reurbanização de Favelas	2.2.4. Promover a Regularização da Titulação da Habitação Popular

Quadro IX – Projeto e Projetos Estratégicos, Segundo as Estratégias do Plano (continuação)

2. DESENVOLVIMENTO URBANO (Continuação)	
2.3. Estratégia 6: Cidade Legal e Planejada	
2.3.1. Realizar a Atualização do Plano Diretor da Cidade e da Legislação Urbanística da Cidade	2.3.3. Implementar o Projeto-a-Jato
2.3.2. Implementar o Estatuto da Cidade em Fortaleza	2.3.4. Promover a Difusão da Legislação Urbana
3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	
3.1. Estratégia 7: Cidade para Todos	
3.1.1. Promover o Ser Social	3.1.2. Promover o Ser Urbano
	3.1.3. Promover o Alvorecer de Comunidades Carentes
	3.1.4. Facilitar a Circulação de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
	3.1.5. Promover a Integração Social e Econômica do Idoso
3.2. Estratégia 8: Cidade de Jovens Integrados Socialmente	
3.2.1. Promover a Inserção Profissional dos Jovens	3.2.2. Promover a Oferta de Estágios para Jovens
	3.2.3. Promover o Talento Esportivo dos Jovens
	3.2.4. Promover o Talento Cultural e Artístico dos Jovens

Quadro IX – Projeto e Projetos Estratégicos, Segundo as Estratégias do Plano (continuação)

3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL (Continuação)	
3.3. Estratégia 9: Cidade com Educação de Qualidade para Todos	
3.3.1. Promover a Melhoria da Rede Escolar	3.3.3. Promover o Ensino Inclusivo
3.3.2. Implantar a Escola Integral	3.3.4. Promover a Troca de Saber
	3.3.5. Promover a Reintegração à Escola de Crianças Egressas do Trabalho Infantil
	3.3.6. Combater a Evasão e a Repetência Escolares
3.4. Estratégia 10: Cidade com Saúde para Todos	
3.4.1. Promover a Melhoria da Rede de Saúde	3.4.2. Promover a Humanização do Atendimento
	3.4.3. Realizar Ações de Prevenção em Saúde
	3.4.4. Promover a Assistência a Grupos de Risco de Vida
	3.4.5. Patrocinar Novos Caminhos em Saúde (Farmácia Viva)
	3.4.6. Criar o Sistema de Vigilância Nutricional

Quadro IX – Projeto e Projetos Estratégicos, Segundo as Estratégias do Plano (continuação)

4. GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA	
4.1. Estratégia 11: Cidade de Administração Pública Eficaz	
4.1.1. Promover a Redefinição Institucional e Organizacional do Sistema de Planejamento da Prefeitura de Fortaleza	4.1.4. Elaborar e Implementar Plano de Capacitação para o Servidor Público Municipal
4.1.2. Definir e Implantar o Sistema de Informações Georeferenciadas para o Planejamento da Cidade	4.1.5. Implantar a Universidade Corporativa da Administração Municipal
4.1.3. Definir e Implantar Programa de Qualidade para os Serviços Públicos Municipais	4.1.6. Definir e Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos Estratégicos
4.2. Estratégia 12: Cidade do Cidadão Participante	
4.2.1. Implantar o Modelo de Gestão Compartilhada de Fortaleza	4.2.2. Implantar Central de Informações de Fortaleza
	4.2.3. Elaborar e Implementar Programa de Capacitação para a Cidadania
5. SEGURANÇA SOCIAL	
5.1. Estratégia 13: Cidade Segura	
5.1.1. Combater o Turismo Degradante dos Valores da Família Cearense	5.1.4. Promover o Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica
5.1.2. Promover o Programa Emergencial de Desenvolvimento Humano dos Bairros com Baixo IDHM-B.	5.1.5. Promover Atividades Esportivas e Culturais para a Criança e o Adolescente em Situação de Risco Social
5.1.3. A Paz Começa na Escola	

Quadro IX – Projeto e Projetos Estratégicos, Segundo as Estratégias do Plano (continuação)

5. SEGURANÇA SOCIAL (conclusão)	
5.2. Estratégia 14: Segurança Alimentar	
5.2.1. Promover a Integração da Cidade ao Programa Nacional de Combate à Fome do Governo Federal (Programa Fome Zero)	

VIII – A IMPLANTAÇÃO DO PLANO E SEUS REQUISITOS

A implantação de um Plano requer, da parte da instituição que o desenvolve, cuidados especiais em dotá-lo dos pré-requisitos indispensáveis à sua concretude.

No caso da Prefeitura Municipal de Fortaleza, diagnósticos anteriores já apontavam para alguns requisitos básicos, o que foi posteriormente constatado quando de visitas, entrevistas e contatos feitos.

Dentre os pontos levantados, mereceram destaque os que são a seguir alinhados, pelo alto impacto que poderão provocar positivamente para o sucesso do Plano.

8.1. Legislação do Sistema de Planejamento Municipal

A estrutura do Sistema de Planejamento de Fortaleza sofreu sua última modificação através da Lei nº 8.608, de 26.12.01, que criou a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLA, a quem cabe a coordenação do planejamento, sistema de informações e controle orçamentário.

No entanto, o Sistema Integrado de Planejamento Municipal – SIPLAM, criado pela Lei nº 7.061, de 16.01.92, e reformulado através da Lei nº 8.128, de 30.12.97, desta vez não sofreu qualquer alteração, indicando que as suas diretrizes encontram-se defasadas e em desacordo com a nova realidade do planejamento municipal.

Desta forma, é necessário que se faça uma completa revisão do SIPLAM e de toda a legislação que trate de planejamento municipal, verificando as atribuições de cada órgão, avaliando a consistência de cada diretriz e revendo-se, quando necessário, os pontos que possam vir a provocar impactos negativos na nova realidade. Em particular, precisa ser institucionalizado o Modelo de Gestão Compartilhado proposto.

8.2. Redefinição das Funções Relacionadas ao Planejamento

A par da nova estrutura organizacional, com a criação da SEPLA e de Secretarias Setoriais, que já dão uma nova face ao planejamento, centralizando-se, em um órgão, as atividades de planejar e coordenar e definindo as de execução, é importante que se

revejam as funções dos Assessores de Planejamento e Coordenação - APCs e se crie uma estrutura mínima de assessoramento para o COPAM.

Os APCs devem favorecer que sejam levados para cada órgão pessoas com conhecimento e mentalidade de planejamento, de forma a permitir que a SEPLA possa, de fato, coordenar o planejamento municipal. O APC exercerá também o papel dos Agentes do Plano, previstos no Modelo de Gestão Compartilhada. São ainda responsáveis pela coordenação das ações de planejamento e pela ligação das Secretarias Setoriais, das Secretarias Executivas e dos diversos Órgãos, com a SEPLA.

É ainda atribuição do APC a de acompanhar os trabalhos de pesquisa e as reuniões dos Conselhos Comunitários Regionais – CCRs, além de apoiar a definição de prioridades das regionais.

A assessoria ao COPAM pode ser feita pelos APCs, ou por outros servidores das Secretarias, sendo sua responsabilidade oferecer aos conselheiros pareceres técnicos aprimorados, auxiliando-os em suas análises.

8.3. Sistema de Informações Gerenciais

Embora caiba à SEPLA o suprimento de informações estratégicas, e a implantação, avaliação e atualização do Sistema de Informações Gerenciais – SIG, é necessário uma reavaliação de toda a matriz do SIG, incluindo-se as ferramentas, os bancos de dados, o pessoal envolvido, dentre outros pontos, de forma a evitar-se sobreposição com outros órgãos encarregados de atividades de levantamento de dados ou de manutenção de sistemas, como o geoprocessamento, por exemplo.

8.4. Geoprocessamento

Além do suprimento das necessidades de informação em geral, é necessário agregar à cartografia digital as camadas de informações sobre as diversas regiões do Município,

com os indicadores socioeconômicos e de infra-estrutura relevantes, de forma que o geoprocessamento possa servir para as definições e para o acompanhamento do planejamento, em particular, e que sejam monitoradas as alterações quando das intervenções do Poder Público Municipal nas diversas áreas.

8.5. Equipamentos e Programas

É importante suprir as necessidades de softwares e de equipamentos tecnologicamente adequados para o desempenho das atividades de planejamento, inclusive para permitir a interligação de sistemas e a disponibilização, em tempo real, de informações para e entre os órgãos municipais e a sociedade.

8.6. Pessoal

Além da preocupação com o treinamento do pessoal ligado diretamente ao planejamento, é importante a definição do perfil mínimo adequado para o desempenho dessas funções para balizar as decisões quando do recrutamento e seleção de pessoal, em especial para a SEPLA, assessoria ao COPAM e APCs.

8.7. Treinamento

As atividades de planejamento exigem uma base mínima de conhecimentos e capacitação profissional. Assim, é importante definirem-se estratégias de difusão de conhecimentos na área, voltadas para cada tipo de necessidades:

1. Palestras, seminários, workshops, dentre outros, voltados para os gestores municipais, com a apresentação de experiências e de ferramentas do planejamento estratégico, em nível macro;
2. Cursos de formação de média duração para funcionários da área central de Planejamento, voltados para a capacitação em Planejamento Estratégico e em Orçamento;
3. Cursos de formação breve para funcionários das demais estruturas de planejamento, em especial os Agentes do Plano (APCs e Facilitadores), incluindo, além de orçamento e planejamento, noções de negociação, metodologias de reuniões participativas, elaboração e avaliação de projetos, dentre outras;

4. Palestras, seminários e cursos específicos voltados para a sensibilização, treinamento e capacitação nas questões municipais dos conselheiros dos Conselhos Comunitários Regionais – CCRs.

IX– O SISTEMA DE MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O Plano será avaliado a partir da utilização de um conjunto de indicadores do comportamento da cidade e de seus setores, bem como através do acompanhamento das metas físicas e financeiras que vierem a ser definidas nos planos de ação.

Esse sistema é apresentado a seguir.

9.1 Objetivos

Estruturar um sistema de informações para monitoramento de indicadores socioeconômicos e urbanísticos municipais, visando sistematizar informações para o planejamento e subsidiar a análise do desempenho da ação administrativa.

9.2 Finalidades

- Produzir, coletar, processar, armazenar, criticar, divulgar e sistematizar informações básicas relativas ao Município;
- Dispor de um sistema informatizado de indicadores municipais para permitir maior facilidade e agilidade na consulta e geração de relatórios informativos;
- Permitir o monitoramento e divulgação dos resultados da ação administrativa, em termos econômicos e sociais, bem como divulgar e facilitar o acesso às informações por meio de uma “sala de situação”;
- Possibilitar a avaliação da ação administrativa, fornecendo informações básicas sobre o comportamento evolutivo dos indicadores econômicos, sociais e urbanísticos

9.3 Composição do Sistema

O Sistema se comporá de indicadores relativos aos aspectos demográficos e ao desempenho da economia local, educação, saúde, habitação, assistência social, cultura, segurança Pública e urbanismo.

9.4 Requerimentos para Implantação do Sistema

Para implementação do sistema de monitoramento de Indicadores Socioeconômicos e Urbanísticos são condicionantes básicos:

- A definição do arranjo institucional para coordenação e funcionamento do sistema;
- A estruturação de um banco de dados de um sistema informatizado para consulta e geração de relatórios informativos;
- A integração deste banco de dados como o sistema de geoprocessamento;
- A integração das atividades de planejamento e orçamento municipal.

O arranjo institucional pressupõe a coordenação do sistema, a ser exercida pela SEPLA, preferencialmente, que, para tanto, deve contar em sua estrutura organizacional com uma área de informações e estatísticas e com uma equipe técnica responsável pela alimentação do banco de dados.

Esta equipe coordenaria ainda um esforço de pesquisa, coleta, tratamento, crítica e lançamento da informação no sistema informatizado e seria responsável por sua operação.

Isso pressupõe um sistema multiusuário, que, dentro de limites de credenciamento a serem estabelecidos, contará com o concurso, em diversas fases do sistema, de outras entidades da Prefeitura, que sejam gestores das áreas de ação a que se referirem os indicadores.

As Secretarias Setoriais e Executivas se integrarão, portanto, ao sistema, sendo responsáveis pela produção e coleta de informações nas áreas de competência, dentro de periodicidade definida.

O órgão de coordenação trabalhará de forma interativa com a instituição estadual coordenadora do sistema de informações, otimizando as ações através de um trabalho sistemático de pesquisa e coleta de dados complementares.

O sistema informatizado deverá disponibilizar informações, para consulta, ao Prefeito e às Secretarias Municipais através de acesso eletrônico e permitirá a geração de documentos e relatórios, como um anuário estatístico municipal, relatórios de acompanhamento de indicadores alvo dos principais programas em desenvolvimento no município, entre outros.

A integração entre os planos, programas e orçamentos é condição básica à consistência e transparência da ação e gastos públicos. O encadeamento lógico entre os níveis de programação estratégica (planos) e operacional (orçamento) permitem uma ação eficiente de acompanhamento da ação governamental e do comportamento dos indicadores socioeconômicos e urbanísticos.

O banco de dados deve ser estruturado a partir dos indicadores e informações básicas relativas a esses, que se encontram relacionados no quadro apresentado. O banco de dados terá objetivo ainda de recuperar informações numa série temporal que permita identificar-se a evolução do seu comportamento em período recente.

9.5 Comunicação Institucional

O sistema integrado de informação é condicionante básico para o processo de planejamento e gestão governamental, sendo suporte à formulação de estratégias e subsídios à elaboração e avaliação de planos e programas levados a efeito na Administração.

Como componente do planejamento, o sistema integrará as diversas instituições envolvidas na produção e fornecimento da informação e disponibilizará elementos para a comunicação com o público em geral.

Para tanto, a Administração deverá contar com um importante instrumento para a realização da comunicação institucional, o que se denomina de “sala de situação”. Trata-se de um espaço estruturado com recursos gráficos, cartográficos e

computacionais que permitem maior visibilidade, o georeferenciamento e a acessibilidade às informações referentes ao perfil do Município.

O gerenciamento do sistema deve garantir a confiabilidade e a atualização da informação e a sua divulgação de forma eficiente e oportuna através da sala de situação, relatórios e documentos sistemáticos.

9.6 Outros Aspectos

As informações relacionadas ao setor agropecuário não se aplicam, em sua maioria, ao caso de Fortaleza, uma Cidade completamente urbana. Sua inclusão no sistema destina-se a favorecer uma discussão com a equipe da Prefeitura Municipal de Fortaleza quanto aos indicadores aplicáveis.

Além disso, grande parte dos indicadores deve ser regionalizado, favorecendo a criação e avaliação de políticas públicas regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNB. **Economia do mercado**, Revista Econômica do Nordeste, vol. 29, julho/setembro de 1998, Fortaleza-CE.

----- **Perspectiva da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre**, Revista Econômica do Nordeste, vol 31, outubro/dezembro 2000.

----- **Sector Turismo**. BNB-ETENE, Fortaleza-CE, 2000, 93 pg.

----- **Potencialidades econômicas do turismo no Cariri – Cariri Investe –** oportunidades de negócios. Fortaleza, 1999, 83 pg.

----- **O idoso no mercado de trabalho: uma análise**, revista econômica do Nordeste, vol. 32, janeiro/março 2001.

BRANDÃO, R. L. **Sistema de informações para gestão e administração territorial da Região Metropolitana de Fortaleza – Projeto SINFOR: Diagnóstico Geoambiental e os Principais Problemas de Ocupação do Meio Físico da Região Metropolitana de Fortaleza – Fortaleza-CE, CPRM, 1995.**

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Lei Municipal No. 8066, de 08.10.97. Fortaleza-CE, 1997.

_____ **Lei orgânica do Município** - Fortaleza-CE, 1999.

CONFEA;CREA. **Lei No. 10.257, de 10.07.01. Estatuto da Cidade**. Brasília-DF, 2001.

CASTELLS, Manuel/BORJA, Jordi – **As cidades como Atores Políticos**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, CEBRAP, (45); jul. 1996.

CORDEIRO, A. P – **A experiência do orçamento participativo em Porto Alegre -** Escola de Democracia.

FARIAS, Magda K. **Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar em Fortaleza e Região Metropolitana** - Relatório Técnico da SEMACE – Fortaleza-CE, 2000.

FIEC-CE. **Plano estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza – METROFOR. relatório de diagnóstico.** dezembro/1998.Fortaleza-CE.

-----, **Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANEFOR 2001. Relatório.** Fortaleza-CE.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E DO MEIO AMBIENTE/SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Guia de licenciamento ambiental.** Fortaleza-CE, 2001.

GOVERNO FEDERAL. **Estatuto da cidade (Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001).** Brasília-DF, 2001.

HABERMAS, J. – Gestão participativa nas escolas: resultados e incógnitas in *Gestão Escolar_*– desafios e tendências. Brasília, IPEA, 1994.

IBGE. **Censo demográfico** 1980.

_____ **Censo demográfico** 1991.

_____ **Censo demográfico** 2000.

_____ **Contagem populacional** 1996.

IPEA, Fundação João Pinheiro, IBGE, PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, Brasil, 1998.

IPLANCE/IBGE. **Perfil básico de Fortaleza.** 2002.

JACOBI, Pedro. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania.* Rio de Janeiro, FGV, 2000.

MATTOSO, J. E. L. **Economia e trabalho: aonde vamos?** Debate Sindical, Ano 14, Nº 34, Junho/Julho/Agosto de 2000. p. 25-26.

PASSOS, C. A. K.. **O contexto econômico brasileiro e o microcrédito.** In: Seminário Internacional Trabalho, Emprego e Microcrédito (1999: Curitiba). Anais. Curitiba: Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (Mimeo), 1999. p. 11.

PAULICS, V. O. **125 Dicas: idéias para a ação municipal.** São Paulo, Polis, 2000. 288p.

PBH. **Portal Internet/Governo e Planejamento,** Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral, 2001/2002.

PECI, A. – **Orçamento participativo:** análise da experiência do Rio de Janeiro.

PETALAS, K. V. - **Impactos da urbanização sobre os parâmetros climáticos, em duas áreas de Fortaleza-CE** – Dissertação apresentada ao Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental – Curso de Mestrado em Engenharia Civil na área de concentração em Saneamento Ambiental, da Universidade Federal do Ceará – UFC – Fortaleza-CE, 2000.

PINTO, F. A. R. **Poluição sonora: um levantamento de dados da Cidade de Fortaleza no período de 1988 a 1998** – Apresentação no 21º Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental em João Pessoa-PB – Fortaleza-CE, 2000;

PRATES, Antonio A. P./ANDRADE, Luis A. Gama de – Notas sobre o Modelo Participativo: o caso de Minas Gerais. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, 19(2); 135-52, abr./jun., 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **O processo de participação.** Fortaleza, SMP, 1997.

----- **Plano Prurianual do Município 1994-97.** Fortaleza-CE.

----- **Plano Prurianual do Município 1998-01.** Fortaleza-CE.

----- **Plano Prurianual do Município 2002-2005.** Fortaleza-CE.

-----**Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano- PDDU-FOR** (Lei N° 7.061, DE 16/01/1992), Fortaleza-CE.

-----**Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS/** Programa Brasil Habitar. Fortaleza-CE, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO - **Lei de uso e ocupação do solo – LUOS (Lei N° 7.987, de 23 de dezembro de 1996)** – Fortaleza-CE, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE/CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ECONOMIA S/C LTDA. **Avaliação ambiental estratégica do programa de transporte urbano de Fortaleza – AAEP** – Fortaleza-CE, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - **Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio.** Rio de Janeiro, Imprensa da Cidade, 1996, 74 pg.

-----**Relatório da Cidade 2: Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Imprensa da Cidade, outubro de 1996. 119 pg.

RICCI,R./SOTERO,F./BARBOSA,L. **Gestão participativa em rede – descentralização e participação popular em gestões municipais.** Belo Horizonte, CPP, 2001.

SINE/IDT. **Pesquisa direta: mercado de trabalho em Fortaleza, janeiro e julho de 1998/2001,** Fortaleza-CE.

-----**Pesquisa direta: mercado de trabalho em Fortaleza, em dezembro de 1999/2000**, Fortaleza-CE.

----- **Pesquisa direta: mercado de trabalho em Fortaleza, em junho e julho de 2000/2001**, Fortaleza-CE.

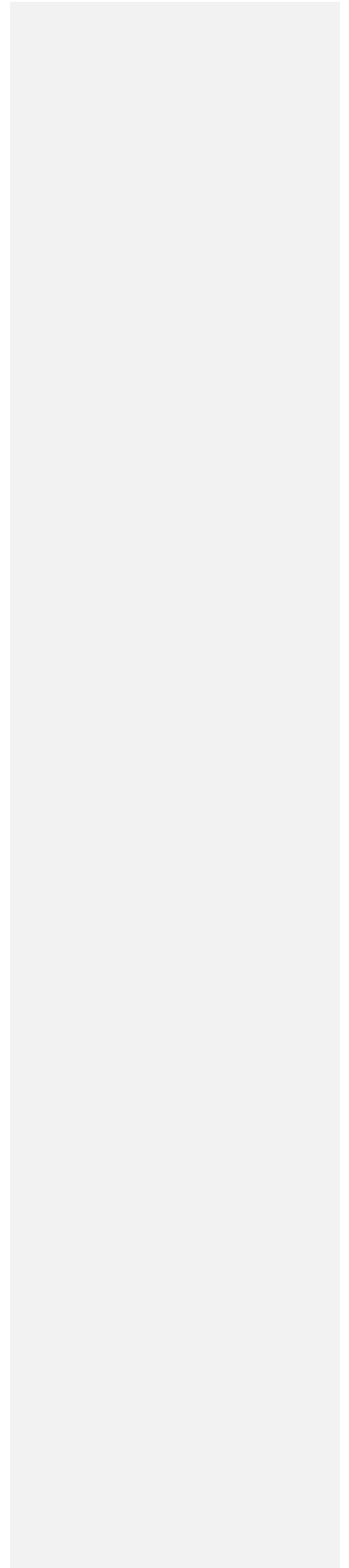
SOMARRIBA, M./DULCI, O. **A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica atual da participação popular em Belo Horizonte in reforma do estado e democracia no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

STORINO, G. R – **Participação cidadã na gestão pública – dá licença seu doutor?**
Com a palavra: o povo da favela Carioca.

VIANA, A. L. D'Ávila – **Novos riscos, a cidade e a intersectorialidade das políticas públicas**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, V. 32 N/ 2, p. 23-33, Mar/abr. 1998.

WHEE REE, 1989; CHOU, 1995; BERRY, 1995. Apud: CEPAL. **Políticas de financiamento de las empresas de menor tamaño: experiencias recientes en América Latina**. Santiago de Chile : CEPAL (Mímeo, sem revisão editorial), 1995. p. 3. Documento elaborado pela Unidade de Financiamento da Divisão de Comércio Internacional, Transporte e Financiamento da CEPAL, dentro do marco do Projeto Regional Conjunto CEPAL/PNUD : Políticas Financeiras para a Transformação Produtiva com Equidade.

APÊNDICE: FICHAS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS



1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.1. Título do Projeto: Promover o Empreendedorismo

Inserção de talentos no mercado competitivo, na condição de empreendedores, de forma individual, solidária ou associativada.

a) Objetivos

- Fomentar micro e pequenos empreendimentos de produção de bens e serviços;
- Capacitar profissionalmente novos talentos para produção de bens e serviços e para o gerenciamento de futuros negócios.

b) Ações

- Identificação de oportunidades de negócios na Cidade;
- Fomento, diversificação e modernização das atividades econômicas geradoras de ocupação no mercado formal de trabalho e renda, priorizando os micro e pequenos empreendimentos próprios e/ou associativados;
- Capacitação profissional nas áreas de produção de bens e serviços e gerenciamentos de negócios;
- Criação de banco social (microcrédito) para captação e concessão de financiamentos, adequados aos micro e pequenos empreendimentos intensivo de mão-obra e geradores de rendas.

c) Áreas de Intersectorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.2. Título do Projeto: Implantar a Agência de Desenvolvimento Local

Implantação de agência para a orientação e assistência técnica para o aproveitamento de oportunidades de negócios.

Produção, consolidação e disponibilização de informações sobre demandas de bens e serviços por região e possibilidades de financiamento, assistência para elaboração de projetos e planos de negócios e assessoria técnico-gerencial para micro e pequenos empreendedores.

a) Objetivos

- Ofertar informações sobre oportunidades de novos negócios;
- Facilitar a implantação na Cidade de micro e pequenos negócios individuais ou associativados;
- Oferecer suporte técnico às iniciativas de micro e pequenos produtores e suas organizações.

b) Ações

- Implantação de endereços eletrônicos com informações sobre oportunidades de negócios na cidade, de financiamento e sobre modelos de projetos e planos de negócios;
- Promoção de pesquisa de consumo de bens e serviços na Cidade;
- Promoção de palestras e seminários sobre oportunidades de negócios, projetos, planos de negócios e técnicas de gestão de negócios;
- Oferta de oportunidades de capacitação para a gestão e o planejamento de planos de negócios;
- Realização de outras iniciativas que estimulem o surgimento e a manutenção de micro e pequenos negócios.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.3. Título do Projeto: Promover a Consolidação de *Clusters* Turísticos em Fortaleza

Realização e indução de iniciativas para a consolidação de clusters turísticos em Fortaleza.

a) Objetivos

- Promover a consolidação de clusters turísticos nas seguintes áreas:
 - Beira Mar/Porto do Mucuripe/Praia do Futuro;
 - Centro Histórico de Fortaleza;
 - Barra do Ceará;
- Implantar outros aglomerados com fins turísticos em Fortaleza.

b) Ações

- Delimitação dos limites dos clusters turísticos a serem implantados em Fortaleza;
- Identificação de atividades, equipamentos e instituições necessárias à consolidação dos clusters;
- Identificação de necessidades de investimentos para a consolidação dos *clusters*;
- Elaboração, em parceria com a iniciativa privada, de planos e projetos para a consolidação dos *clusters*;
- Atração de investidores para os projetos identificados;

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

d) Abrangência

- Nas áreas identificadas como propícias ao desenvolvimento dos *clusters*.

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.4. Título do Projeto: Promover a Implantação de Incubadoras

Promoção, em parceria com federações, associações empresariais, SEBRE, Universidades e outras instituições, a instalação de incubadoras de micro e pequenos negócios.

a) Objetivos

- Implantar incubadoras de micro e pequenos negócios em Fortaleza;
- Mobilizar parceiros para a implantação, desenvolvimento e gestão das incubadas.

b) Ações

- Identificação dos locais propícios à instalação das incubadas;
- Criação e implantação das incubadoras;
- Definição dos tipos de negócios a serem incubados;
- Definição de critérios e padrões para a seleção dos micro e pequenos negócios a serem incubados;
- Seleção dos micro e pequenos negócios a serem incubados;
- Mobilização de parceiros por um período suficiente para a obtenção da maturação econômica das unidades produtivas instaladas;
- Realização de outras iniciativas relevantes para o projeto.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Planejamento
- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Bairros de Fortaleza, conforme estudo de localização das incubadas.

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.5. Título do Projeto: Implantar o Balcão de Emprego

Promoção, em parceria com federações, associações empresariais, SEBRAE, SINE e outras entidades, a instalação de balcão de oportunidades de empregos.

a) Objetivos

- Implantar unidades de informação sobre oportunidades de empregos nos bairros da Cidade;
- Difundir oportunidades de capacitação e reciclagem.

b) Ações

- Identificação sistemática das oportunidades de emprego, diretamente ou através do SINE, SEBRAE e outras instituições;
- Disponibilização das informações sobre oportunidades de emprego na Cidade;
- Orientação sobre as qualificações requeridas para o emprego;
- Orientação sobre as ofertas de oportunidades de capacitação e reciclagem na Cidade;
- Capacitação sobre como se conduzir em entrevistas, elaboração de currículos e outras orientações necessárias à obtenção de empregos;
- Outras iniciativas para o aproveitamento das oportunidades de emprego na Cidade.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Bairros de Fortaleza.

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.6. Título do Projeto: Realizar a Promoção Institucional da Fortaleza Turística

Promoção institucional da Cidade de Fortaleza, em parceria com o Governo do Estado e os empresários do setor, junto a mercados emissores de turistas.

a) Objetivos

- Divulgar as vantagens comparativas de Fortaleza;
- Articular as ações públicas e privadas para a promoção da Cidade;
- Manter sistema de informações e orientações ao turista.

b) Ações

- Mobilização dos empresários do setor para a promoção institucional do turismo;
- Promoção do turismo cearense nos mercados nacionais e estrangeiros;
- Realização sistemática de pesquisa de satisfação e opinião junto aos turistas;
- Manutenção de posto de informações turísticas, em parceria com os empresários do setor;
- Oferta de serviços de saúde emergencial ao turista;
- Articulação com órgãos de segurança pública, judiciários e outros setores interessados para a promoção da segurança do turista e a proibição de práticas ilegais, ofensivas aos costumes locais e danosas ao meio ambiente.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza, notadamente os Bairros Centro, Mucuripe, Praia do Futuro e Barra do Ceará.

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.7. Título do Projeto: Promover Oportunidades de Emprego associadas à Reciclagem de Resíduos Sólidos

Promoção, em parceria com as empresas responsáveis pela coleta do lixo e empresários locais, oportunidades de emprego associadas à reciclagem de resíduos sólidos.

a) Objetivo

- Promover a implantação de micro e pequenas empresas, ou suas associações ou cooperativas, para a reciclagem e/ou a reutilização de lixo reciclável.

b) Ações

- Identificação de oportunidades para a reciclagem do lixo;
- Promoção de estudos de mercado sobre oportunidades de reciclagem;
- Identificação e difusão de oportunidades de capacitação para o desenvolvimento dos negócios na área;
- Identificação e difusão de oportunidades de financiamento na área;
- Mobilização e assistência para a organização de potenciais micro e pequenos empresários;
- Orientação quanto às práticas sanitárias e ecologicamente corretas desse negócio;
- Outras iniciativas incentivadoras desses negócios.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza, em áreas indicadas como propícias.

1.1. ESTRATÉGIA 1: CIDADE EMPREENDEDORA

1.1.8. Título do Projeto: Apoiar o Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia

Promover a implantação de infra-estrutura e de empresas produtoras de fontes alternativas de energia, em parcerias com Universidades.

a) Objetivo

- Incentivar a produção de energia de fontes renováveis e não poluidoras na Cidade.

b) Ações

- Identificação de fontes alternativas de energia viáveis;
- Articulação do apoio de instituições internacionais promotoras de fontes de energia renováveis;
- Oferta de infra-estrutura pública complementar necessárias a esses projetos;
- Articulação de fontes de financiamento de longo prazo para essas iniciativas;
- Promoção de investimentos nessa área;
- Outras iniciativas incentivadoras desses negócios.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza, em áreas indicadas como propícias.

1.2. ESTRATÉGIA 2: CIDADE DE TALENTOS

1.2.1. Título do Projeto: Promover a Primeira Ocupação

Estímulo ao acesso ao primeiro emprego, contribuindo para o desenvolvimento e inclusão de pessoas que se encontram à margem do processo de desenvolvimento.

a) Objetivos

- Inserir a população desempregada no mercado de trabalho formal competitivo;
- Oportunizar ao jovem o acesso ao primeiro emprego como forma de estímulo ao início de uma trajetória profissional;
- Capacitar profissionalmente as populações excluídas do processo produtivo nas áreas de geração de bens e serviços.

b) Ações

- Implantação de um balcão de empregos, devidamente integrado aos já existentes, contemplando o cadastramento das reais demandas do mercado de trabalho e os perfis profissionais dos desempregados e jovens;
- Oferta de cursos profissionalizantes em áreas que apresentem demandas no mercado;
- Levantamento das oportunidades de emprego;
- Encaminhamento e acompanhamento das pessoas a serem inseridas no mercado de trabalho.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza

1.2. ESTRATÉGIA 2: CIDADE DE TALENTOS

1.2.2. Título do Projeto: Promover Nova Chance de Trabalho

Oferta de qualificação e orientação profissionais voltadas para a demanda do mercado produtivo, com vistas a reinserção do cidadão desempregado.

a) Objetivos

- Reintegrar no mercado de trabalho formal o trabalhador despedido, com perfil profissional diversificado;
- Capacitar profissionalmente nas áreas de produção e serviços numa visão do mercado de trabalho competitivo.

b) Ações

- Orientação quanto a potencialidade e vocações para o trabalho;
- Capacitação profissional do trabalhador, de forma planejada e focalizada, em função das demandas do mercado;
- Implantação de um balcão de empregos, devidamente integrado aos já existentes, contemplando o cadastramento das reais demandas do mercado de trabalho e os perfis profissionais dos desempregados;
- Monitoramento e avaliação do desempenho dos trabalhadores encaminhados.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza

1.2. ESTRATÉGIA 2: CIDADE DE TALENTOS

1.2.3 Título do Projeto: Promover o Aprendizado Profissional Contínuo

Capacitação e qualificação profissional, contínua e atualizada, com base na demanda do mercado competitivo, identificada ao longo da cadeia de produção de bens e serviços mais dinâmicos e estratégicos para o desenvolvimento local.

a) Objetivo

- Ampliar as chances para o aproveitamento de oportunidades de trabalho e para o empreendedorismo;
- Elevar a produtividade da mão-de-obra, de acordo com as exigências do mercado de trabalho, numa visão de múltiplas atividades profissionais;
- Implantar programa de capacitação profissional contínua aos habitantes de Fortaleza, identificado com as demandas locais por mão-de-obra.

b) Ações

- Identificação contínua, através de banco de emprego, das demandas por mão-de-obra qualificada existentes no mercado;
- Identificação da demanda de mão-de-obra qualidade associada a novos empreendimentos e áreas econômicas com potencialidade de desenvolvimento futuro;
- Oferta de cursos de capacitação à população, em áreas identificadas pelo a prepará-la para enfrentar, com eficiência, as solicitações do mercado;
- Articulação com empresários e gestores locais para absorção da mão-de-obra qualificada, com o compromisso de prover acompanhamento e atualização permanentes;
- Estruturação de um sistema de monitoramento dos cursos e dos egressos.

c) Áreas de Intersectorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza, com prioridade para as áreas de baixo IDHM-B.

1.2. ESTRATÉGIA 2: CIDADE DE TALENTOS

1.2.4. Título do Projeto: Implantar Centros Vocacionais Tecnológicos

Centro para a qualificação técnica e tecnológica para ampliar a empregabilidade e o empreendedorismo dos Fortalezenses, em áreas de perspectiva futura de oportunidade de emprego e de micro e pequenos negócios, no setor de comércio, indústria, turismo, informática e serviços em geral.

a) Objetivos

- Difundir conhecimento e práticas de trabalho em serviços técnicos e tecnologias;
- Ampliar as chances para o aproveitamento de oportunidades de trabalho e para o empreendedorismo;
- Ampliar oportunidades em áreas de menor IDHM-B.

b) Ações

- Identificação contínua das atividades técnicas e das tecnologias de maior demanda por empresas e negócios;
- Proporcionar cursos práticos e aplicados nas áreas identificadas;
- Articulação com empresários e gestores locais para absorção da mão-de-obra qualificada, com o compromisso de prover acompanhamento e atualização permanentes;
- Estruturação de um sistema de monitoramento dos cursos e dos egressos.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza, com prioridade para as áreas de baixo IDHM-B.

1.3. ESTRATÉGIA 3: CIDADE SUSTENTÁVEL

1.3.1. Título do Projeto: Promover a Recuperação e Preservação de Recursos Hídricos e de seus Entornos

Recuperação e preservação dos recursos hídricos do Município (rios, riachos, lagoas e lençóis subterrâneos), e seus entornos.

a) Objetivo

- Proporcionar sustentabilidade ambiental ao desenvolvimento urbano da Cidade, por meio do manejo adequado dos recursos hídricos.

b) Ações

- Provisão de rede de esgotamento e tratamento sanitário nas adjacências dos recursos hídricos;
- Despoluição e conservação ambiental do Corredor Ecológico do Rio Maranguapinho (Rios Pirapora, Siqueira, Maranguapinho e Ceará), além das Lagoas de Messejana, Parangaba, Mondubim, Opaia e Precabura, dentre outras;
- Urbanização dos entornos dos corpos d'água, contribuindo para a preservação e a qualificação da área;
- Desenvolvimento de projetos de caráter socioeconômico e/ou de lazer, geradores de oportunidades para as comunidades lindeiras, compatíveis com a preservação ambiental;
- Fiscalização e monitoramento visando evitar ações de degradação dos corpos d'água, tais como o lançamento clandestino de esgoto;
- Capacitação de servidores das SER's em educação ambiental e monitoramento do uso dos recursos hídricos;
- Realização de campanhas de educação ecológica junto à população residente e turista.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social

d) Abrangência

- Em bairros com presença de recursos hídricos preserváveis.

1.3. ESTRATÉGIA 3: CIDADE SUSTENTÁVEL

1.3.2 Título do Projeto: Promover a Preservação e a Conservação do Meio Ambiente no Complexo Praias, Dunas e Manguezais

Garantir a preservação ou, quando adequado, a conservação de recursos naturais indispensáveis a um desenvolvimento sustentável.

a) Objetivos

- Proporcionar sustentabilidade econômica do desenvolvimento urbano da Cidade, por meio do manejo adequado das praias, dunas e manguezais;
- Assegurar a balneabilidade de toda a orla marítima de Fortaleza.

b) Ações

- Realização estudos de zoneamento e de delineamento das áreas de preservação;
- Provisão de rede de esgotamento e tratamento sanitário integral nas adjacências à orla marítima;
- Despoluição e conservação ambiental das zonas litorâneas degradadas;
- Urbanização da faixa de praia, contribuindo para a preservação e qualificação da área, disciplinando as atividades econômicas exploráveis;
- Fiscalização e monitoramento, visando evitar ações de degradação marítima, tais como o lançamento clandestino de esgoto e resíduos sólidos;
- Criação de infra-estrutura adequada para as embarcações de pescadores artesanais;
- Capacitação de servidores das SER's em educação e no monitoramento dos recursos ambientais;
- Promoção de campanhas de educação ecológica junto aos turistas e população residente.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social

d) Abrangência

- Orla marítima, foz dos rios e áreas de dunas.

1.3. ESTRATÉGIA 3: CIDADE SUSTENTÁVEL

1.3.3. Título do Projeto: Promover a Desocupação de Áreas de Preservação e de Áreas de Risco

Remover as construções e atividades desenvolvidas em áreas de preservação e áreas de riscos, adotando medidas mitigadoras adequadas.

a) Objetivos

- Garantir o uso previsto na legislação pertinente de áreas verdes, faixas de preservação de recursos naturais e outras áreas não edificantes;
- Implantar projetos de urbanização de áreas de preservação e de risco, com remanejamento de populações para áreas adequadas à habitação.

b) Ações

- Zoneamento e delimitação de áreas de preservação e de risco;
- Levantamento socioeconômico e populações ocupantes de áreas de preservação e de risco;
- Levantamento de atividades irregulares implantadas em áreas de preservação e de risco;
- Desocupação de áreas de preservação e de risco;
- Remanejamento de ocupantes de áreas de preservação e risco para localidades adequadas à habitação;
- Implantação, nas áreas de preservação e de risco, de atividades e projetos de uso permitido por lei, em parceria com as comunidades lindeiras;
- Monitoramento sistemático das ocupações irregulares nessas áreas;
- Promoção da educação ambiental de comunidades lindeiras às áreas;
- Capacitação das equipes técnicas da Prefeitura para aplicação da lei e manutenção dos projetos e ações.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Assistência Social

e) Abrangência

- Bairros com áreas de preservação e de risco.

1.3. ESTRATÉGIA 3: CIDADE SUSTENTÁVEL

1.3.4. Título do Projeto: Promover a Cidade Verde

Arborização da Cidade com ênfase nas espécies nativas perenes como uma das condições básicas para melhorar as condições climáticas e fomentar o turismo ecológico.

a) Objetivos

- Aumentar os índices de áreas verdes urbanas;
- Estimular o lazer contemplativo em Fortaleza;
- Promover a integração do fortalezense com o ambiente natural da Cidade;
- Capacitar profissionalmente jovens nas áreas de meio ambiente e cidadania, despertando-os para uma maior consciência ecológica e valorização do homem como integrante essencial do ecossistema.

b) Ações

- Distribuição de mudas de espécies nativas perenes;
- Plantio e replantio de áreas nas vias públicas, praças e parques pelo poder público e iniciativa privada;
- Adoção pela iniciativa privada de áreas arborizadas pelo poder público;
- Instituição de prêmios para os bairros que melhor conservarem as áreas arborizadas;
- Estabelecimento de programa de passeios ecológicos pelos recursos hídricos, manguezais e dunas, sobretudo nos Rios Cocó e Ceará e áreas adjacentes;
- Identificação e estudo dos problemas e alternativas de solução relacionados à degradação do meio ambiente em Fortaleza;
- Aproveitamento e adequação do espaço físico do SEMEAR para funcionamento da Escola;
- Oferta de atividades sócio-culturais e ambientais com o envolvimento direto dos alunos.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza.

1.3. ESTRATÉGIA 3: CIDADE SUSTENTÁVEL

1.3.5 Título do Projeto: Promover a Fortaleza Ecológica

Inserir a população, sobretudo de sua parcela jovem, no estudo e incorporação no seu cotidiano das bases de uma educação ambiental e cidadã para formação de uma consciência crítica em ecologia humana e cidadania, além de sua participação ativa nas campanhas ambientais.

a) Objetivos

- Assegurar a qualidade de vida da população, atual e das gerações futuras;
- Preservar a fauna e a flora regionais;
- Proporcionar a Fortaleza o reconhecimento como cidade comprometida com a preservação ambiental.

b) Ações

- Operacionalização dos preceitos da Agenda 21;
- Implantação de programas de educação ambiental e campanhas de conscientização ecológica junto à população residente e turista;
- Criação de programa de limpeza pública que contemple a questão do aterro sanitário destinado à demanda dos próximos dez anos, associado a um sistema de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos;
- Fiscalização e monitoramento dos índices de poluição (sonora, do solo, da água e do ar) e de degradação do meio ambiente;
- Capacitação de servidores das SER's na questão ambiental.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência social

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza.

1.3. ESTRATÉGIA 3: CIDADE SUSTENTÁVEL

1.3.6. Título do Projeto: Promover a Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico

Preservação das edificações e monumentos de importância arquitetônica e histórica da Cidade e resgate da cultura de Fortaleza.

a) Objetivo

- Recuperar, preservar e revitalizar o patrimônio arquitetônico, histórico e cultural da Capital Cearense.

b) Ações

- Identificação, resgate e registro dos edifícios e monumentos históricos de Fortaleza;
- Realização de inventário do acervo histórico e cultural de Fortaleza;
- Formalização de parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- Identificação, seleção e restauração dos edifícios e monumentos históricos degradados, definindo os usos adequados das edificações recuperadas para geração de receitas sustentáveis e suficientes para assegurar as suas conservações futuras;
- Implantação de campanhas de conscientização da população quanto à importância da preservação do patrimônio construído.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza.

2. DESENVOLVIMENTO URBANO

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTÁVEL

2.1.1. Título do Projeto: Promover a Implantação da Central do Comércio Atacadista de Fortaleza

Implantação de espaço físico dotado de infra-estrutura básica, em área de grande densidade de comerciantes varejistas e de fácil acesso, visando fomentar as atividades do pequeno comerciante atacadista de Fortaleza.

a) Objetivo

- Criar um pólo comercial atacadista de gêneros alimentícios, bebidas, utensílios domésticos e miudezas em geral, em parceria com as associações e comerciantes do setor..

b) Ações

- Dimensionamento da central atacadista;
- Realização de estudos de localização da central atacadista;
- Identificação e adoção das medidas para a obtenção da área;
- Coordenação das providências para a elaboração do plano diretor da central atacadista e de outros projetos correlatos;
- Construção de parcerias com associações e negociantes do setor;
- Identificação do modelo de gestão da central;
- Atração de investidores e mobilização de fontes de financiamento;
- Acompanhamento da implantação do projeto.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Bairro Centro

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTÁVEL

2.1.2. Título do Projeto: Promover a Revitalização do Centro de Fortaleza

Promover a revitalização do Centro de Fortaleza.

a) Objetivos

- Fomentar ações culturais, artísticas, entretenimento e lazer;
- Criar a infra-estrutura básica e os serviços essenciais, inclusive segurança para proporcionar as condições de habitabilidade do Bairro Centro de Fortaleza;
- Caracterizar o Centro da Cidade como um espaço de múltiplos usos;
- Incentivar

b) Ações

- Promoção durante à noite, fins de semanas e feriados de eventos culturais, artísticos, lazer e comerciais;
- Identificação das vocações da área;
- Diversificação dos usos e ocupações, dotando o centro de mais atividades diurnas, o que contribuiria para a segurança pública naquela zona e, num processo continuado, fomentaria mais atividades de lazer.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

d) Abrangência

- Bairro Centro

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTÁVEL

2.1.3 Título do Projeto: Implantar o Programa de Transporte de Fortaleza (BID-FOR 1)

Conceber e operacionalizar o sistema de transporte da Capital Cearense levando em conta todos os elos da cadeia de deslocamento de pessoas e cargas e apoiando-se na projeção de crescimento da população e veículos.

a) Objetivos

- Solucionar e minimizar os problemas de transporte público e privado da população de Fortaleza;
- Dotar o sistema viário de características compatíveis com um melhor desempenho do sistema de transporte público, maior fluidez ao tráfego e melhor qualidade de vida para seus usuários;
- Reduzir as distâncias entre os bairros de Fortaleza.

b) Ações

- Identificação e solução dos pontos críticos de acidentes, tais como: *shoppings*, escolas, hospitais, terminais de integração, dentre outros;
- Recuperação da pavimentação em más condições de uso;
- Implantação ou melhoria de sistema de drenagem de águas pluviais, prevenindo acidentes, congestionamentos e prematuro desgaste da pavimentação;
- Adequação da geometria das vias a veículos de maior porte, sobretudo nas zonas do Centro e Aldeota;
- Revisão e otimização do sistemas de sinalização urbana e estacionamentos públicos e privados implantados;
- Adequação dos terminais de integração e linhas de ônibus às reais necessidades dos usuários, mediante a otimização da segurança, redução dos tempos de deslocamento e utilização de veículos de maior capacidade.

c) Áreas de Intersectorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza.

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTAVEL

2.1.4. Título do Projeto: Proporcionar a Requalificação Urbanística dos Locais das Feiras-Livres e Eventos

Implantação de infra-estrutura básica e de equipamentos de uso coletivo, adequando tais espaços público à prática do comércio itinerante e de lazer pela comunidade nos dias da semana não usados pelos feirantes/artesãos.

a) Objetivo

- Compatibilizar o uso dos espaços públicos com as feiras e eventos culturais e artísticos.

b) Ações

- Implantar a infra-estrutura básica e equipamentos sociais nas áreas públicas.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Socioeconômico
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTAVEL

2.1.5. Título do Projeto: Ampliar o Sistema de Drenagem de Fortaleza

Implantação e conservação da rede de drenagem das vias urbanas (avenidas, ruas, pontes, viadutos, túneis etc) e demais áreas públicas, priorizando-se os bairros críticos de Fortaleza e/ou os conjuntos habitacionais implantados, que apresentam problemas de alagamentos freqüentes e de acesso de veículos motorizados.

a) Objetivos

- Recuperar e implantar o sistema de drenagem nas áreas públicas com problemas de escoamento das águas pluviais;
- Reduzir a incidência de inundações nas áreas urbanas de grande densidade populacional e de risco na Cidade.

b) Ações

- Identificação dos pontos críticos necessitando da instalação do sistema de drenagem e das áreas cujos drenos carecem de recuperação.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza.

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTAVEL

2.1.6 Título do Projeto: Proporcionar a Universalização do Abastecimento D'água

Ampliação do abastecimento de água nas áreas urbanas não contempladas com este serviço.

a) Objetivos

- Democratizar o acesso da população ao serviço de abastecimento de água suficiente e de qualidade;
- Prevenir as doenças transmissíveis pela água.

b) Ações

- Mapeamento das áreas deficitárias;
- Ampliação do sistema de abastecimento de água, dimensionado de acordo com a projeção de crescimento demográfico para os próximos dez anos;
- Criação de subsídios destinados à instalação das tubulações individuais junto as famílias carentes;
- Implantação de campanha de conscientização da população quanto à importância da economia de água no dia-a-dia.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza, sobretudo nas áreas carentes e de expansão urbana.

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTAVEL

2.1.7. Título do Projeto: Proporcionar a Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário

Implantação de sistema de esgotamento sanitário nas áreas urbanas não contempladas com este serviço, com prioridade para as zonas urbanas de grande densidade populacional, adjacências das áreas de preservação ambiental e áreas industriais.

a) Objetivos

- Democratizar o acesso da população ao serviço de esgotamento sanitário visando a melhoria da qualidade de vida da população;
- Prevenir doenças, evitando a contaminação do solo, águas superficiais e subterrâneas.

b) Ações

- Dar continuidade ao sistema de esgotamento sanitário existente, levando-se em consideração o projeto original;
- Identificação e mapeamento de novas áreas, levando-se em conta as áreas urbanas em expansão e aquelas dotadas de sistema subdimensionado, visando subsidiar a ampliação da rede de esgotamento;
- Criação de subsídios destinados à instalação das tubulações individuais junto às famílias carentes;
- Implantação de campanha de conscientização da população quanto à importância da utilização da rede de esgoto para a melhoria da qualidade de vida.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza, sobretudo nas áreas com deficiência do atual sistema e daquelas em processo de expansão urbana.

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTAVEL

2.1.8. Título do Projeto: Promover Adequação do Sistema Viário

Revisão do atual sistema viário de Fortaleza, contemplando sentidos do trânsito, sinalização, alongamento e alargamento de vias, estacionamento, parada de ônibus e veículos alternativos, dentre outros aspectos.

a) Objetivos

- Adequar o sistema viário implantado às demandas de circulação;
- Proporcionar maior fluidez ao tráfego de veículos, sobretudo nas áreas de maior congestionamento e em expansão nos próximos dez anos;
- Reduzir as distâncias entre os bairros de Fortaleza.

b) Ações

- Realização de intervenções físicas isoladas, com obras não contempladas pelo Programa BID-FOR 1;
- Elaboração dos projetos executivos das obras, se for o caso;
- Consolidação de obras isoladas não contempladas pelo Programa BID-FOR 1;
- Consolidação de obras (alargamento ou duplicação de avenidas, abertura ou alargamento de anéis viários, dentre outras) financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Áreas críticas de Fortaleza, previamente identificadas.

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTAVEL

2.1.9. Título do Projeto: Promover a Eficiência do Transporte Público

Otimização do sistema de transporte coletivo no Município.

a) Objetivo

- Reduzir as deficiências quantitativa e qualitativa do transporte coletivo urbano em Fortaleza.

b) Ações

- Integração do sistema de transporte coletivo (ônibus/trem/metrô);
- Ampliação do número de terminais de integração, priorizando as regiões periféricas ainda não contempladas com este serviço público;
- Implantação de programas de estímulo à utilização do transporte coletivo, incluindo o ônibus executivo;
- Modernização da sinalização horizontal e vertical das vias.
- Capacitação de motoristas e trocadores de ônibus para proporcionar aos usuários (habitantes e turistas) desse serviço um atendimento com qualidade.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza.

2.1. ESTRATÉGIA 4: UMA CIDADE CONFORTAVEL

2.1.10. Título do Projeto: Elaborar o Plano Diretor Setorial de Transporte

Conceber o Plano Diretor do Sistema de Transporte de Fortaleza levando em consideração o crescimento da Cidade, população, atividades econômicas e a frota de veículos para um horizonte de vinte anos, bem como dos impactos proporcionados pelos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

a) Objetivo

- Estabelecer políticas e projetos para definição do Plano de Transporte Público e Circulação Viária de Fortaleza e de mais municípios da RMF.

b) Ações

- Definição de políticas e programas;
- Consolidação da proposta de integração dos sistemas viário e ferroviário com o METROFOR;
- Realização de inventário das redes viárias existente (e seu estado de conservação e uso) e projetada, incluindo a identificação de sua jurisdição (federal, estadual e municipal);
- Definição do modelo de gestão compartilhada;
- Instituição de fiscalização e monitoramento de todo o sistema viário;
- Estudo dos impactos ambientais gerados com a ampliação do atual sistema viário, incluindo ações mitigadoras implementáveis, se for o caso;
- Definição das obras prioritárias para efeito de implementação;
- Instituição de programas de educação para o trânsito, destinados a pedestres e motoristas, sobretudo na população jovem;
- Dimensionamento e capacitação de recursos humanos.

c) Áreas de Intersectorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Educação

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza.

2.2. ESTRATÉGIA 5: CIDADE PARA MORAR BEM

2.2.1. Título do Projeto: Implantar a Nova Política Habitacional da Cidade

As ações municipais implementáveis deverão centrar-se preferencialmente nas habitações de interesse social, beneficiando famílias carentes com até três salários mínimos mensais.

a) Objetivos

- Fundamentar todas as ações do Executivo Municipal na solução dos problemas de moradias populares, extensivas as infra-estruturas básicas;
- Melhorar as condições de moradias da população localizadas nas favelas e conglomerados habitacionais sem condições dignas de habitabilidade;
- Proporcionar melhores condições de habitabilidade às famílias carentes localizadas em áreas de riscos e favelas desprovidas de infra-estrutura básicas e dos serviços essenciais;
- Recuperar urbanística e ambientalmente as áreas públicas (parques, praças, margens dos cursos d'água etc.) e adjacentes e/ou inscritas nas áreas de intervenção ocupadas com habitações subnormais.

b) Ações

- Realização de um diagnóstico físico-espacial e socioeconômico das assentamentos subnormais, contemplando, ainda, o levantamento de todos os programas habitacionais existentes, seus gestores e beneficiários;
- Regularização fundiária e cadastramento das moradias nos assentamentos subnormais, para fins de endereçamento, parte integrante da condição de cidadão.
- Elaboração de estatuto orientador dos projetos de urbanização para áreas de assentamentos espontâneos;
- Dimensionamento da demanda de moradias existente por instituição atuante na produção de habitação popular;
- Revisão na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Obras, na Lei de Parcelamento do Solo e na Lei Orgânica do Município;
- Estudos para definir os programas de intervenção pelo Município;
- Definição das atribuições dos órgãos municipais definindo nova proposta administrativa do segmento habitacional da PMF.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza.

2.2. ESTRATÉGIA 5: CIDADE PARA MORAR BEM

2.2.2. Título do Projeto: Promover a Reurbanização de Favelas

Implantação de infra-estrutura urbana e dos serviços essenciais nas favelas e aglomerados da espécie, desprovidos das condições adequadas de habitabilidade.

a) Objetivos

- Criar um Projeto de Reurbanização de favelas e aglomerados populacionais sem as condições adequadas de habitação, contemplando a substituição das moradias de taipa/papelão por imóveis em alvenaria, a implantação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais de uso coletivo e a provisão de serviços e programas;
- Proporcionar maior equidade social à população carente, proporcionando melhor qualidade de vida às famílias residentes nas favelas e áreas de riscos;
- Envolver a população no controle de ocupações dos espaços públicos e áreas de preservação ambiental e de riscos.

b) Ações

- Elaboração do diagnóstico físico-territorial e socioeconômico dos assentamentos subnormais em Fortaleza;
- Elaboração de projetos de urbanização, levando em contas as especificidades das favelas e aglomerados urbanos;
- Incorporação ativa do setor privado na execução e financiamento das soluções;
- Fomento as modalidades de participação da comunidade nas iniciativas;
- Articulação das ações municipais em outras áreas, tais como educação, profissional, saúde etc, garantindo a intersetorialidade das ações;
- Promoção de programa de educação ecológica e para a urbanidade;
- Implantação de sistema de acompanhamento das ações desenvolvidas e das famílias beneficiadas;

c) Áreas de Intersectorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza

2.2. ESTRATÉGIA 5: CIDADE PARA MORAR BEM

2.2.3. Título do Projeto: Promover a Moradia Digna

Construção e melhoria de conjuntos habitacionais e casas isoladas, no âmbito dos Programas Morar Melhor, Pró-Moradia e das modalidades de mutirão, contemplando, ainda, projetos de loteamentos urbanizados integrados às infra-estruturas básicas e equipamentos sociais e a erradicação de moradias em áreas de riscos.

a) Objetivos

- Reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo no Município;
- Melhorar a qualidade de vida das famílias carentes, priorizando remoção dos aglomerados localizados em áreas de riscos.

b) Ações

- Provisão de moradia às comunidades carentes;
- Provisão e/ou melhorias nos sistemas de infra-estrutura básica (água, esgoto, pavimentação, drenagem etc) nas áreas de intervenção;
- Provisão de serviços essenciais (comércio, escola, posto de saúde etc.) nas áreas de intervenção;
- Recuperação urbanística e ambiental de áreas públicas (parques, praças, margens dos cursos d'água etc.) e áreas adjacentes e/ou inscritas nas áreas de intervenção;
- Envolvimento de forma efetiva da iniciativa privada na produção de habitação de interesse social;
- Implantação sistemática de programas de educação sanitária e ambiental.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza.

2.2. ESTRATÉGIA 5: CIDADE PARA MORAR BEM

2.2.4. Título do Projeto: Promover a Regularização de Titulação da Habitação Popular

Promover a regularização fundiária em terrenos e edificações habitáveis, não constituídos de áreas de risco ou de preservação, em parceria com instituições públicas, associações de moradores e organizações não governamentais.

a) Objetivos

- Regularizar a propriedade de terrenos e imóveis ocupados por famílias;
- Restabelecer os espaços livres ocupados inadequadamente, dando sustentabilidade à sua não ocupação com atividades habitacionais ou econômicas, através da utilização em fins de interesse coletivo, conforme definição a ser tomada com a participação das comunidades lindeiras.

b) Ações

- Levantamento das áreas e imóveis ocupados irregularmente;
- Estabelecimento de critérios para a seleção das propriedades sujeitas à regularização fundiária;
- Definição do processo para a regularização fundiária;
- Cadastramento das famílias ocupantes dos imóveis, segundo as categorias de propriedades regularizáveis e não regularizáveis, quanto à titulação;
- Elaboração de plano para remoção de famílias em propriedades não passíveis de regularização fundiária;
- Identificação, para providências em nível de outros programas públicas, de necessidades de infra-estrutura e de equipamentos públicos;
- Adoção de providências para a concessão de habite-se.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza, em áreas com áreas e imóveis enquadráveis no projeto.

2.3. ESTRATÉGIA 5: CIDADE LEGAL E PLANEJADA

2.3.1. Título do Projeto: Realizar a Atualização do Plano Diretor e da Legislação Urbanística da Cidade

Promover a atualização do Plano Diretor da Cidade e promover os ajustes da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que decorra da nova visão da Cidade.

a) Objetivos

- Rever o Plano Diretor em vigor;
- Compatibilizar o Plano Diretor com o novo Estatuto da Cidade;
- Propor ajustes na Lei de Uso e Ocupação do Solo e no Código de Obras e Posturas;
- Estabelecer prioridades para a elaboração de estudos complementares ao Plano Diretor.

b) Ações

- Instalar equipe interdisciplinar;
- Realizar parcerias com as Universidades locais e de fora da Cidade e Instituições como o IAB, IPHAN etc;
- Realizar levantamentos sobre a Cidade;
- Identificar alterações de legislação federal que têm implicações no projeto;
- Identificar iniciativas de revisão do Plano Diretor, realizadas recentemente por outras cidades;
- Propor e discutir o novo Plano Diretor.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza, em áreas com áreas e imóveis enquadráveis no projeto.

2.3. ESTRATÉGIA 5: CIDADE LEGAL E PLANEJADA

2.3.2. Título do Projeto: Implementar o Estatuto da Cidade em Fortaleza

Ações de difusão junto à população e de ajustamento institucional e legal da Prefeitura ao Estatuto da Cidade (Lei Nº. 10.257).

a) Objetivos

- ajustar a política urbana do Município aos objetivos previstos no Estatuto da Cidade;
- difundir amplamente na Sociedade os direitos e deveres do cidadão, como definido no Estatuto da Cidade

b) Ações

- Elaborar cartilhas e material áudio visual para divulgação do Estatuto da Cidade;
- Realizar programação de palestras e seminários sobre o Estatuto da Cidade, para as comunidades e escolas;
- Ajustar a legislação urbana e a estrutura organizacional da Prefeitura para a implantação plena do Estatuto da Cidade;
- Regulamentar ou rever a regulamentação dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade.

c) Intersetorialidade

- Planejamento urbano
- Assistência Social
- Educação
- Serviços Jurídicos

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza

2.3. ESTRATÉGIA 5: CIDADE LEGAL E PLANEJADA

2.3.3. Título do Projeto: Implementar o Projeto A Jato

A complexidade da Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade, e a ausência de estrutura administrativa e técnicas das SERs, incentivam a implantação de projetos de construção e reforma de casas, de populações de baixa e média renda.

e) Objetivos

- Criar as condições institucionais e de processo para estimular o cumprimento da lei urbana da Cidade na construção e a reforma de imóveis residenciais e comerciais, da população de baixa renda e da classe média, bem assim de micro e pequenos negociantes.

f) Ações

- Instituir rito simplificado para análise e autorização de projetos habitacionais de baixa renda e classe média, e de reforma e construção de imóveis para empreendimentos de pequenos e médios negociantes, encaminhados individualmente ou por empreendedores;
- Alterar a legislação urbana para viabilizar o processo simplificado;
- Avaliar continuamente a experiência para introduzir aperfeiçoamentos;
- Informatização dos departamentos de análises de projetos das SER's, com a devida capacitação de funcionários para a função;
- Instalação de sistema de acompanhamento do processo de análise pela internet.

g) Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico

h) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza, em áreas com áreas e imóveis enquadráveis no projeto.

2.3. ESTRATÉGIA 5: CIDADE LEGAL E PLANEJADA

2.3.4. Título do Projeto: Promover a Difusão da Legislação Urbana

Grande parte da população e de pequenos construtores, além de arquitetos e outros profissionais, desconhecem o conteúdo da legislação urbana de Fortaleza, criando um situação favorável a seu desconhecimento.

a) Objetivos

- Divulgar amplamente o conteúdo da legislação urbana, através da utilização de instrumentos modernos de comunicação, como folhetos, *sites*, *compact disks* iterativos, além de encontros, palestras etc.
- Difundir o Estado da Cidade.

b) Ações

- Definir novos procedimentos para esses projetos;
- Alterar a legislação urbana para viabilizar o processo simplificado;
- Avaliar continuamente a experiência para introduzir aperfeiçoamentos.

c) Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Desenvolvimento Socioeconômico

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza, em áreas com áreas e imóveis enquadráveis no projeto.

3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

3.1. ESTRATÉGIA 7: CIDADE PARA TODOS

3.1.1. Título do Projeto: Promover o Ser Social

Construção, recuperação, ampliação e manutenção de equipamentos sociais como forma de promover o exercício da cidadania em distintas dimensões e nas modalidades do ensino, esporte, cultura e lazer. (Programa Desenvolvimento de Equipamentos Sociais)

a) Objetivo

- Assegurar a oferta, com qualidade, de atividades de ensino, notadamente o infantil, de esporte, lazer e cultura para crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e a população em geral.

b) Ações

- Construção/recuperação/ampliação de equipamentos sociais: creches, centros de convivência de idosos, quadras polivalentes, praças;
- Ampliação e capacitação das equipes técnicas interdisciplinares para desenvolverem as atividades de esporte, lazer, educação, cultura e cidadania, de forma orientada, integrada e saudável;
- Adaptação e adequação dos espaços existentes e a serem construídos nos equipamentos sociais para uma utilização adequada dos idosos e portadores de necessidades especiais;
- Acompanhamento e avaliação permanente das ações.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Esporte e Lazer
- Cultura
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a Cidade de Fortaleza

3.1. ESTRATÉGIA 7: CIDADE PARA TODOS

3.1.2. Título do Projeto: Promover o Ser Urbano

Promoção da auto-estima e da identidade municipal (senso de pertença) do cidadão fortalezense em relação à sua Cidade.

a) Objetivos

- Propiciar uma visão holística da Cidade de Fortaleza, de forma a que o cidadão se perceba como parte integrante de um todo;
- Propiciar um conhecimento e identificação do cidadão fortalezense com os símbolos da Cidade (hino, bandeira, marcas) e com a história de Fortaleza;
- Desenvolver nos habitantes o senso de zelo pelo patrimônio público da Cidade, destinado ao usufruto de todos;
- Estimular e sedimentar no cidadão o amor pela Cidade de Fortaleza, capaz de ser repassado às gerações futuras.

b) Ações

- Promoção da visão de bairro, de forma a que os seus habitantes o percebam como parte do seu cotidiano, integrado na dimensão maior da Cidade;
- Promoção de tours culturais pela Cidade, propiciando uma visão ampliada e integrada de bairros e resgatando a história de Fortaleza, a partir de marcos e espaços significativos de sua cultura e sua história;
- Realização de eventos e campanhas promocionais destacando a importância do amor e respeito pela Cidade, sua história e seus símbolos, a serem veiculadas na mídia e em cada bairro.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação
- Cultura
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

3.1. ESTRATÉGIA 7: CIDADE PARA TODOS

3.1.3. Título do Projeto: Promover o Alvorecer de Comunidades Carentes

Implementação de projetos sociais integrados nas comunidades, buscando intervir, de forma integrada, em todas as faces da pobreza, valorizando o espaço de moradia do cidadão e estimulando-a a participar, como protagonista, das ações de seu bairro e de sua cidade.

a) Objetivos

- Reduzir o grau de pobreza no município de Fortaleza, desenvolvendo projetos sociais integrados junto às comunidades mais vulneráveis e que apresentem menor IDHM-B.

b) Ações

- Identificação de áreas caracterizadas como bolsões de pobreza e áreas de risco de Fortaleza.
- Elaboração de um perfil social das demandas das áreas selecionadas, especialmente em educação, saúde, ação social e serviços urbanos.
- Articulação intersetorial na Prefeitura, de modo a permitir um atendimento holístico e integrado às comunidades selecionadas.
- Organização intersetorial das secretarias para atendimento às principais demandas identificadas, de forma ágil e integrada.
- Organização social da comunidade, fomentando o desenvolvimento de lideranças e uma maior integração social.
- Promoção de atividades integradas para atendimento às demandas e aumento do poder aquisitivo e associativo da comunidade.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Saúde
- Assistência Social
- Outras, em função das demandas das comunidades.

d) Abrangência

- Bairros com baixo índice de IDHM-B.

3.1. ESTRATÉGIA 7: CIDADE PARA TODOS

3.1.4. Título do Projeto: Promover a Circulação de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

Promoção de ações preventivas com vistas a propiciar maior mobilidade e acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais aos equipamentos e espaços públicos.

a) Objetivos

- Garantir o acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais aos espaços e equipamentos públicos, estimulando sua maior integração à vida da cidade.
- Facilitar a circulação, com conforto e segurança, das pessoas portadoras de necessidades especiais, estimulando o rompimento das barreiras da discriminação e do preconceito.

b) Ações

- Realização de intervenções junto aos equipamentos e espaços públicos construídos, de forma a adequá-los ao uso dos portadores de necessidades especiais.
- Determinação do cumprimento das leis relativas à adequação dos edifícios e espaços públicos para circulação adequada dos portadores de necessidades especiais (rampas, elevadores, sinais sonoros, alargamento de portas, adequação dos coletivos da empresa municipal, etc.).
- Promoção de campanhas educativas, para as pessoas portadoras de necessidades especiais e para a comunidade em geral, acerca das adequações realizadas, e das necessárias de intervenção, e do significado destas para a inserção desses cidadãos na sociedade.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Urbano e Meio-ambiente
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

3.1. ESTRATÉGIA 7: CIDADE PARA TODOS

3.1.5. Título do Projeto: Promover a Integração Social e Econômica do Idoso

Promover a integração entre gerações, promovendo uma maior aproximação dos idosos com crianças e adultos, a partir do reconhecimento de seus direitos como cidadão e pelo reconhecimento da experiência acumulada ao longo da vida.

a) Objetivos

- Promover a integração do idoso à sociedade, facilitando-lhe a circulação na Cidade e o acesso a atividades de lazer, culturais, da prestação de serviços voluntários e de caráter produtiva.

b) Ações

- Formação de grupos intergeracionais, a partir de interesses e habilidades comuns voltados para o desenvolvimento de projetos e atividades específicas (alfabetização, leitura de textos, desenhos, música, artesanato etc);
- Planejamento e implementação de clubes da terceira idade para atividades de lazer, culturais e para a discussão e orientação de problemas da terceira idade;
- Elaboração e implementação de projetos urbanísticos e ajustamento de prédios públicos para facilitar o acesso e a circulação de idosos;
- Orientação para o empreendedorismo e criação de incubadas de atividades produtivas adequadas à terceira idade.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Assistência Social
- Educação
- Desenvolvimento Econômico
- Educação
- Saúde

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

3.2. ESTRATÉGIA 8: CIDADE PARA OS JOVENS INTEGRADOS SOCIALMENTE

3.2.1. Título do Projeto: Promover a Inserção Profissional dos Jovens

Construção da Cidadania pelo conhecimento, pela formação de uma cultura empreendedora e pelo incentivo à realização pessoal e profissional dos jovens para uma efetiva inserção no mundo do trabalho.

a) Objetivos

- Despertar nos jovens a capacidade de empreender, de alcançar objetivos e realizar sonhos.
- Instrumentalizar o jovem para uma adequada inserção no processo produtivo.
- Ampliar as chances de trabalhabilidade para os jovens.

b) Ações

- Seleção e capacitação de professores na área de gestão de empresas e empreendedorismo;
- Capacitação do jovem em iniciação empreendedora, estimulando a capacidade de iniciativa, de decisão, de criatividade e de autonomia;
- Promoção de práticas pedagógicas que favoreçam oportunidades de expressão criativa e responsável do potencial do jovem;
- Realização de dinâmicas e vivências grupais em torno de temas e situações ligadas ao empreendedorismo e gestão de negócios;
- Realização de visitas a empresas da cidade para uma visualização do mundo dos negócios;
- Articulação de parcerias com SEBRAE, FECOMÉRCIO, AJE e outras instituições da área.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Desenvolvimento Econômico

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.2. ESTRATÉGIA 8: CIDADE PARA OS JOVENS INTEGRADOS SOCIALMENTE

3.2.2. Título do Projeto: Promover a Oferta de Estágios para Jovens

Promoção de oportunidades de estágio aos jovens, como parte do aprendizado profissional e como facilitador da inserção no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que propicia, às empresas, uma preparação e renovação de seus quadros.

a) Objetivos

- Propiciar oportunidades de aprendizado profissional significativas aos jovens, instrumentalizando-os para uma melhor inserção no processo produtivo.
- Subsidiar a empresa com estagiários que apresentem formação compatível com suas necessidades de mão-de-obra qualificada.

b) Ações

- Estruturação de um sistema de regulamentação, acompanhamento e avaliação do desempenho dos estagiários e das possibilidades do estágio das empresas convenientes.
- Celebração de convênios com empresas/organizações que apresentem interesse na contratação de estagiários.
- Recrutamento e seleção de estagiários, por equipe técnica especializada da Prefeitura.
- Realização de um treinamento específico para os estagiários, com vistas a prepará-los para a inserção nas empresas/organizações convenientes.
- Negociação com as empresas/organizações com vistas a promoverem o aproveitamento de estagiários, reservando vagas para serem preenchidas por aqueles que apresentarem bom desempenho.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Desenvolvimento Econômico
- Educação

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

3.2. ESTRATÉGIA 8: CIDADE PARA OS JOVENS INTEGRADOS SOCIALMENTE

3.2.3. Título do Projeto: Promover o Talento Esportivo dos Jovens

Incentivo à prática esportiva, de forma sadia e solidária, trabalhando a Cidadania, utilizando como principal instrumento o Esporte, a partir do reconhecimento de sua capacidade de mobilização, de aglutinação, de disciplina, além do forte carisma que exerce junto a população jovem, especialmente nos grupos caracterizados como em situação de risco pessoal e social.

a) Objetivos

- Disseminar uma cultura esportiva diversificada e devidamente integrada com o sistema formal de ensino, a partir de uma proposta pedagógica ampla que contemple a prática esportiva.
- Fortalecer a auto-estima, a cooperação/solidariedade, identidade pessoal e social, contribuindo para a formação do ser cidadão e ocupando, de forma orientada e produtiva, as horas de ócio dos jovens, prevenindo a marginalidade social e estimulando a expressão e incorporação de valores e a construção de sua cidadania.
- Estimular a compreensão do corpo, dos movimentos e de suas expressões para o desenvolvimento integral do indivíduo.

b) Ações

- Levantamento e análise das possibilidades de oferta de modalidades esportivas e atividades complementares, de acordo com a infra-estrutura disponível nas Escolas e as demandas dos jovens;
- Capacitação de recursos humanos no âmbito do esporte educacional e da educação para a cidadania.
- Cadastramento dos jovens para participação no Programa, identificando seus perfis e interesses.
- Desenvolvimento de atividades esportivas, monitoradas por profissionais das distintas áreas de atuação.
- Realização de eventos esportivos educacionais, favorecendo a integração dos diversos núcleos e estimulando a competitividade sadia, a solidariedade e o fortalecimento da identidade pessoal e social dos jovens participantes.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Esporte
- Desenvolvimento Econômico (Programa Esporte e Cidadania)

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.2. ESTRATÉGIA 8: CIDADE PARA OS JOVENS INTEGRADOS SOCIALMENTE

3.2.4. Título do Projeto: Promover O Talento Cultural e Artístico dos Jovens

Utilização da Escola como espaço para a promoção e potencialização do talento cultural e artístico dos jovens, com vistas a desenvolver nestes uma formação para a cidadania e para uma intervenção consciente no mundo do trabalho.

Contemporaneamente, a Arte ocupa posição estratégica no currículo escolar, a partir do reconhecimento da importância de se desenvolver o pensamento artístico e, como via de consequência, o senso estético – caracterizando um modo particularmente novo e criativo de dar sentido às experiências das pessoas.

a) Objetivos

- Propiciar ao jovem com talento artístico o necessário aperfeiçoamento, de forma integrada ao seu desenvolvimento profissional.
- Estimular a inserção do jovem em atividades artísticas e culturais, devidamente orientadas e qualificadas.
- Estimular o exercício da criatividade e da expressão artística no cotidiano da prática pedagógica.

b) Ações

- Oferta de atividades artísticas e culturais de qualidade nas escolas e Centros de Cidadania.
- Capacitação de professores em Arte e Cultura para uma atuação eficaz.
- Promoção de eventos e concursos para descoberta e reconhecimento de talentos artísticos e culturais.
- Disseminação de atividades artísticas e culturais para os jovens das comunidades, assegurando uma sadia ocupação das suas horas de ócio.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Cultura
- Assistência Social.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza.

3.3. ESTRATÉGIA 9: CIDADE COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

3.3.1. Título do Projeto: Promover a Melhoria da Rede Escolar

Melhoria e ampliação da oferta de infra-estrutura e de equipamentos de educação para a promoção da universalização do atendimento.

a) Objetivos

- Dotar o Município de condições de atendimento em educação, com qualidade, respondendo à significativa demanda da população infanto-juvenil por serviços educacionais.
- Ampliar e melhorar a infra-estrutura física e de equipamentos existente na rede de educação do município.
- Assegurar a manutenção, com recursos humanos e materiais, das unidades construídas, ampliadas ou reformadas, bem como dos equipamentos implantados.

b) Ações

- Reforma e melhoria da infra-estrutura física e de equipamentos de educação existente.
- Construção de novas unidades de educação.
- Aquisição de equipamentos para as novas unidades de ensino.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.3. ESTRATÉGIA 9: CIDADE COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

3.3.2. Título do Projeto: Implantar a Escola Integral

Criar escolas regionais com horário escolar ampliado, com oferta de atividades extra-curriculares e reforço escolar.

a) Objetivos

- Implantar novo modelo escolar com atividades em horário ampliado, de modo a oferecer um programa pedagógico mais amplo voltado para o desenvolvimento de talentos, além do programa pedagógico convencional.

b) Ações

- Identificação de áreas prioritárias para a implantação das escolas integrais, levando em conta os resultados do IDHM-B;
- Desenvolvimento de programa pedagógico diferenciado para as escolas integrais;
- Desenvolvimento de projetos arquitetônicos especiais para essas escolas;
- Construção e adaptação das escolas;
- Treinamento de professores e demais profissionais futuros integrantes das equipes das escolas integrais;
- Mobilização e sensibilização das comunidades para o novo modelo;
- Implantação das escolas e monitoramento da experiência.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Assistência Social
- Saúde
- Esporte
- Cultura

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.3. ESTRATÉGIA 9: CIDADE COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

3.3.3. Título do Projeto: Promover o Ensino Inclusivo

Criação de programas educacionais voltados para a solidariedade e o respeito às pessoas portadoras de necessidades especiais, incorporando-os em salas de aula do sistema regular de ensino, favorecendo os “contatos mistos” e superando preconceitos e estigmas.

a) Objetivos

- Incentivar a criação de programas educacionais voltados para a solidariedade e o respeito às pessoas portadoras de necessidades especiais.

b) Ações

- Inserção de alunos portadores de necessidades especiais em salas de aula e em atividades dos alunos não portadores de deficiências.
- Incentivo a uma melhor qualificação profissional dos professores para lidarem com salas que favoreçam os “contatos mistos”.
- Acompanhamento sistemático dos alunos portadores de necessidades especiais, trabalhando a auto-estima e a capacidade de superação da deficiência.

c) Áreas de Intersectorialidade

- Educação
- Assistência Social
- Saúde
- Esporte
- Cultura

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.3. ESTRATÉGIA 9: CIDADE COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

3.3.4. Título do Projeto: Promover a Troca de Saber

Promover seminários, encontros e concursos entre jovens da escola pública municipal das diversas regiões da Cidade, bem como o intercâmbio de idéias e a promoção do esforço conjunto de jovens com interesses comuns, nas áreas do conhecimento e com talentos para o esporte, a música, a representação artística e o artesanato.

a) Objetivos

- Estimular a integração de jovens da escola pública de todas as regiões, para estimular o conhecimento da realidade e desenvolver talentos e habilidades;
- Favorecer a formação de grupos de interesses comuns;
- Gerar oportunidades para a discussão de temas de interesse da juventude, no campo da atividades produtiva, educação, saúde etc;

b) Ações

- Estimular e aparelhar as escolas públicas para a formação de grupos de jovens com interesses comuns;
- Promover seminários, concursos, torneios e outras atividades de integração para a juventude;
- Promover encontros e seminários sobre temas de interesse da juventude;
- Instituir endereços eletrônicos e conceder acesso à rede por parte desses grupos organizados.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Assistência Social
- Educação e Desporto
- Cultura
- Desenvolvimento Econômico

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.3. ESTRATÉGIA 9: CIDADE COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

3.3.5. Título do Projeto: Promover a Reintegração à Escola de Crianças Egressas do Trabalho Infantil

Promover a inserção na escolas e em atividades sócio-educativas e culturais da criança explorada como mão-de-obra.

a) Objetivos

- Resgatar a dimensão de ser criança desses pequenos fortalezenses, com os direitos que lhe são inerentes, além de apoiar o desenvolvimento de habilidades e vocações de membros de suas famílias.

b) Ações

- Conceber e implantar Plano Municipal de Combate ao Trabalho Infantil;
- Identificação de áreas de incidência do trabalho infantil;
- Desenvolvimento de ações de mobilização de organizações não-governamentais, associações de pais e mestres, associações comunitárias e outras para tornarem-se parceiros do projeto;
- Articulação com os Conselhos Tutelares e Juizado de Menores;
- Articulação com as equipes de reintegração da criança à escola;
- Desenvolvimento de ações de capacitação e desenvolvimento de vocações das famílias das crianças'.

c) Intersetorialidade

- Educação
- Assistência Social
- Desenvolvimento Econômico
- Esporte
- Cultura

d) Abrangência

- Todas as áreas da cidade, com prioridade para as de maior incidência do trabalho infantil e de baixo IDHM-B.

3.3. ESTRATÉGIA 9: CIDADE COM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

3.3.4. Título do Projeto: Combater a Evasão e a Repetência Escolares

Combate Preventivo à Evasão Escolar, provendo o acompanhamento das crianças e adolescentes em rota de repetência e de evasão escolar, por todos os educadores envolvidos com o processo ensino-aprendizagem, de forma a inserir o discente em atividades que respondam às deficiências cognitiva ou social apresentadas.

a) Objetivos

- Promover, com qualidade, a educação pública municipal, oferecendo ao aluno um processo de aprendizagem significativo e motivador, garantindo sua permanência, com êxito, na escola.

Ações

- Constituição de uma Rede Integrada de Atendimento Escolar.
- Detecção dos casos de alunos com incidência e potencial de evasão e repetência, com suas possíveis causas.
- Estímulo à reintegração do aluno à comunidade escolar.
- Promoção de uma maior aproximação com os pais e/ou responsáveis pelo aluno repetente ou evadido.
- Reavaliação interna da Escola em relação à adequação do processo de ensino-aprendizagem aos interesses e expectativas dos alunos e ao novo mundo do trabalho.
- Estabelecimento de parcerias com Conselhos Tutelares, Vara da Infância e da Juventude, Universidades e outros para ações de prevenção neste campo.
- Oferta de atividades incentivadoras da auto-estima do educando, desenvolvendo-o em seus aspectos cognitivo, afetivo, esportivo, social, profissional e artístico.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Cultura
- Esporte
- Assistência Social

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

3.4. ESTRATÉGIA 10: CIDADE COM SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

3.4.1. Título do Projeto: Promover a Melhoria da Rede de Saúde

Melhoria e ampliação da oferta de infra-estrutura e de equipamentos de saúde para a promoção da universalização do atendimento.

a) Objetivos

- Dotar o Município de condições de atendimento em saúde, com qualidade, respondendo à significativa demanda da comunidade por serviços preventivos e curativos.
- Ampliar e melhorar a infra-estrutura física e de equipamentos existente na rede de saúde municipal.
- Assegurar a manutenção, com recursos humanos e materiais, das unidades construídas, ampliadas ou reformadas.

b) Ações

- Reforma e melhoria da infra-estrutura física e de equipamentos de saúde existente.
- Construção de novas unidades de saúde.
- Aquisição de equipamentos para as novas unidades de saúde
- Ampliação/aparelhamento da rede de atendimento móvel.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Saúde

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.4. ESTRATÉGIA 10: CIDADE COM SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

3.4.2. Título do Projeto: Promover a Humanização do Atendimento

Oferta de um atendimento humanizado nos hospitais e em toda a rede de saúde de Fortaleza, com profissionais capacitados e sensibilizados para o trato com pessoas em situação de vulnerabilidade física, psíquica e social.

a) Objetivos

- Promover a excelência no atendimento em saúde, de forma humanizada, imprimindo atenção, cuidado e respeito na relação da equipe de saúde com os pacientes e com a população demandante dos serviços.
- Ampliar a efetividade e o alcance social das ações de Saúde no município.

b) Ações

- Resgate da figura tradicional do médico de família.
- Qualificação dos profissionais e das equipes de apoio em relações humanas, sensibilizando-os para um tratamento mais humanitário de seus pacientes.
- Oferta, com qualidade, de atendimento domiciliar àqueles pacientes identificados como impossibilitados de locomoção, temporária ou permanente, ou acometidos de doenças crônicas.
- Priorização efetiva no atendimento diferenciado a pessoas portadoras de necessidades especiais, com problemas mentais, idosos e crianças.
- Ampliação da equipe do Programa de Saúde da Família – PSF, de forma planejada, preparando-os para o trabalho em áreas insalubres e de extrema pobreza, requerendo das equipes sensibilidade, dedicação e compromisso social.
- Estímulo ao aleitamento materno e a permanência do recém-nascido junto à mãe, como formas de estreitar o relacionamento mãe-filho e contribuir para o melhor desenvolvimento da criança.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Saúde
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

3.4. ESTRATÉGIA 10: CIDADE COM SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

3.4.3. Título do Projeto: Realizar Ações de Prevenção em Saúde

Priorização da ação primária em saúde, otimizando a capacidade instalada dos hospitais e os recursos humanos, financeiros e materiais necessários ao atendimento curativo e reabilitador.

a) Objetivos

- Promover ações integradas de saúde e saneamento básico para as populações, de forma a prevenir a instalação de doenças e a conseqüente demanda por serviços hospitalares.
- Descentralizar e democratizar o atendimento de saúde nos bairros, provendo condições básicas de funcionamento às unidades de saúde existentes.
- Ampliar a rede de atendimento de saúde nos bairros.

b) Ações

- Desenvolvimento de programas integrados de prevenção médico-odontológico e de desnutrição junto às populações mais pauperizadas.
- Desencadeamento de ações de saneamento básico e de abastecimento d'água nas áreas consideradas de risco e naquelas que requeiram melhorias sanitárias e ambientais.
- Promoção de campanhas de vacina humana e animal, de forma a oferecer total cobertura à população.
- Reforço e ampliação ao Programa Saúde da Família e ao Programa de Agentes de Saúde, dando condições de funcionamento com qualidade e eficiência.
- Dinamização dos programas de saúde voltados para o idoso e a gestante.
- Incentivo ao aleitamento materno.
- Criação de programas específicos de Prevenção da AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs, com a realização de campanhas permanentes de prevenção e orientação.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Saúde
- Assistência Social
- Educação
- Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente.

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

3.4. ESTRATÉGIA 10: CIDADE COM SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

3.4.4. Título do Projeto: Promover a Assistência a Grupos de Risco de Vida

Acompanhamento sistemático e preventivo a grupos de risco social e de saúde de Fortaleza, provendo atenção e apoio médico e social.

a) Objetivos

- Assistir aos grupos de pessoas que apresentam vulnerabilidade social e/ou de saúde, de forma preventiva e curativa.

b) Ações

- Atendimento individual e grupal a categorias especiais que requeiram atenção médica permanente (diabéticos, hipertensos, colostomizados, crianças com câncer e HIV, etc.).
- Acompanhamento, com ações preventivas, às famílias residentes em áreas consideradas de risco em Fortaleza.
- Prevenção e combate às doenças profissionais.
- Identificação, prevenção, combate e acompanhamento às doenças endêmicas.
- Promoção de campanhas e de ações de prevenção à gravidez na adolescência.
- Assistência à mulher vítima de abuso e exploração sexual, especialmente crianças e adolescentes.
- Resgate da assistência médica e odontológica ao escolar.
- Prevenção e controle sistemático dos riscos de infecção hospitalar na rede municipal de saúde.
- Combate efetivo à desnutrição infantil e atenção prioritária à gestante em risco nutricional.
- Composição e capacitação de equipes interdisciplinares para lidarem com grupos especiais de risco.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Saúde
- Assistência Social
- Educação
- Desenvolvimento sócio-econômico.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

3.4. ESTRATÉGIA 10: CIDADE COM SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

3.4.5. Título do Projeto: Patrocinar Novos Caminhos em Saúde (Farmácia Viva)

Oferta de alternativas para geração de trabalho e renda dentro da comunidade e a promoção da educação ambiental, de forma a inserir o homem como parte da natureza, orientando-o quanto ao uso correto, seguro e eficaz da fitoterapia como opção terapêutica e alimentar.

a) Objetivos

- Democratizar o conhecimento e uso de ervas básicas, seu cultivo, manipulação e aproveitamento na medicina e na culinária, contribuindo no orçamento doméstico.
- Recuperar a cultura da medicina preventiva, com a utilização de plantas medicinais e de técnicas de manipulação que fazem parte da herança cultural das comunidades.
- Utilizar a fitoterapia como alternativa à medicina curativa tradicional, reduzindo custos nos tratamentos e medicamentos.

b) Ações

- Implantação de um pequeno horto de plantas medicinais e de um laboratório de manipulação nos Centros de Cidadania para o treinamento dos comunitários no fabrico de remédios caseiros para atenção primária à saúde.
- Capacitação das famílias quanto às formas de cultivo e utilização das plantas medicinais pela e para a própria comunidade.
- Incentivo ao cultivo de canteiros de plantas medicinais nos quintais das residências, pelas famílias.
- Implantação de uma Farmácia Viva, em cada Centro da Cidadania, para distribuição dos medicamentos produzidos.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Saúde
- Educação
- Assistência Social

d) Abrangência

- Regionais I, V e VI.

3.4. ESTRATÉGIA 10: CIDADE COM SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

3.4.6. Título do Projeto: Criar o Sistema de Vigilância Nutricional

Criação e implementação de um Sistema de Vigilância Nutricional, intersetorial, que promova ações de combate a subnutrição e a desnutrição, assegurando acompanhamento e resolutividade nos casos identificados.

a) Objetivos

- Dotar o município de um Sistema de Vigilância Nutricional capaz de prover a detecção, o atendimento e o monitoramento de pessoas em estado de subnutrição ou desnutrição, notadamente crianças e idosos.
- Executar uma política de combate à fome em suas múltiplas manifestações, especialmente a desnutrição infantil, gerando melhorias significativas na saúde e no desenvolvimento bio-psico-social das crianças atendidas.
- Integrar-se ao esforço nacional de combate à fome.

b) Ações

- Implantação do Sistema de Vigilância Nutricional de Fortaleza, com um modelo de intervenção baseado na abordagem intersetorial.
- Promoção de ações pedagógicas nas Escolas e Centros de Cidadania que orientem para um diagnóstico precoce doméstico da desnutrição.
- Identificação e intervenção nos casos de desnutrição e subnutrição.
- Estabelecimento de parcerias com a sociedade civil para encaminhamento de casos.
- Articulação com o Poder Público Federal para inserção no Programa Nacional de Combate à Fome.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Saúde
- Assistência Social
- Educação

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

4. GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA

4.1. ESTRATÉGIA 11: CIDADE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICAZ

4.1.1. Título do Projeto: Promover a Redefinição Institucional e Organização do Sistema de Planejamento da Prefeitura de Fortaleza

Redefinição legal e normativa do sistema de planejamento municipal, adequando as funções dos diversos órgãos municipais e adotando outras medidas organizacionais e de capacitação, para a consolidação da cultura e da prática de planejamento em Fortaleza.

a) Objetivos

- Consolidar o sistema de planejamento municipal;
- Adequar o arcabouço legal e institucional do planejamento municipal às transformações estruturais introduzidas no modelo organizacional da Prefeitura;
- Dotar o sistema de planejamento municipal de condições organizacionais adequadas à sua operação.

b) Ações

- Redefinir e compatibilizar as funções de planejamento dos diversos órgãos da Prefeitura;
- Redefinir e compatibilizar as competências dos diversos conselhos municipais;
- Instituir sistema de avaliação continuada do planejamento;
- Rever a legislação que institui o sistema de planejamento municipal;
- Avaliar e redefinir quantitativos e perfil dos profissionais envolvidos com planejamento nas unidades descentralizadas;
- Instituir fórum, ou outro mecanismo de integração, dos assessores de planejamento das unidades, de modo a unificar linguagem, procedimentos, conceitos e outras informações necessárias à qualificação e à difusão da cultura de planejamento na Prefeitura Municipal de Fortaleza;
- Definir e implementar programa de capacitação em planejamento, projetos, avaliação de planejamento e políticas públicas, orçamento e outras disciplinas afins;

c) Áreas de Intersetorialidade

- Todos os órgãos da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

4.1. ESTRATÉGIA 11: CIDADE DE ADMINISATRAÇÃO PÚBLICA EFICAZ

4.1.2. Título do Projeto: Definir e Implantar o Sistema de Informações Georeferenciadas para o Planejamento da Cidade

Definição de um sistema de informações de apoio às atividades de planejamento e orçamento, contemplando informação sobre indicadores básicos de evolução do desenvolvimento da cidade e do desempenho da administração municipal.

a) Objetivos

- Implantar sistema de informações gerenciais de suporte à concepção e avaliação dos planos municipais e do orçamento e para o monitoramento da evolução da cidade e da qualidade de vida de sua população.

b) Ações

- Definir as informações necessárias ao planejamento e avaliação do planejamento;
- Definir os indicadores relacionados ao desenvolvimento da cidade a serem monitorados;
- Definir formato, periodicidades e fontes das informações relacionadas ao planejamento, à sua avaliação e aos indicadores de desenvolvimento;
- Elaborar sistema computadorizado para o gerenciamento dessas informações.
- Definir responsabilidades e competências no gerenciamento do sistema,

c) Áreas de Intersetorialidade

- Todos os órgãos da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

4.1. ESTRATÉGIA 11: CIDADE DE ADMINISATRAÇÃO PÚBLICA EFICAZ

4.1.3. Título do Projeto: Definir e Implantar Programa de Qualidade para os Serviços Públicos Municipais¹

Desenvolvimento de programa de qualidade para áreas ou instituições prestadora de serviços diretamente ao cidadão, da administração direta ou indireta, pela adesão ao Programa de Qualidade do Setor Público.

a) Objetivos

- Elevar o padrão dos serviços prestados ao cidadão em instituições ou áreas prestadoras diretas de serviços ao fortalezense.
- Promover a participação dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública.
- Avaliar os resultados e níveis de satisfação dos usuários dos serviços públicos.
- Sensibilizar os servidores para a participação no esforço de melhoria da qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão e à sociedade.
- Consolidar a consciência dos valores éticos inerentes ao serviço público.

b) Ações

- Adesão ao Sistema Qualidade no Setor Público;
- Difundir os princípios, os objetivos, os fundamentos e as estratégias do PQSP para a toda a Prefeitura;
- Selecionar áreas e instituições prioritárias para o desenvolvimento do Programa;
- Instituir Comitê Gerenciador do PQSP;
- Implementar o Programa nas organizações e áreas prioritárias

c) Áreas de intersetorialidade

- Todos as áreas da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

¹ Parte das definições adotadas neste programa são as previstas no Programa Nacional de Qualidade para o Setor Público (www.pqsp.planejamento.gov.br).

4.1. ESTRATÉGIA 11: CIDADE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICAZ**4.1.4. Título do Projeto: Elaborar e Implementar Plano de Capacitação para o Servidor Público Municipal**

Concepção e implementação de Programa de Capacitação para o Servidor Público Municipal, voltado para a difusão da cultura e da prática do planejamento e da qualidade em todas as áreas da administração e, em particular, para difundir os fundamentos do Programa de Qualidade do Setor Público.

a) Objetivos

- Difundir a filosofia, a cultura, os fundamentos e as práticas de planejamento e do Programa de Qualidade do Setor Público, envolvendo, dentre outras, as áreas de liderança, planejamento estratégico, foco no cliente, informação e análise, gestão e desenvolvimento de pessoas, gestão de processos e de resultados.

b) Ações

- Especificar os conhecimentos a serem difundidos;
- Definir as áreas e órgãos prioritários, levando em conta o critério de adesão ao programa de qualidade;
- Dimensionar as metas de qualificação por tipo de conhecimento, número de colaboradores;
- Definir instituições parceiras;
- Elaborar orçamentos;
- Definir cronogramas de implementação.
- Implementar o plano nas organizações e áreas prioritárias

c) Áreas de intersetorialidade

- Todos as áreas da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

4.1. ESTRATÉGIA 11: CIDADE DE ADMINISATRAÇÃO PÚBLICA EFICAZ**4.1.5. Título do Projeto: Implantar a Universidade Corporativa de Administração Municipal**

Implantação de Universidade Corporativa Municipal, de modo a capacitar continuamente funcionários públicos municipais e cidadãos integrados ou parceiros de projetos públicos do Governo Municipal.

a) Objetivos

- Institucionalizar o processo de educação continuada e gerenciamento do conhecimento, relacionado a paradigmas, filosóficas, métodos e práticas próprios do setor público ou de atividades e projetos públicos realizados por instituições parceiras.

b) Ações

- Realizar o planejamento estratégico da Universidade Corporativa, definindo visão, missão, currículo básico, escolas de aprendizagem, metodologias, modelos de aprendizado, modelo de gestão e outros aspectos relevantes;
- Elaborar plano de implementação da Universidade Corporativa;
- Implementar o Projeto da Universidade Corporativa

c) Áreas de intersectorialidade

- Todos as áreas da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

4.1. ESTRATÉGIA 11: CIDADE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICAZ**4.1.6. Título do Projeto: Definir e Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos Estratégicos.**

Definição e implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos Estratégicos integrantes do Plano Estratégico da Cidade, como sistema auxiliar do sistema de informações gerenciais do Governo.

a) Objetivos

- Avaliar continuamente a execução dos projetos estratégicos, através da avaliação dos índices de consecução de objetivos e metas e dos indicadores de desempenho especificados.

b) Ações

- Identificar os projetos estratégicos a serem monitorados;
- Identificar as metas e os indicadores de desempenho envolvidos nestes projetos;
- Especificar ou reespecificar indicadores de desempenho, quando julgados inadequados;
- Definir formato das informações, periodicidades e responsabilidades no sistema;
- Definir recursos computadorizados a serem utilizados;
- Incorporar os resultados do sistema a sala de situação virtual ou física;
- Definição sistema de acessos e responsabilidades pela manutenção e gerenciamento do sistema.

c) Áreas de intersetorialidade

- Todos as áreas da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

4.2. ESTRATÉGIA 12: CIDADE DO CIDADÃO PARTICIPANTE

4.2.1. Título do Projeto: Implantar o Modelo de Gestão Compartilhada² de Fortaleza

Criação e implantação de Modelo de Gestão Compartilhada com o objetivo de promover o engajamento da Sociedade na formulação de políticas públicas e no acompanhamento das ações governamentais.

a) Objetivos

- Promover iniciativas visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo;
- Fomentar a participação comunitária na definição de programas e projetos e na gestão e avaliação dos serviços municipais;
- Reforçar o tecido associativo, ampliando a capacidade técnica e administrativa das lideranças e representações comunitárias;
- Ampliar e consolidar as práticas institucionais descentralizadas e participativas existentes;
- Criar novos canais e mecanismos democráticos e plurais de articulação entre a sociedade civil e a esfera pública;
- Viabilizar um maior envolvimento dos corpos técnico e administrativo da Prefeitura Municipal de Fortaleza na concepção e implementação da proposta de gestão participativa e na sua compatibilização com as rotinas de trabalho;
- Estruturar um sistema de avaliação capaz de atender aos requisitos de eficiência e equidade na gestão e controle social das políticas públicas.

b) Ações, segundo suas etapas

- ETAPA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

1. Elaboração dos decretos de institucionalização dos Conselhos e do Processo Eleitoral;
2. Assinatura e publicação dos decretos;
3. Elaboração e aprovação dos Regimentos Internos dos Conselhos;
4. Definição da sistemática de funcionamento dos conselhos, e dos *check-list* de realização dos encontros;

² Baseado em Projeto do Modelo de Gestão Compartilhada e no seu Plano de Implementação, documentos elaborados como parte dos trabalhos de concepção do Plano Estratégico de Fortaleza (2003-2010).

5. Definição das responsabilidades e atribuições do Núcleo de Coordenação Geral do Modelo de Gestão Participativa, das Secretarias Setoriais e das Secretarias Executivas Regionais em todas as etapas da implementação e funcionamento do modelo e no processo eleitoral;
6. Definição da sistemática de avaliação do funcionamento do Modelo.

- **ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA DE SUPORTE LOGÍSTICO AO MODELO**

1. Nomeação dos integrantes do Núcleo de Coordenação Geral;
2. Suprimento de requisitos de instalação e equipamentos do Núcleo;
3. Definição da equipe de pessoas de suporte, a nível das SERs;
4. Cadastramento das equipes de suporte e de todos os Agentes do Plano;
5. Programação e realização de encontros de planejamento das equipes de suporte e monitoração do Plano.

- **ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE E AGENTES DO MODELO**

1. Apresentação e discussão do Modelo e do Plano de Implementação às equipes responsáveis pelo seu suporte logístico e aos Agentes do Plano;
2. Apresentação e discussão do Plano de Implementação ao Conselho de Planejamento Estratégico;
3. Elaboração e impressão *de folders*, cartazes e cartilhas ilustradas, para mobilização e sensibilização da comunidade para o processo eleitoral de conselhos regionais e para a implementação do Modelo;
4. Produção de vídeos educativos a serem apresentados por ocasião de reuniões e encontros do Modelo;
5. Criação de mecanismos sistemáticos (jornal impresso e digital, homepage, etc.) para a divulgação dos eventos e resultados do Modelo (alguns desses instrumentos terão circulação externa);
6. Definição de ações do composto de comunicação para a difusão do Modelo e dos eventos de sua implementação;
7. Apresentação do Modelo e do processo eleitoral dos Conselhos Regionais em reuniões com segmentos expressivos da sociedade.

- **ETAPA DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSELHOS**

1. Registro dos candidatos a membro dos Conselhos Regionais;
2. Realização do processo eleitoral para a escolha dos Representantes Comunitários nos Conselhos Regionais;
3. Obtenção da indicação dos representantes das categorias profissionais, das classes empresariais, dos conselhos municipais, instituições, entidades e governos integrantes dos Conselhos Temáticos e do Conselho da Cidade;
4. Indicação pelo Prefeito das pessoas gradas integrantes do Conselho da Cidade;
5. Escolha, pelos Conselhos Regionais, de seus representantes comunitários nos demais conselhos integrantes do Modelo;
6. Edição de Ato do Prefeito constituindo os Conselhos;
7. Diploma dos Conselheiros Eleitos dos Conselhos Regionais;
8. Instalação dos Conselhos.

- **ETAPA DE CAPACITAÇÃO DE MEMBROS DOS CONSELHOS E AGENTES DO PLANO**

1. Planejamento dos eventos de capacitação para as equipes e membros dos Conselhos;
2. Seleção e treinamento dos Agentes do Plano e das equipes das SERs para a difusão e operacionalização do Modelo;
3. Seleção e capacitação dos facilitadores das reuniões dos Conselhos;
4. Capacitação dos membros dos Conselhos.

- **ETAPA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DOS CONSELHOS**

1. Definição dos cronogramas de reuniões dos Conselhos;
2. Definição e suprimento dos locais e de recursos a serem supridos para o funcionamento dos Conselhos;
3. Preparação e realização das reuniões.

- **ETAPA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS**

1. Elaboração de ata de cada reunião dos Conselhos;
2. Acompanhamento e registro das medidas da Prefeitura relacionadas às propostas dos Conselhos;

3. Elaboração de relatórios sobre essas medidas para conhecimento dos Membros dos Conselhos e das comunidades interessadas;
4. Realização de Pesquisa das Demandas Comunitárias, por Bairro;
5. Montagem e alimentação contínua de banco de dados das demandas comunitárias e das medidas para o seu atendimento;
6. Realização de consultas aos Conselheiros sobre a sistemática de realização de encontros e sobre a avaliação geral da experiência;
7. Realização de propostas de ajustes ao Modelo.

c) Áreas de intersectorialidade

- Todos as áreas da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

4.2. ESTRATÉGIA 12: CIDADE DO CIDADÃO PARTICIPANTE

4.2.2. Título do Projeto: Implantar Central de Informações de Fortaleza

Implantação de Central de Informações de Fortaleza, isoladamente ou integrada a centro de informações já implantados, de caráter físico e virtual, como instrumento complementar e auxiliar do Sistema de Informações para o Planejamento e do Modelo de Gestão Compartilhada.

a) Objetivos

- Conferir transparência e dar divulgação pública aos indicadores de evolução da Cidade, de execução do Plano Estratégico e de desempenho da Administração Pública;
- Divulgar políticas públicas e os resultados de sua avaliação;
- Prestar serviços a pesquisadores e estudiosos sobre a evolução da Cidade.

b) Ações

- Elaborar projeto executivo da Central de Informações;
- Definir tecnologias a serem utilizadas;
- Definir local de implantação da Central;
- Conceber Modelo de Gestão da Central;
- Implementar o projeto da Central.

c) Áreas de intersetorialidade

- Todos as áreas da Prefeitura.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

4.2. ESTRATÉGIA 12: CIDADE DO CIDADÃO PARTICIPANTE

4.2.3. Título do Projeto: Elaborar e Implementar Programa de Capacitação para a Cidadania

Implantação de Programa de Capacitação para a Cidadania, tendo como público-alvo jovens e adultos, de modo a oferecer suporte ao Modelo de Gestão Compartilhada da Cidade de Fortaleza.

a) Objetivos

- Difundir informações sobre os valores da sociedade democrática, estimulando a participação no planejamento e na implementação de projetos sociais;
- Promover a solidariedade e a associação para a realização de objetivos comunitários;
- Promover a integração e a articulação entre a sociedade e o poder público municipal;

b) Ações

- Realizar seminários e oficinas sobre temas de interesse do cidadão, tais como direitos do cidadão, economia solidária, participação e controle social, urbanidade, educação ambiental, dentre outros;
- Difundir, através de veículo próprio (jornal comunitário, endereço eletrônico) iniciativas bem sucedidas, de caráter comunitário, de organização e solidariedade;
- Esclarecer sobre os objetivos, funções e prioridades municipais;
- Capacitar para a participação ativa em projetos sociais e conselhos comunitários e da municipalidade;

c) Áreas de intersetorialidade

- Educação;
- Cultura;
- Esporte;
- Meio Ambiente;
- Assistência Social;
- Planejamento;
- Secretarias Executivas Regionais.

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

5. SEGURANÇA SOCIAL

5.1. ESTRATÉGIA 13: CIDADE SEGURA

5.1.1. Título do Projeto: Combater o Turismo Degradante dos Valores da Família Cearense

Prevenção, Enfrentamento e Combate ao Turismo Sexual em Fortaleza, a partir de ações que resgatem o diversificado potencial de atrativos naturais e da infra-estrutura turística da cidade.

a) Objetivos

- Enfrentar o fenômeno do turismo sexual, resgatando a motivação maior das visitas a Fortaleza: a beleza da cidade, de suas praias e a vitalidade de sua vida noturna.

b) Ações

- Promoção de ações de prevenção à prostituição em áreas de grande circulação turística, como a Beira-Mar e a Praia de Iracema.
- Articulação com o poder público estadual e com o *trade* turístico para promover ações conjuntas de enfrentamento do fenômeno em Fortaleza.
- Divulgação externa dos atrativos de Fortaleza de forma a evitar qualquer conotação vinculada ao sexo, associando o Turismo ao potencial de atrativos naturais e a infra-estrutura turística que a cidade oferece.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Segurança Pública
- Desenvolvimento Econômico
- Comunicação Social

d) Abrangência

- Toda a cidade de Fortaleza

5.1. ESTRATÉGIA 13: CIDADE SEGURA

5.1.2. Título do Projeto: Promover Programa Emergencial de Desenvolvimento Humano dos Bairros de Baixo IDHM-B

O programa representa uma contribuição direta ao objetivo de promoção da equidade social na Cidade de Fortaleza, mobilizando e articulando ações das diversas áreas da Prefeitura.

a) Objetivos

- Promover a melhoria da qualidade de vida da população em bairros de baixo IDHM-B.

b) Ações

- Identificar os bairros, em cada região, de baixo IDHM-B, segundo o diagnóstico do Plano Estratégico;
- Definir o Modelo de Gerenciamento do Programa, prevendo, dentre outros:
- a criação de Comissão Intersetorial de Promoção do Desenvolvimento Social;
- a criação de Comissão Técnica Executiva nos órgãos estratégicos;
- Realizar diagnóstico situacional, com a participação da comunidade, nos bairros selecionados, para mobilizar a população para o programa e identificar, em sua perspectiva, as ações municipais prioritárias;
- Definir as áreas prioritárias a serem envolvidas, dentre as quais o planejamento, o desenvolvimento econômico, a educação, a saúde, a assistência social e a área de saneamento, dentre outros;
- Definir os indicadores operacionais de avaliação do programa;
- Definir as ações de cada área;
- Definir sistemática de avaliação do desempenho do programa, a partir da avaliação das ações programadas, metas e indicadores operacionais.

c) Áreas de intersetorialidade

- Planejamento;
- Assistência Social;
- Desenvolvimento econômico;
- Educação;
- Saneamento;
- Saúde.

d) Abrangência

- Bairros de baixo IDHM-B, em todas as regiões.

5. ESTRATÉGIA 13: CIDADE SEGURA

5.1.3. Título do Projeto: A Paz Começa na Escola

Combate à violência através da democratização da escola, como um espaço valorizado e privilegiado, repensando as suas práticas pedagógicas e as relações com seu entorno, tornando-a mais respeitada pela comunidade onde se insere.

a) Objetivos

- Prevenir e enfrentar as várias formas de violência na escola procurando desenvolver uma cultura de promoção da paz.

b) Ações

- Eliminação das barreiras entre os alunos, a escola e a comunidade;
- Abertura de uma discussão permanente acerca da violência, alcoolismo, consumo de drogas e direitos humanos, envolvendo direção, professores e corpo operacional, bem como alunos, familiares e comunitários;
- Promoção de atividades comunitárias e uso das instalações para eventos ou para o lazer dos comunitários;
- Integração de jovens afastados da escola por motivo de exclusão;

c) Áreas de Intersectorialidade

- Educação
- Assistência social
- Saúde

d) Abrangência

- Toda Cidade de Fortaleza

5.1. ESTRATÉGIA 13: CIDADE SEGURA

5.1.4. Título do Projeto: Promover o Atendimento a Mulher em Situação de Violência Doméstica

Atendimento mais efetivo e humanitário à mulher em situação de violência, constituindo-se um ponto de referência no trabalho com mulheres e adolescentes, a partir da oferta de serviços especializados que resgatem a sua dignidade e auto-estima.

a) Objetivos

- Resgatar a valorização da mulher e sua auto-estima, rompendo o ciclo da violência de que são vítimas e reconstruindo sua identidade de gênero.

b) Ações

- Constituição de um serviço de atendimento interdisciplinar especializado (jurídico, psicológico, social, em saúde e educação).
- Realização de campanhas de prevenção de DST/AIDS nos locais de trabalho e moradia, na rede pública de ensino, etc.
- Capacitação profissional em atividades com mercado promissor.
- Oferta de programas culturais e de lazer que melhorem a auto-estima das mulheres vitimizadas.
- Encaminhamento dos filhos das mulheres atendidas às escolas, creches e programas para crianças e adolescentes mantidos pela Prefeitura.
- Articulação com parceiros para incorporação no desenvolvimento do projeto.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Assistência Social
- Educação
- Saúde
- Desenvolvimento Econômico
- Procuradoria Jurídica

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

5.1. ESTRATÉGIA 13: CIDADE SEGURA

5.1.5. Título do Projeto: Promover Atividades Esportivas e Culturais para a Criança e o Adolescente em Situação de Risco Pessoal e Social

Utilização do Esporte como instrumento de redução da Violência, aproveitando o carisma que o esporte exerce como instrumento de integração social e desenvolvimento físico e psíquico dos jovens.

a) Objetivos

- Reduzir o envolvimento dos jovens com as drogas, a marginalidade e a violência.
- Oferecer oportunidades aos jovens de crescimento pessoal e profissional.
- Melhorar os níveis de saúde e educação dos jovens.

b) Ações

- Mobilização de jovens envolvidos com problemas de drogas, gangues e violência.
- Oferta de distintas modalidades de esportes, a partir da identificação dos interesses dos jovens.
- Oferta de serviços de apoio psicológico, orientação educacional e profissional.
- Estímulo ao retorno e integração à escola.
- Acompanhamento e avaliação do desempenho escolar dos jovens, com oferta de reforço escolar.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Educação
- Esporte
- Saúde
- Desenvolvimento Econômico
- Cultura

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza

5.2. ESTRATÉGIA 14: SEGURANÇA ALIMENTAR

5.2.1. Título do Projeto: Promover a Integração da Cidade ao Programa Nacional de Combate à Fome do Governo Federal (Programa Fome Zero)

Criação de mecanismos de identificação, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Combate à Fome, a ser implantado no município e de superação das carências nutricionais

a) Objetivo

- Integrar-se ao esforço nacional de combate à fome.

b) Ações

- Mapeamento das populações, por áreas, considerando os IDHM-B, para identificação das carências nutricionais para prover informações ao Programa Nacional de Combate à Fome.
- Montagem de um Sistema de Monitoramento das Ações de Combate à Fome no Município de Fortaleza, para subsidiar os esforços nacionais de combate à fome.
- Promoção de ações de esclarecimento nas Escolas e Centros de Cidadania que orientem acerca do Programa de Combate à Fome.
- Concretização de parcerias com a sociedade civil para criação de uma sinergia de esforços para gerar alternativas de solução para a superação da situação de extrema pobreza da população atendida pelo Programa.
- Articulação com o Poder Público Federal para apoio ao Programa Nacional de Combate à Fome.

c) Áreas de Intersetorialidade

- Assistência Social
- Educação
- Desenvolvimento Econômico
- Saúde

d) Abrangência

- Toda cidade de Fortaleza